

MARILÉIA GASTALDI MACHADO LOPES

ARTICULAÇÃO E COMBINAÇÃO DE INTERESSES
NA VIABILIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE
DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação, Área de Concentração em Currículo.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Rejane de Medeiros Cervi

CURITIBA

1994

MARILEIA GASTALDI MACHADO LOPES

ARTICULAÇÃO E COMBINAÇÃO DE INTERESSES NA
VIABILIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE
DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do Grau de Mestre em Educação
da Universidade Federal do Paraná, pela Ban-
ca Examinadora Integrada pelos Professores:

Presidente: Profª Dra. Rejane de Medeiros Cervi
Universidade Federal do Paraná

Profª Dra. Zélia Milléo Pavão
Universidade Federal do Paraná
Pontifícia Universidade Católica

Prof. Me. José Vicente Augusto das
Neves Miranda
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 30 março de 1994

Dedicatória

As esperanças e ao futuro da juventude de Joinville, dedico não só este Relatório, mas todo esforço de mobilização para a construção de uma Universidade de Qualidade.

Agradecimento Especial

*A minha Orientadora, Profª Dra. Rejane
de Medeiros Cervi, pela imensurável
capacidade, constante dedicação e dis-
ponibilidade. Incentivadora paciente.
Muito mais do que Orientadora, irmã de
fé e de coragem.*

Agradecimentos

A Professora Corina Ramos, pela sua dedicada atenção e pelas suas seguras e preciosas ponderações.

A todos aqueles que acreditaram e contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização deste Relato.

S U M A R I O

Lista de Figuras	VIII
Lista de Quadros	IX
RESUMO	XII
INTRODUÇÃO	01
1. A IDÉIA DA CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE	07
1.1 O Significado da Universidade	09
1.2 Exigências Sociais Contemporâneas	19
2. A POSSIBILIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE NA REGIÃO DE JOINVILLE	26
2.1 A Região de Joinville: Um Entorno Exigente...	35
2.2 O Perfil Regional da Escolarização	40
2.3 A Liberdade Constitucional da Oferta Educacional	56
3. A VIABILIZAÇÃO DA UNIVILLE	63
3.1 "Rumo à Universidade"	64
3.1.1 A Pesquisa Interna	66
3.1.2 A Pesquisa Externa	68
3.2 A Configuração das Reivindicações Regionais em Relação à Universidade	70
4. A CONCRETIZAÇÃO DA UNIVILLE	74
4.1 O Projeto Institucional e Pedagógico	74
4.2 Definição de Metas e Objetivos	79
4.3 A Cronologia da Instalação à Concretização da UNIVILLE	82
4.4 O Funcionamento e o Rendimento no Primeiro Lustro da UNIVILLE	85

5. A ARTICULAÇÃO DE INTERESSES COMO RECURSOS DE VIABILIZAÇÃO DA UNIVILLE	112
5.1 O Sentido da Mudança	113
5.2 O Significado da Articulação e Combinação de Interesses	117
OBSERVAÇÕES FINAIS.....	124
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
BIBLIOGRAFIA	131
ANEXOS	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Mapa do Estado de Santa Catarina - Distrito Geo-Educacional 34	27
Figura 2	- Mapa da Região de Influência do Município de Joinville	32
Figura 3	- Biblioteca - Evolução dos Volumes e Títulos - 1990/1993	106

LISTA DE QUADROS

Quadro I (a)	- Situação Demográfica do Município de Joinville - <i>Evolução da População</i>	34
Quadro I (b)	- Situação Demográfica do Município de Joinville - <i>Taxa de Crescimento da População</i>	35
Quadro II	- Arrecadação de ICMS - 1991	36
Quadro III	- População em 1980-1991	40
Quadro IV	- Número de Alfabetizados e Analfabetos de Joinville e Municípios da Área de Influência	41
Quadro V	- Índice de Analfabetismo nos Municípios que Integram a Região de Joinville, os Municípios de Florianópolis, Blumenau e Jaraguá do Sul..	42
Quadro VI	- Índice de Escolarização da População de 07 a 14 Anos - 1988	42

Quadro VII	- Evolução do Índice de Escolarização da População de 07 a 14 Anos, ao Nível de Ensino de 1º Grau - 1990	43
Quadro VIII	- Evolução da Matrícula no Ensino Fundamental	43
Quadro IX	- Índice de Escolarização da População de 15 a 19 Anos - 1988.....	44
Quadro X	- Média de Anos de Estudo - Municípios da Região de Joinville, dos Municípios de Florianópolis, Blumenau e Jaraguá do Sul	45
Quadro XI	- Percentuais de Aproveitamento do Ensino Público Fundamental	46
Quadro XII	- Relação Aluno-Professor na Pré-Escola - 1º e 2º Graus em Municípios da Região de Joinville - 1991	47
Quadro XIII	- Formação de Recursos Humanos de Nível Superior Para a Região - 1967-1992	55
Quadro XIV	- Situação Jurídica dos Cursos Existentes e dos Cursos Propostos da FURJ/UNIVILLE - 1993	89

Quadro XV	- Relação Candidato/Vaga por Curso da UNIVILLE - 1989/1993	90
Quadro XVI	- Produtividade de Ensino	91
Quadro XVII	- Cursos de Pós-Graduação/ 1977-1993..	93
Quadro XVIII	- Número de Semanas de Estudo X Público Atingido Pela UNIVILLE 1989/1991	99
Quadro XIX	- Exposições Realizadas pela UNIVILLE 1898-1993	100
Quadro XX	- Estatística do Atendimento ao Usuário da Biblioteca.....	106
Quadro XXI	- Média Mensal da Freqüência, Consultas e Empréstimos da Biblio- teca Cel. Alire B. Carneiro 1991-1993	106
Quadro XXII	- Titulação do Corpo Docente do 3º Grau da UNIVILLE em 1993 e Projeção Para 1996	108

R E S U M O

Contribuição à memória do Ensino Superior de Santa Catarina. Relato sobre a criação da Universidade da Região de Joinville -UNIVILLE, com destaque analítico sobre o processo de articulação de interesses que viabilizou a implantação do Projeto respectivo. O itinerário da descrição reúne dados sobre a concepção da Universidade, o questionamento de sua possibilidade, a estratégia de viabilização e a concretização da UNIVILLE (projeto, instalação e funcionamento).

I N T R O D U Ç Ã O

Na passagem dos anos 80 para a presente década, a sociedade joinvilense foi sacudida pela apresentação de um projeto político de transformação institucional, da Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, em Universidade.

A amplitude e densidade da intimidade social despertada por aquela Instituição junto à comunidade regional fez, do embate enfrentado pelos partidários da criação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, um cenário de grande ressonância social e de convergência de forças e resistências, onde acabou prevalecendo a decisão pela mudança.

Embora tal embate tenha sido fortemente documentado, este acontecimento não tem, inclusive em razão de sua recentividade, um registro pensado e consolidado.

Por aí se justifica, inicialmente, a retomada do processo da criação da UNIVILLE. Ou seja, arrolam-se os registros parciais, rememora-se o vivido mais além de tais apontamentos, põe-se a descoberto o fio da meada com que se teceu a nova conquista, e, em evidência distintiva, os interesses e reivindicações canalizados.

Mais do que um rito de passagem (o fato de termos vivenciado toda a história da criação já de "per si" nos impele ao relato), esta retomada da experiência da UNIVILLE,

em sua evolução institucional, tem um significado de reflexão que supõe um esforço teórico especial. Aliás, é nesta condição

que o presente relato se justifica, como objeto de uma dissertação de mestrado.

O que pretendemos dizer é, que, se no processo que abrigou o sonho e a transformação da FURJ, tivemos o privilégio de ser um co-agente, hoje, dentro do propósito de um relato não vulgar, sistematizado, globalizado, posicionamo-nos como um observador instruído. Isto é, revisitamos o passado com uma distância instrumental-conceitual. Não se trata, portanto, de "recordar" algum vivido, mas de situar, retrospectivamente, motivações, eventos, definições, passos, no sentido de delinear o que não foi explicitado até agora, especialmente no que se refere às circunstâncias de articulação e combinação de interesses, e, na continuidade, de manutenção e implementação de um Projeto.

Com tais características, o relato foi organizado segundo um eixo que parte do enquadramento maior da temática universitária, atravessando, na seqüência, os momentos de construção e adoção de um modelo aplicável. Estes momentos traduzem a construção decisória e implantação do Projeto, destacadas as conotações "decisão sobre a possibilidade", "viabilização" e "concretização propriamente dita".

As dimensões do Projeto incluem as condições institucional, pedagógica e de ensino, necessariamente compatibilizadas entre si.

O SONHAR

A idéia da criação da Universidade tem uma correspondência obrigatória e visível com a problemática contemporânea. Os joinvilenses não se excluem das questões e desafios modernos, nem podem abrir mão da instituição universitária, tão necessária quanto inevitável, no dizer de DEMO (1989). (1)

Tampouco, nossa comunidade não poderia postergar o seu surgimento (da Universidade), se considerarmos, como mínimo, a urgência da expansão do ensino superior frente à pressão de uma demanda já incontrolável. Além disso, o significado da formação em nível superior merece ser revisto e alentado em sua expressão de qualidade e compromisso com o desenvolvimento da sociedade.

TER CHÃO

Contornada a idéia da universidade, confronta-se a exequibilidade de sua aplicação nos limites da realidade regional.

Desde a emergência da vontade de criar a Universidade, o entendimento dos correligionários da transformação abrigava uma preocupação mais ambiciosa. Não se cogitava de, simplesmente, adotar uma estrutura que abrisse as comportas do acesso ao ensino superior na Região, buscando amainar as demandas por formação. Era importante ultrapassar este efeito mecânico de ampliação de vagas e cursos. Era importante propor novas formas de trabalho na Universidade, de modo a atingir a instância pedagógica e a produção do conhecimento.

Atingir, enfim, uma nova maturidade acadêmica e social.

Como encarar a possibilidade da criação da UNIVILLE de acordo com as novas intenções?

Podemos dizer que o sentimento de possibilidade desta criação foi aninhada no contexto virtuoso de um entorno exigente. O grau de desenvolvimento da Região de Joinville, associado à expectativa cultural de uma comunidade bem iniciada, deram o respaldo contextual genérico inicial e necessário à empreitada projetada.

Por sua vez, o próprio estágio da oferta educacional na Região, proporcionou o lastro para a mencionada transformação. A escolarização vencida pedia a recorrência de avanços formativos, bem como um espaço melhor protegido para a produção do saber.

As exigências do contexto e a trilha educacional caminhada ofereceram pretexto definitivo, de outro lado, para as realizações que os princípios constitucionais brasileiros de liberdade de ensino e de autonomia universitária sugerem.

CAMINHAR

Sonhado o sonho, sentido o chão firme para a grande passada, isto é, vislumbrada a possibilidade da mudança, parte-se para a viabilização da idéia.

Novo mergulho no sentido de Universidade, agora, de modo amplamente compartilhado com as comunidades interna e externa, para acentuar a adesão da proposta face às reivindicações particulares (regionais).

Construir o Projeto, defini-lo em suas linhas conceituais básicas e de prioridade, socializar a idéia da criação e as características necessárias da ação concreta, configurar estrategicamente as reivindicações interpostas, mobilizar todas as energias ambientais possíveis ... eis que se embasa e se garante o empreendimento.

CHEGAR

O Projeto está definido. Submete-se à hierarquia administrativa. A mudança está formalizada. O Governo Federal unge o Projeto da UNIVILLE. Instala-se a nova Instituição e dá-se provimento às condições de sua existência.

Cinco anos de vida tem o Projeto. Não há lugar para balanços efusivos. Há, isto sim, indícios de rendimento da implantação e da permanência de respaldo comunitário. Mantêm-se a vontade e os esforços na direção da consolidação.

Mas, "chegar" significa muito caminhar, e atrás da história de uma caminhada, há segredos. Dentre eles, o segredo do encontro, da troca. As decisões exitosas dos projetos de natureza social devem seus resultados ao apoio mútuo dos subsistemas sociais.

No caso joinvilense, as relações do mundo do trabalho com a Universidade vêm sendo tratadas com especial preferência. A idéia da UNIVILLE ressuscitou o crédito institucional, em sua promessa de recorrer a um modelo pedagógico de mais qualidade e melhor adequação às expectativas locais. As suas lideranças se somaram e desfraldaram a mesma bandeira. E não por menos, cabe, neste relato, privilegiar a análise deste fenômeno de articulação e

combinação de interesses. Isto é, cabe dar o destaque merecido a tais relações e tirar proveito de sua lição.

O apoio da comunidade joinvilense, no processo de criação da UNIVILLE, suscita compromisso de resposta. Resposta, observemos, que se há de consolidar e justificar uma aliança social duradoura.

Aos que desconhecem a experiência da UNIVILLE, aos que desejam refletir sobre a sua potencialidade e, de modo especial, àqueles que, em algum momento, contribuíram para a sua viabilização, oferecemos o presente relato.

DESENVOLVIMENTO

1. A IDÉIA DA CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE

A idéia da criação de uma Universidade está enraizada no significado universal desta Instituição e no desafio que as exigências da sociedade contemporânea apresentam.

Por demais reprisadas, estas questões, mesmo assim, sugerem um permanente retorno analítico. Serve de argumento, neste sentido, uma constatação de MIGUEL (1987), concernente a um período de expansão da rede universitária na Espanha, nas décadas de 60 e 70.

Observava o sociólogo mencionado, que a mudança, na universidade espanhola, se fazia em ritmo exageradamente lento e rarefeito. Além disso, as universidades novas, embora originalmente representassem uma nova injeção de otimismo, não demoraram mais do que uma década para alcançarem nenhuma distinção em relação às instituições mais antigas, principalmente consideradas em seus vícios. O impulso modernizador se esvaziava. E tal descoberta era, como não se poderia negar, absolutamente frustrante. As universidades novas também tinham sido criadas para permitir a expansão da matrícula de estudantes e, ao mesmo tempo, experimentar um modelo de relativa autonomia que desse lugar à inovação da educação universitária. Mas tal pretensão acabou não

acontecendo, porque, na opinião deste autor, os processos de reforma da universidade espanhola acabaram por se chocar com estruturas inamovíveis, de imagem muitas vezes medieval. As diferenças portadas pelas universidades novas foram de cunho estritamente formal.⁽²⁾

A ilustração dada tem um efeito cautelar para o mundo acadêmico de um modo geral. Afinal, os modelos universitários circulam planetariamente. Há quem polarize as universidades européias de Portugal, Itália, França, Espanha, dos países latino-americanos e até da Iugoslávia em oposição às norte-americanas, sueca, britânicas, ou à soviética, inclusive com intenção de agrupar homogeneidades para efeito de generalizações.

A verdade é que a universidade brasileira, nos tempos atuais, é filha mestiça, nascida da veiculação de diferentes matrizes. Sua identidade ainda está sendo buscada. Em termos históricos, é possível situá-la teoricamente, mas no presente, os mecanismos nacionais de avaliação e controle estão forçando a sua padronização estrutural e até ideológica.

Daí a necessidade de voltar à reflexão sobre o (s) sentido (s) de universidade e dos desafios mutantes da sociedade em confronto local/mundial, ou, nacional/global.

1.1 O Significado de Universidade

Qualquer que seja a concepção que se adote para a universidade, há um entendimento constante sobre a sua condição de instituição social: ela estará sempre sujeita às demandas de mudanças e novas expectativas da sociedade. Nesta ótica, MIGUEL afirma que ela se faz o espelho refletor de todos os problemas e traumas sociais existentes.⁽³⁾

Este estreito vínculo da universidade com a sociedade inclusa constitui o fator explicativo essencial para a análise das mudanças que esta instituição vem sofrendo, de modo especial após a Segunda Guerra Mundial.

Em princípio, tratava-se de acolher a pressão de uma demanda massiva urgente. GERBOD (1981) interpreta, dentro deste mesmo quadro de pressão, a própria reestruturação da administração universitária que acabou dando margem à criação de "campi universitários" nas décadas de 50 e 60, na América do Norte e na Europa.

Este movimento proporcionou o surgimento de grandes "conurbações universitárias", denominação que se aplica à associação de pequenos e grandes núcleos formativos. Nesta associação instala-se uma "multidiversidade" anônima e diversificada que vai integrar enormes contingentes e substituir a pequena comunidade de ensino. A Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, é uma boa ilustração.⁽⁴⁾

Para a pesquisa avançada, o fenômeno concentracionista se faz similar, de modo destacado para as realidades norte-americana e soviética.

O concentracionismo ou integração dos espaços universitários, tal como vem ocorrendo, dá base a uma oferta

cada vez mais diversificada e especializada, ao mesmo tempo que oferece um esboço de resposta às demandas sociais, inclusive daquelas provenientes de segmentos mais populares, instalados nas cidades e que se apresentam em processo de ajustamento e ascensão social.

Aliás, cabe observar que este tipo de demanda se acentuou na década de 60, no Brasil, face à expansão das vagas no ensino médio público e à neutralização dos mecanismos obstrutores (seletivos) dentro do sistema escolar (flexibilização dos exames vestibulares, por exemplo). Como consequência imediata, a demanda potencial de vagas, nas escolas superiores, se converte em demanda efetiva.⁽⁵⁾

A configuração da demanda efetiva se dá diferentemente segundo a complexidade de cada nação e em ritmo distinto, conforme o estágio de desenvolvimento de cada país. No entanto, prevalece o modelo universitário norte-americano na maioria dos contextos, com uma articulação mais visível entre ciclos e estudos, agora bem mais diversificados pela abrangência e flexibilidade do "arbor scientiarum" (ou campos de conhecimento) da universidade atual.

Aspectos sociais restritivos, como falta de espaço e/ou distância, vêm sendo redimidos, nas sociedades desenvolvidas, mediante a adoção de fórmulas organizacionais que garantem uma absorção ótima da progressiva clientela do ensino superior. Incluem-se, entre as soluções que vêm acomodando a explosão escolar, a Open University, na Inglaterra, as universidades "sans murs" canadenses e a Universidade de Educação à Distância - UNED, espanhola.

Entrementes, os modos de transmissão de conhecimentos precisaram ser adaptados às novas estruturas

organizacionais, reduzindo a força dos cursos magistrais de natureza dogmática. A formação fez-se mais personalizada no modelo americano e, especial e paradoxalmente, nas estruturas de atendimento massivo.

No quadro das transformações universitárias, outro aspecto ganhou saliência muito particular: a investigação científica. Se não, vejamos.

Os trabalhos sobre as concepções de universidade reduziram o modelo institucional, em sua finalidade principal, a duas ordens de intenção: concepções liberais e concepções utilitaristas.

Segundo DREZE e DEBELLE (1967),⁽⁶⁾ a concepção liberal de universidade, idealista e tradicional, exprime a tarefa acadêmica como "meio de educação", na universidade inglesa; como atividade de uma "comunidade de pesquisadores", na universidade alemã; ou como um "foyer de progresso", na universidade americana. Nesta direção, a educação universitária tenta atender a aspiração do indivíduo ao saber, a aspiração da humanidade à verdade, e a aspiração da sociedade ao progresso.⁽⁷⁾

Ainda que inspiradas em expressões idealistas, as soluções das três universidades citadas se desdobraram em alternativas diferenciadas. A universidade inglesa, embasada sobre uma concepção que privilegiava a educação geral e liberal, organizou-se sobre princípios pedagógicos voltados ao desenvolvimento intelectual, praticado em ambiente de internato e sob a orientação de tutores.

A concepção alemã deu importância à unidade "pesquisa-ensino" a serviço do universo científico. Diferentemente da universidade inglesa, a instituição

germânica desenhou o trajeto acadêmico dentro de um critério de significativa liberdade acadêmica.

Como expressão última na escala dos modelos liberais, a universidade americana extrapolou a condição de liberdade acadêmica dos alemães, buscando equacionar a simbiose pesquisa/ensino, em clima de criatividade, proporcionado pela interação de um corpo profissional criador e um segmento discente instrumentalizado para realizar aplicação de princípios gerais.

O que distingue as universidades idealistas daquelas que se fundam em concepções utilitaristas, é a canalização do sub-produto acadêmico.

No caso francês, o desenvolvimento intelectual, patrocinado pela formação de nível superior, deveria servir "aos interesses da estabilidade política do Estado, utilizando-se de uma concepção voltada ao ensino profissional uniforme, confiado a um corpo organizado em um contexto de destacada hierarquia administrativa e programas também uniformes".(8)

Já na ex-União Soviética, no ápice da revolução comunista, a educação doutrinária assim se fazia em razão do seu propósito de subsidiar a edificação daquela sociedade sob a luz da nova ideologia. A sociedade planejada impunha a formação profissional e política de quadros dimensionados sob o critério das necessidades impostas pela economia.

Universidade tardia, a instituição brasileira enfrentou, nos primeiros tempos, a resistência da Coroa Portuguesa (nas colônias hispânicas, as primeiras universidades apareceram, ainda no séc. XV, em Santo Domingo, México, Peru, Bolívia, Colômbia, Argentina) e, no Império, foi

impedida pela intensa disputa política dos legisladores pelo seu sedimento.

A época da transmigração da Família Real e do Império, os cursos de ensino superior, oferecidos avulsamente, foram explicitamente dirigidos ao serviço da Corte instalada no século XIX. Não há como demonstrar a existência de preocupação com a construção de um modelo cultural naquela época.⁽⁹⁾

Não fora o sentimento liberal que impregnou a vida brasileira em finais do século XIX e no início do século XX, somado a um regime político-administrativo descentralizado, as vontades locais não teriam avançado e concretizado suas iniciativas culturais.⁽¹⁰⁾

É oportuno lembrar que, em suas origens, a universidade brasileira já esboçava uma feição idealista. Seu primeiro parâmetro organizacional efetivo foi introduzido pela Reforma Francisco Campos (1931), cuja orientação encampava a preocupação com a transmissão de conhecimentos, com a pesquisa e com a formação profissional.

A integração com o meio imediato, a qualificação dos quadros e o compromisso com a pesquisa, foram destacados por FAVERO (1977)⁽¹¹⁾: rejeição à idéia de um modelo único de universidade; necessidade de formação do corpo docente; necessidade de integração das universidades que fossem criadas com os institutos existentes no país; exercício da autonomia universitária e extensão do regime de trabalho.

Ainda no texto de FAVERO, os valores da concepção da proposta Francisco Campos oferecem interesse para esta re-leitura do significado da universidade:

... O sentido da universidade deveria transcender o exclusivo propósito de ensino, constituindo-se em uma unidade social ativa e militante. Isto é, (deveria se constituir em) um centro de contato, de colaboração e cooperação de vontade e aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo de seus interesses próprios e imediatos, senão, que como unidade viva, tende a ampliar no meio social, em que se organiza e existe, o seu círculo de ressonância e de influência, exercendo neles uma longa, poderosa e autorizada função educativa. (12)

Na continuidade, os autores ressaltam os termos organizacionais decorrentes:

... A essência universitária estaria garantida pela existência de, no mínimo, três estabelecimentos de ensino superior, constituídos pelas Escolas de Medicina, Direito e Engenharia, ou por duas destas e mais uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

A vida universitária deveria se fazer sob critérios de flexibilidade e diversificação de metodologia, diversificação de cursos - especialização, aperfeiçoamento e extensão, ampliação do processo de avaliação e ensino ativo.

Enfim, a vida universitária deveria se plenificar animada, por um lado, pelo princípio de autonomia administrativa e didática relativa, e, por outro, pelo princípio de relação social. (13)

Ainda, e em razão do vínculo prometido, o estatuto Francisco Campos sugeria, como necessário à efetividade da participação comunitária nos destinos da instituição universitária, a "organização de associações de classe - Sociedade de Professores Universitários e Diretórios de Estudantes - e a comunicação da universidade com outras instituições. (14)

Nas três décadas que se sucederam, foram projetadas

inovações estruturais e conceptivas em relação à educação superior: Universidade de São Paulo, 1934; Universidade do Distrito Federal - Rio de Janeiro, 1935 e, bem mais tarde, a Universidade de Brasília, 1961.

A Universidade de São Paulo mobilizou-se pela chamada de intelectuais/cientistas estrangeiros, os quais proporcionaram não só o lastro para a expansão do "arbor scientiarum" como a "puesta al dia" da produção científica.

A Universidade de Brasília, por sua vez, tornou-se famosa pela autonomização de sua estrutura e desenho de um espaçoso campus horizontal, cujo projeto arquitetônico funcionalizou o atendimento de uma clientela massiva.

No mesmo ano da criação da Universidade de Brasília, era aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4024/61, cuja maior contribuição foi promulgar a autonomia da escola brasileira em todos os seus níveis.

No entanto, as promessas de inovação do ensino superior não ultrapassaram a condição de ensaios mal fomentados pelo Conselho Federal de Educação, e, neste mesmo estado, foram absorvidos, pela Reforma Universitária de 68, introduzida pela Lei 5540.

Desse marco, uma inferência cabal: a universidade brasileira entrava na era do ensino de massa, sendo a seleção para este grau de ensino, a principal referência comprobatória da massificação: ampliação de vagas, vestibular unificado, vestibular classificatório, provas objetivas ... (lembre-se que, com anterioridade, as provas eram todas dissertativas, escritas e orais).

As mudanças executadas se abriam em três vertentes de expectativa:

- a. passagem de uma universidade estritamente elitista para uma universidade caracterizada como de massa;
- b. instauração de uma condição científica melhor organizada; e
- c. racionalização administrativa.

Os atalhos recorridos pelos já existentes e pelos novos estabelecimentos, para lograrem credenciamento, minimizaram a oferta universitária no que se refere à expectativa da diversificação de carreiras (esta ocorreu preferencialmente nas instituições de grande porte) e maximizaram a formação na área das ciências humanas. Por sua vez, a pesquisa ficou situada em um plano secundário, tanto por falta da reserva de recursos, como de motivação institucional. Sua ocorrência se manifestou mais por iniciativa e insistência individual do que por uma política explícita.

Por outro lado, a política nacional recrudescia esse perfil, alocando as verbas governamentais sobre um eixo clientelista de difícil ultrapassagem, fato especialmente verificado no campo da educação!

Mas, os vícios que vinham se acumulando não foram de todo absorvidos pela crítica acadêmica. A obscuridade proporcionada pela redução ideológica das análises sobre a Universidade brasileira que se fizeram dominantes, nas décadas de 70 e 80, obstruiu, em parte, o próprio crédito do sistema, fazendo com que a avaliação das redes de ensino superior ficasse submetida a critérios de ordem geral, formal e ostensivamente tendenciosos.

Da crítica apresentada por RIBEIRO⁽¹⁵⁾ ao justificar a proposta da Universidade de Brasília na década de 60 - a universidade brasileira, guardava os traços do modelo

latino-americano: caráter elitista e burocrático, disfarce democrático, estilo aristocrático e pratriarcal das cátedras, caráter burocrático - podemos observar que, no quadro nacional, de um modo geral, foi minorado o caráter elitista e se esvaziou o estilo aristocrático das cátedras. Porém, a burocracia se cristalizou e o seu sub-produto, o corporativismo, se fez ostensivo.

Na década de 80, funcionários públicos (professores e administrativos), segmento da rede majoritária, passaram a desfraldar, sem pudor, jargões em prol de interesses próprios, particulares, fazendo confundir sua luta com a representação da defesa da sociedade civil organizada, desviando para a reivindicação de "mais verbas" e "gratuidade de ensino", uma demanda legítima e mais complexa por mais qualidade de ensino e nível de conhecimento.

Em decorrência daquele desvio reivindicatório na atualidade a estrutura disciplinar dos currículos do ensino superior tem servido prioritariamente à sustentação de esquemas de poder de grupos com vínculo político-partidário.

Neste cenário, as instituições de ensino superior de natureza particular ou mista, e/ou de menor porte, apresentam uma vocação menos viciada. Ao menos teoricamente considerando, elas podem exercitar a originalidade. Podem-se constituir em terreno mais maleável de experimentação e de compromisso controlado pelas comunidades a que servem. Podem se relacionar com o resto do mundo, porque desfrutam de uma agilidade administrativa e política, de uma movimentação ambiental e de uma auto-determinação apreciavelmente superiores aos serviços governamentais. Se, em determinados casos, falta-lhes, em razão de sua idade histórica, uma

densidade acadêmica, tal condição pode ser provida às custas de um cotidiano de intercâmbio, para o qual, como já afirmamos, estas instituições se encontram melhor potencializadas.

O exercício da originalidade ao nível de cada instituição universitária significa ultrapassar a dicotomia - modelo idealista X modelo utilitário - do ensino superior; significa, também, superar as soluções uniformes difundidas pela hegemonia veiculada nos palcos dos certames educacionais nacionais.

Ultrapassar, superar ... é transformar. E transformar implica revisar conceitos, questões, fatores e métodos que levam à adoção de novos objetivos, prioridades e estratégias mais adequadas para o presente e o futuro. É retomar o significado sócio-cultural e econômico das carreiras acadêmicas e da pesquisa científica em seus espaços.

As carreiras acadêmicas (ou de formação profissional liberal) se organizam em relação homomorfa com o mercado de emprego. Em alguns casos, elas se apresentam antecipatórias, quando tentam se dirigir ao atendimento das necessidades sociais.

Entretanto, é importante ressaltar que a atividade de pesquisa, enquanto recurso pedagógico e científico, constitui o instrumento metodológico de lançamento da organização universitária para a qualidade formativa, qualidade informativa e acesso ao futuro, não podendo, por tal motivo, desprender-se da estrutura das carreiras acadêmicas.

Além disso, não se pode esquecer que o peso da formação superior sobre o desenvolvimento dos recursos humanos e, em consequência, sobre o desenvolvimento das

sociedades, é suficientemente preciso. A crença no papel da universidade no equacionamento da crise econômica, da crise social e da própria crise educacional, já não pode ser vista como expressão de ingenuidade e puro otimismo. A relação é real e precisa se tornar visível para que ocorra o consentimento de toda a sociedade.

1.2 Exigências Sociais Contemporâneas

O componente "futuro" que se acrescenta à concepção de Universidade (já mencionado anteriormente), impõe a consideração e valorização das exigências contemporâneas que fazem a tensão social do presente e comprometem a felicidade do devir.

Por demais conhecidas, essas exigências vêm sendo reeditadas a cada momento de definição política, as quais, no entanto, ao se converterem em estratégias educacionais, reduzem-se a medidas de equilíbrio de finanças.

Em particular, quando se trate de mudanças e inovações, mais saliente se torna a relação preponderante da racionalidade financeira.

Sem embargo, mantém-se o entendimento de que os sistemas educacionais cumprem funções essenciais para a vida dos indivíduos e da sociedade. As decisões adotadas para o setor educacional afetam decisivamente as gerações, ou pelo menos, uma nova geração (no caso, de Joinville e Região).

Assim, todo projeto educacional que se ofereça, deve ser submetido a um confronto com a realidade e suas exigências. Em especial, tratando-se de uma inovação como a

transformação da FURJ na UNIVILLE, é preciso que se compreenda que, necessariamente, ocorre uma re-orientação de valores e, em conseqüência, o próprio problema das finalidades da educação é atingido.

Na recapitulação das exigências sociais contemporâneas, avança-se também no esboço do quadro referencial (ainda ao nível macroscópico) da comunidade à qual há de servir uma universidade. Comunidade que se traduz pela convergência de aspirações, de problemas e de tendências. Ou, conforme FITOURI (1981)⁽¹⁶⁾ "pela convergência de um mesmo destino".

O contato direto com a realidade em suas exigências é que vai possibilitar que a educação contribua à adaptação crítica do ser humano ao seu tempo, fazendo-o mais do que uma testemunha passiva da história. ⁽¹⁷⁾

As exigências sociais contemporâneas, vistas em sua maior amplitude, denotam um impasse que SUCHODOLSKI (1981)⁽¹⁸⁾, em um estudo especialmente endereçado para a formulação das finalidades da educação, analisou com grande efeito.

Observa este autor que, sobretudo durante as últimas décadas, é que se pode sentir mais profundamente os diferentes perigos decorrentes da atual via de desenvolvimento. Os meios de destruição de que dispõem os homens envenenam a atmosfera intelectual do mundo, dificultam o diálogo entre os continentes e as civilizações e destróem os valores humanos da ciência e da técnica, paradoxalmente desencaminhando-os da proteção da vida e do favorecimento de sua evolução.

A civilização industrial, acrescenta, leva a produção à excedência das necessidades racionais, sociais e

individuais. Ainda mais, os índices crescentes de produção e de consumo, apresentam relação direta com a deterioração da atitude do ser humano com o seu semelhante, consigo mesmo e com a diminuição da qualidade de vida.

Além do mais os efeitos nocivos, indiretos, do desenvolvimento da civilização científica e técnica moderna, continua SUCHODOLSKI, se intensificam. Vale observar as grandes aglomerações urbanas, que, a rigor, deveriam assegurar uma vida de maior conforto e se transformam, em grandes concentrações de massas humanas, cujas condições de vida se degradam de modo ostensivo. Os novos problemas são inerentes aos processos de criação da civilização em seu conjunto e não menos difíceis de resolver.

Ao referir-se à situação econômica mundial, SUCHODOLSKI chama a atenção para as dúvidas que pairam sobre as nações em desenvolvimento.

Ora, o perfil traçado por SUCHODOLSKI no início dos anos 80 apenas se acelerou. No último Fórum Econômico Mundial, em Davos/Suíça, 1994, as análises põem à mostra um quadro crescentemente crítico, deixando patentes: o enterro do estado de bem-estar social da Europa; o crescimento econômico dos países desenvolvidos abaixo de suas necessidades; o déficit comercial bate novos recordes, inclusive nos países industrializados como os Estados Unidos; as disputas bi-laterais, em particular, a dos EUA-Japão, que constituem o problema comercial de maior impacto em 1994 e podem precipitar a próxima crise comercial internacional; as derrotas políticas dos governantes dos países ricos, sofridas em razão da pobre performance das suas economias nacionais, sobre elas pairando o fantasma do desemprego, entre outros

fatos. No Fórum, quase não se fala do Brasil. No máximo, ele é citado como parte da América Latina e, quando destacado, é considerado como exótico, até do ponto de vista econômico. (19)

Mas, voltando ao filósofo polonês, este prevê o agravamento da situação social mundial porque a cultura intelectual em todo o mundo não pode dar - nem para as nações, nem para os indivíduos - uma resposta à questão do como viver de uma forma digna e feliz. Há, diz SUCHODOLSKI, uma acumulação caótica de fatos e interpretações, de aspirações e desilusões, do vivido e do refletido, que dão base dramática às experiências do homem contemporâneo. Todavia, resta uma esperança: frente ao conhecimento destas condições que moldam o modo de vida moderno, há uma saída que é o compromisso que une os indivíduos do mundo objetivo e comum aos do mundo individual e subjetivo. (20)

Por sua vez, agrega, a esperança se concretiza no futuro, cuja visão inclui quatro temas principais: a ciência, o trabalho, a cultura e a criatividade. As condições de vida devem ser apreendidas como um campo de ação que fixa os indivíduos às suas tarefas e à atividade social, necessária e planejada pelo homem, como um fator que libera certas motivações de suas ações e um certo modo de apreciar a vida.

Nesta ótica, SUCHODOLSKI preconiza a reflexão sobre o significado particular de tudo o que promove a mudança de situação em que vive o homem e sobre as tarefas universais que lhe são pertinentes. Neste caso, o que realmente passa a importar, continua, é a forma como o ser humano aceita e explora o prodigioso desenvolvimento da ciência e da técnica,

principalmente, porque a vida cotidiana -tanto profissional como extra-profissional - está profundamente submetida àquele processo.

Há, vulgarmente, um mal-entendido de como enlaçar a ciência e as técnicas modernas. Elas são vistas como uma soma de conhecimentos e de habilidades, a qual, "aprendida suficientemente, resulta em adaptação".

SUCHODOLSKI entende a ciência e a técnica como uma realidade que se vive e se participa ativamente, inclusive contribuindo para o seu progresso. Além disso, é preciso perceber que eles afetam o modo de vida, a atitude e a cultura pessoal, pelo que, a grande causa da educação universal dos seres humanos deve ir muito além de nossa época.(21)

Ao inventariar os pontos principais para um programa mundial de educação para a civilização do futuro, SUCHODOLSKI privilegia a temática da paz universal, da nova ordem econômica, da problemática da cultura mundial e da educação. Aloca, nestes últimos, as esperanças de nossa época. E, em se tratando de futuro (que não deve ser idêntico ao presente), a educação deve ser, antes de tudo, inovadora. Por seu lado, como inovadora, ela implica desenvolver a consciência crítica e propiciar formação para a crescente participação dos cidadãos na gestão da sociedade e na cultura.(22)

Mais especificamente, as exigências sociais contemporâneas se fixariam, segundo o mesmo Autor, sobre os seguintes eixos, entre outros: luta pela existência e pelo bem-estar; luta pela justiça social, implementação de processos de institucionalização e de organização da vida; controle de processos de urbanização; realização de mutações

modernas do trabalho; progresso técnico; revolução científica e tecnológica; conquista do tempo livre; adoção da cultura como fator de desenvolvimento social e individual; explosão educacional; arte e qualidade de vida.

A universidade caberiam tarefas formativas e de produção de conhecimento em todas as referidas linhas. Sem perder de vista o conjunto problemático, no entanto, atribui-se, a esta instituição, as funções preferenciais de qualificar profissionais como capacidades de participação ativa no desenvolvimento da ciência e de suas aplicações; de proporcionar caminhos para a difusão da cultura científica; contribuir para o progresso científico e técnico; fomentar as inovações permanentes; instrumentalizar o trabalho como fonte de experiências sociais; inspirar a criação coletiva e a responsabilidade coletiva e individual, inclusive a gestão participativa nos processos de trabalho.⁽²³⁾

Os agentes (professores, pesquisadores e diretores) da universidade devem unir seus esforços aos da parte mais lúcida da sociedade, no sentido de buscar instaurar uma nova condição de vida, de diálogo social e de progresso humano e de determinar incessantemente as metas que regulam as mudanças de uma comunidade.⁽²⁴⁾

Levado pela sua visão do estado do mundo, ROLLER (1981), apregoa que o homem, por natureza, está obrigado, se não quer renunciar à sua humanidade, a ocupar-se de sua educação até o último sopro de sua vida. No presente, esta obrigação é mais imperativa porque a situação do mundo lança o indivíduo a um último desafio: ou vencer mediante um esforço crescente para melhorar sua condição de homem ou morrer.⁽²⁵⁾

As condições que desafiam o esforço humano atual,

segundo ROLLER, podem ser assim resumidas: o crescimento da população; o tecido social; o binômio ciência/técnica; o aumento exagerado da informação; o processo do trabalho cerebral e a aceleração da mudança.

Enfim, do arrolamento das exigências sociais contemporâneas, em todos os autores, pode-se sintetizar quatro áreas que incidem mais enfaticamente sobre as tendências futuras da educação e o desenvolvimento de recursos humanos, que, segundo trabalho apresentado por HALLAK (1991), não podem ser omitidas nas formulações políticas: a urbanização crescente, as necessidades culturais, a crescente predominância da ciência e da tecnologia na conformação do futuro das sociedades e a persistência da problemática perspectiva econômica.⁽²⁶⁾

E, complementando, acrescenta HALLAK: quando os responsáveis pelas formulações políticas definem as prioridades para o investimento em educação e formação, precisam ter em conta, também, e ao mesmo tempo, a necessidade de : a) corrigir os desequilíbrios; b) alcançar a alfabetização universal; c) reduzir as desigualdades de acesso à educação; d) expandir e diversificar a oferta educacional; e) melhorar a qualidade educacional e f) melhorar a eficiência no eixo dos recursos.⁽²⁷⁾

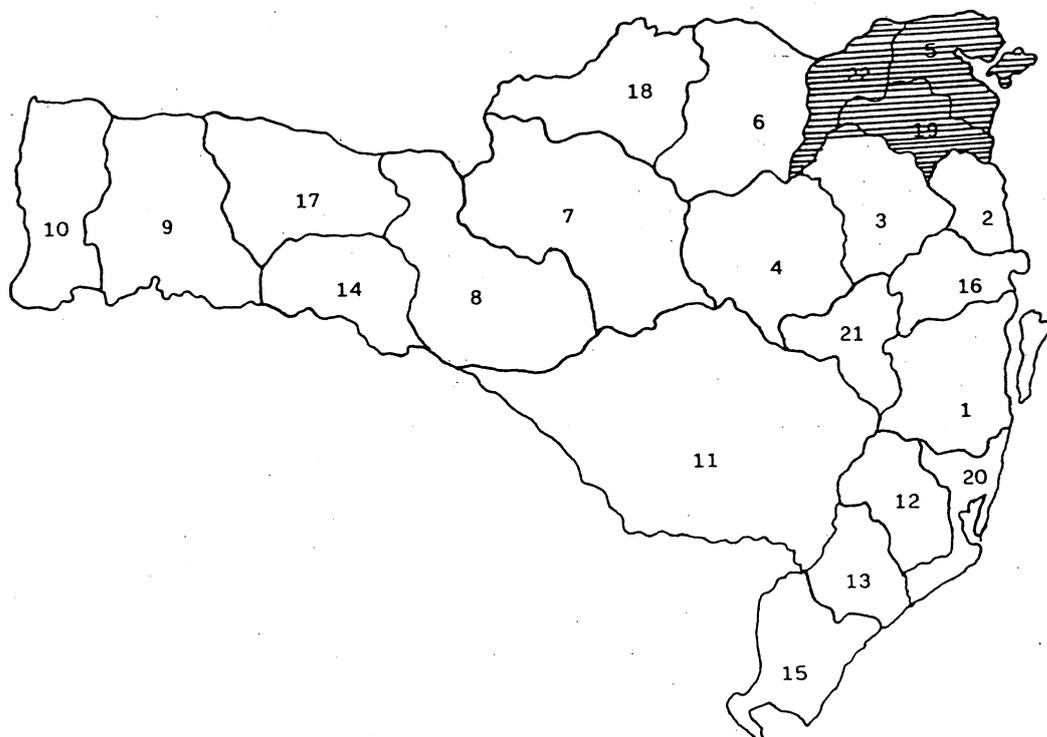
2. A POSSIBILIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE NA REGIÃO DE JOINVILLE

A possibilidade da criação de uma universidade na região de Joinville se tornou concreta mediante a consideração de três condições pré-existentes: o vigor sócio-econômico da região, os antecedentes históricos da oferta educacional e a própria liberdade de ensino preconizada pela Constituição Federal.

2.1 A Região de Joinville: Um Entorno Exigente

Situada no nordeste do Estado de Santa Catarina, a região de Joinville abrange três microrregiões sócio-econômicas distintas: nº 05, Nordeste do Estado de Santa Catarina, composta pelos municípios de Araquari, Garuva, Joinville e São Francisco do Sul; nº 19, Vale do Itapocu, integrada pelos municípios de Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba e Schroeder; nº 22, Alto Rio Negro, da qual fazem parte os municípios de Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul. Sua área total alcança 6.491 Km².

Figura 1 - Mapa do Estado de Santa Catarina, Distrito Geo-educacional 34.



Historicamente, o cultivo e a comercialização da erva-mate serviram de motivação, ocupação, permanência e fator de enriquecimento principal para os colonos europeus que aqui chegaram. A partir da segunda metade do século passado, alemães, trazidos pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, e luso-brasileiros se encontravam no campo ervateiro. A produção prosperava e os primeiros engenhos eram instalados. Daí para o agenciamento da exportação, passando pela fabricação das barricas que guardavam o "ouro verde" ... um salto decisivo no matriciamento de sua função industrial.

Com vocação também estendida para outros campos da agricultura e pecuária, os municípios que integram a Região de Joinville desenvolveram-se com certas particularidades e ritmo diversificado.

Schroeder, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Massaranduba, Corupá e Garuva, destacaram-se na cultura do arroz, banana, cana-de-açúcar, mandioca, milho e fumo.

Rio Negrinho e Campo Alegre foram os municípios que mantiveram o cultivo da erva-mate ao lado das culturas já mencionadas e da fruticultura. Rio Negrinho se fez economicamente pela indústria moveleira, enquanto Campo Alegre se tornou campo madeireiro e grande fornecedor de matéria-prima para as indústrias de porcelana.

A criação de aves, ovinos e bovinos também está presente na economia dos municípios de Corupá, Jaraguá do Sul, Schroeder e Joinville. Garuva, além da extração da madeira, apresenta importante atividade na área de criação de búfalos.

São Bento do Sul acrescenta, ao perfil produtivo da região, o cultivo de batata inglesa, feijão e trigo, o centeio e a cevada, tornando-se subsidiador das cervejarias da região desde os primeiros tempos destas indústrias. É o município de São Bento do Sul, ainda, o maior exportador de móveis do Brasil, para a Europa, Estados Unidos da América e Canadá.

O município de Joinville aloja uma importante bacia leiteira e desenvolve a agropecuária com menor saliência em relação aos seus vizinhos. Converteu-se, entretanto, em um pólo industrial de projeção regional e nacional, com

concentração nas áreas de fundição, metalurgia e indústria têxtil.

A vocação industrial manifestada nos primórdios da colonização, tomou impulso após a Segunda Guerra Mundial, quando o país se definiu por um modelo industrializante, com base na substituição de importações.

A existência, em Joinville, de pré-condições, tais como: localização geográfica favorável, proximidade do Porto de São Francisco do Sul, disponibilidade de energia elétrica, capital acumulado, mão de obra barata, abundante e disciplinada, e espírito empreendedor, dariam a superioridade estratégica capaz de garantir a consolidação do pólo industrial.

É esta qualidade de polarização econômica que vem projetando exigências, inclusive de caráter formativo e informativo, em particular sobre a sociedade joinvilense.

Neste sentido, o presente relato comporta uma incursão respectiva, que aqui inserimos, resumidamente.

A evolução econômica de Joinville tem, pelo menos, quatro marcos destacáveis. O primeiro impulso econômico está ligado ao beneficiamento e exportação de madeira, seguido da exploração e preparo da erva mate pela Companhia Industrial Catarinense (1891), ambas as atividades desenvolvidas a partir do século passado e remanescentes em algumas localidades.

Aquela mesma época, Joinville se transforma em um centro concentrador de serviços e destacado entreposto comercial (29), servindo-lhe de suporte a Estrada Dona Francisca, aberta em 1873, a qual ligava São Bento do Sul a Joinville.

A facilitação do tráfego, oportunizado pela abertura daquele acesso, também conhecido como Estrada da Serra, pode ser tomada como referência para o desenvolvimento regional. Afinal, ela contribuiu para o estabelecimento de outros núcleos populacionais ao longo do seu percurso, patrocinou a absorção de mão de obra durante sua construção e fomentou a eclosão do ciclo da erva-mate e da extração da madeira. A Estrada Dona Francisca foi fator indireto da acumulação de capital e desenvolvimento da Colônia (28), e pode, por tal motivo, ser tomada como o segundo marco na evolução da economia regional joinvilense.

A dinamização das comunicações por via de trânsito terrestre foi incrementada pela inauguração, em 1906, da Estrada de Ferro, unindo Joinville e São Francisco do Sul. Em face do novo acesso, multiplicam-se as oportunidades econômicas da comercialização, expandem-se os serviços (setor terciário), cresce a população e se intensifica o processo de urbanização.

A luz elétrica, introduzida em 1897, impulsionou os empreendimentos de fundo-de-quintal que começaram a preencher a rotina de uma comunidade vocacionada para o trabalho (observe-se que esta atividade vai ocorrer em outras áreas de colonização alemã, como Brusque e Blumenau, para citar algumas).

Ainda com caráter individual e isolado, as atividades profissionais remontavam às ocupações de origem e eram desenvolvidas com o fito de propiciar aumento da renda familiar. Por isso, de um modo geral, mais se caracterizavam pelo viés comercial do que pelo industrial (30).

Em todos os casos, os indicadores do êxito econômico

estiveram relacionados à visão dos empreendedores para os negócios, à disciplina para o trabalho e ao forte senso de organização. (31)

Fiação, comércio atacadista e varejista, serviços (como consertos de carroças, grades de ferro, ferros de engrenagem, para citar as origens da Fundação Tupy) e outras manufaturas domésticas, cresceram e se desdobraram, dando margem a uma diversificação das atividades produtivas, constituindo, este processo, o terceiro marco da história econômica joinvilense.

Aliás, não foi precisamente a diversificação em si que promoveu a economia local, mas a especialização adotada pelo parque joinvilense. O novo salto de progresso econômico aconteceu quando Joinville superou a predominância de suas atividades comerciais e acolheu as atividades industriais voltadas à metalurgia, à química e aos produtos farmacêuticos, setores suscetíveis de ampliação e modernização. Esta mudança no padrão produtivo, justifica a definição de um quarto marco evolutivo.

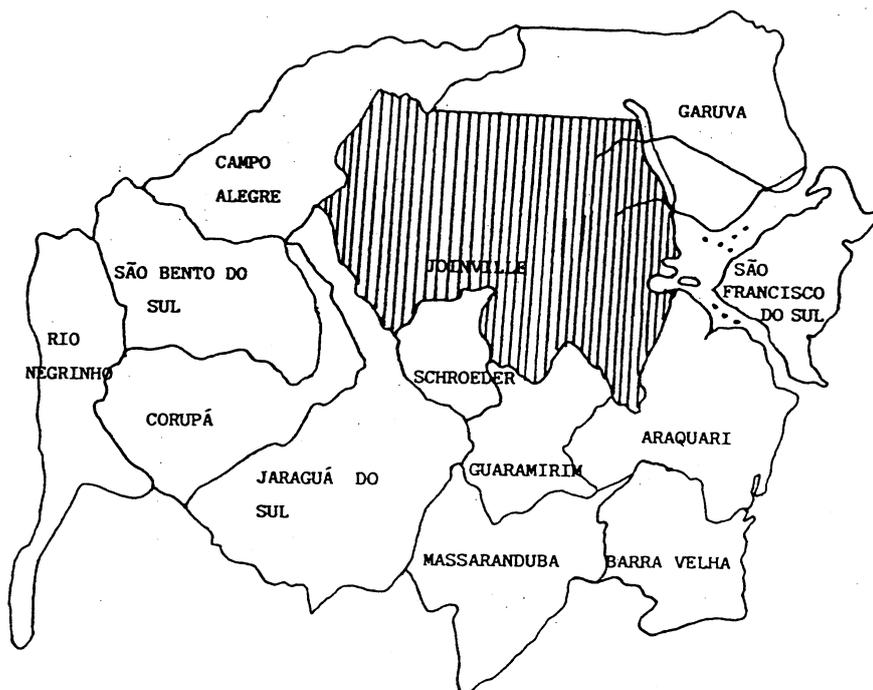
A modernização industrial por que passaram, e vêm passando, as principais indústrias joinvilenses, sugeriu um esforço ímpar de pesquisa tecnológica auto-sustentada. No entanto, deve-se frisar que inexistente um apoio efetivo de estruturas científicas e educacionais na Região. O avanço empresarial tem sido, de certa forma, independente.

Não é, pois, sem merecido favor que Joinville ostenta o "status" de cidade mais industrializada do Estado de Santa Catarina, ao lado da poética imagem de "Cidade das Flores".

Hoje, com mais de 600 pequenas, micro e médias empresas, além das grandes organizações, Joinville nutre a expectativa de um contínuo crescimento populacional e

expressivo desenvolvimento econômico.

Figura 2 - Região de Influência do Município de Joinville



Sem embargo, é tempo de acrescentar que o quadro sócio-cultural que calçou o desenvolvimento econômico joinvilense tem um significado muito especial e específico.

Joinville, cidade de apenas 143 anos de existência, desenvolveu-se como uma colônia de povoamento, ao contrário do que ocorreu na maioria de outras localidades onde predominaram as colônias de exploração. Para isto contribuiu decisivamente

o tipo de imigrante europeu que para aqui se dirigiu. A maioria deles de origem urbana, dentre os quais, artesãos de diversos ofícios e profissionais liberais, todos de bom nível intelectual, fatalmente corroboraram para o desenvolvimento cultural, econômico e administrativo da Colônia. Dinâmicos e associativos, já em 1855, começaram a formar suas sociedades culturais e, em 1852, fazem circular o primeiro exemplar do Jornal "Kolonie Zeitung", marcando de modo mais ostensivo a presença germânica.

A grande parte dos imigrantes era protestante, o que faz pressupor que sua ética do trabalho, a valorização da família (unida) disciplinada e os valores religiosos acentuados impregnaram a cultura local.

Os alemães criaram suas escolas, personalizaram o seu comércio, fundaram sua maçonaria e constituíram sua representação política. Em todo caso, é bom lembrar que os alemães compunham a maioria da população.

Estreitamente relacionado com a evolução da economia, o incremento populacional alcançou um ritmo acentuado, dando lastro a um processo de urbanização que não pôde evitar, por razões diversas, os dissabores típicos que a expansão abrupta das sociedades induz.

Foi a explosão industrial dos anos 60, o fator responsável pelo aumento populacional de 80,9%, atingindo a quantidade de 126.058 habitantes, em 1970. Com o ritmo aumentado para 87,1%, na década de 70, quando a população chega a 255.812, com taxa média de crescimento de 6,4% ao ano, muito superior à média nacional, esta verdadeira explosão demográfica traz, para Joinville, uma série de problemas.

Quadro I

Situação Demográfica do Município de Joinville

Evolução da População

ANO	Evolução da População
1851 (fundação)	185
1860	2.883
1870	6.552
1880	18.600
1900	19.487
1920	25.060
1940	30.040
1950	43.334
1960	70.687
1970	126.559
1980	235.812
1985	320.884
1986	343.115
1987	365.246 (estimativa)
1988	388.804 (estimativa)
1989	413.881 (estimativa)

Fonte: FICKER, Carlos. História de Joinville.

Joinville: Ipiranga, 1965

Quadro I (b)

Situação Demográfica do Município de Joinville
Taxa de Crescimento da População

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO
1940-1950	3,7%
1950-1960	5,0%
1960-1970	6,0%
1970-1980	6,4%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

O último recenseamento do IBGE, registra uma população de 346.125 habitantes e uma taxa média de crescimento anual, na década de 80, de 3,56% ao ano, significando um aumento de 46% entre os anos de 1980 e de 1991.

2.1 A Região de Joinville: Um Entorno Exigente

A microrregião da AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina, compõe-se de sete municípios onde Joinville se destaca pela expressão econômica demonstrada pela arrecadação de ICMS (que representa 84,03% do total região) e pela taxa média geométrica de crescimento populacional de 3,56 na última década.

São Bento do Sul, com sua próspera atividade moveleira é a segunda cidade mais importante da microrregião, com uma população de 50.334 habitantes em 1991, e uma arrecadação que representa 11,47% do total da microrregião. Aqui a UNIVILLE mantém o seu campus II, com os cursos de Administração e Ciências Contábeis.

Quadro II

ARRECADAÇÃO DE ICMS - 1991

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	ARRECADAÇÃO ICMS	
	hab.	CR\$	% região
ARAQUARI (*)	16.068	261.697.459	0,70
CAMPO ALEGRE	10.032	125.505.769	0,34
GARUVA	8.697	113.430.422	0,31
ITAPOÁ	3.984	11.439.780	0,03
JOINVILLE	346.095	31.208.905.063	84,03
RIO NEGRINHO	28.474	1.017.774.823	2,74
SÃO BENTO DO SUL	50.324	4.259.052.910	11,47
SÃO FRANCISCO DO SUL	29.548	144.361.456	0,39
REGIÃO	493.222	37.142.167.682	100,00
SANTA CATARINA	4.536.433	272.601.397.912	--
REGIÃO/SC (%)	10,87	13,63	--

FONTE: Sec. Planejamento e Fazenda - SC
 (*) Inclui Balneário Barra do Sul

Os dados registrados nos quadros II e III demonstram, ainda, a importância da microrregião no Estado, tanto em termos econômicos (13,63% da arrecadação de ICMS) como em termos populacionais (10,87% da população. A taxa média geométrica de crescimento populacional na última década foi de 3,48% ao ano, muito superior à média nacional e à média do Estado que foi de 2,06% ao ano.

Os processos de industrialização e urbanização de Joinville têm representado uma "via de mão dupla". De um lado, tem-se um crescimento econômico substantivo, evidenciado pelos indicadores como o PIB per capita de US\$ 3.240,02, em 1990, enquanto o País apresenta US\$ 1.969,00.⁽³²⁾

De outro lado, a concentração de renda e a inchação urbana, estão retratadas em problemas de habitação e de saneamento básico, degradação ambiental, falta de segurança pública etc, indicadores de uma piora na qualidade de vida da população.

Na atualidade, Joinville sedia grandes empresas da indústria nacional e multinacional, em setores da tecnologia avançada como refrigeração elétrica, metal-mecânico, plásticos, metalurgia e têxtil, as quais empregam cerca de 40% da população economicamente ativa do município.

Esta tecnologia passa por um processo de mudança rápida e precisa ser incorporada no mesmo compasso.

O quadro se torna complexo, se consideramos a repercussão da mundialização da economia, a organização dos países em blocos econômicos, a competitividade e a qualidade internacional e o novo paradigma organizacional sobre aquelas atividades. Em decorrência desta condição planetária da economia, com seus efeitos diretos e indiretos, introduz-se

uma nova e urgente ordem do dia: o repensar o modelo de crescimento que serviu à expansão da cidade.

No âmbito do meio ambiente, a ocupação imprópria de áreas como manguezais, morros, áreas de preservação permanente, a exploração irracional de recursos naturais, o desmatamento em localidades de mananciais de água, a falta de tratamento e reciclagem do lixo, a poluição urbana (industrial e domiciliar), são algumas das evidências da necessidade de interferência.

No setor social, o desemprego, o crescimento do emprego informal, o empobrecimento da população como efeito da concentração de renda, a insegurança pública, também sugerem intervenções imediatas.

Quanto à educação, a baixa qualidade de ensino, a qualificação docente deficiente, a inexistência da formação profissional no âmbito das escolas de segundo grau, a necessidade de expansão e qualificação do ensino de terceiro grau, bem como o seu engajamento na solução de problemas locais e regionais, indicam a gravidade dos problemas e orientam algumas das prioridades para a década de 90.

O vigor econômico de Joinville e a demanda por formação que lhe corresponde dão, ao contexto desta região, um viés de exigências que justificam a transformação universitária que foi encetada.

Por um lado, o crescimento populacional impõe uma demanda de generalização da educação básica, uma diversificação formativa dos jovens com vistas ao trabalho e uma estratégia de educação permanente que acolha os adultos, com escolarização ou não, em processos formativos progressivos e atualizadores.

Por fim há de se considerar ainda, que a tradição cultural regional de Joinville vem sendo razoavelmente protegida. Entretanto, os manuais de política educacional vêm chamando a atenção para a abertura de novas e mais amplas vias de intercâmbio cultural, novos canais de comunicação e acesso a outras culturas.⁽³³⁾

O estágio do avanço tecnológico das indústrias da região joinvilense também sugere acertos na oferta educacional, embora aquelas empresas tenham se desenvolvido com independência. É hora de tirar proveito mútuo, explícito, das estruturas produtiva e educacional convencional (sim, porque as empresas geram seus programas educacionais próprios). Não se pode omitir que o desenvolvimento dos campos formativos de informação, processamento de dados, meios de comunicação de massa, telecomunicações, biologia, física, química, instrui o progresso técnico-científico, seja porque oferece qualificação básica para os trabalhadores, seja porque pode vir a viabilizar a sua participação no próprio processo de desenvolvimento de tais tecnologias. Não há desenvolvimento econômico que perdure sem o acesso ao conhecimento.⁽³⁴⁾

2.2 O Perfil Regional da Escolarização

Apesar da baixa qualidade de ensino que se registra, no cenário brasileiro, a oferta educacional na Região de Joinville tem acompanhado, em ritmo satisfatório, a demanda registrada ao nível de 1º e 2º graus. Por isso, os indicadores de "atendimento satisfatório", constituíram a principal referência embutida na Carta Consulta que propôs a criação da

Quadro III

POPULAÇÃO EM 1980 - 1991

MUNICÍPIOS	1980			ÁREA (km ²)	1991								TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO 1980/91 (%)		
	POPULAÇÃO				POPULAÇÃO										
	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL			URBANA		RURAL		Densidade Demográfica hab./km ²	TOTAL	URBANA	RURAL
					hab.	Reg. %	Mun. %	hab.	Mun. %	hab.	Mun. %				
ARAQUARI (*)	9672	7375	2297	456	16068	3,26	100,00	13713	85,34	2355	14,66	35,24	4,72	5,80	0,23
BARRA DO SUL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMPO ALEGRE	8319	2499	5820	506	10032	2,03	100,00	5732	57,14	4300	42,86	19,83	1,72	7,84	-2,71
GARUVA	5582	3040	2542	432	8771	1,78	100,00	5952	67,86	2819	32,14	20,30	4,19	6,30	0,94
ITAPOA	2408	1983	425	219	3988	0,81	100,00	3297	82,67	691	17,33	18,21	4,69	4,73	4,52
JOINVILLE	235812	222273	13539	1183	346332	70,17	100,00	333668	96,40	12464	3,60	292,76	3,56	3,77	-0,75
RIO NEGRINHO	21009	17798	3211	529	28479	5,77	100,00	24795	87,06	3684	12,94	53,84	2,80	3,06	1,26
SÃO BENTO DO SUL	35205	31592	3613	470	50303	10,19	100,00	45071	89,60	5232	10,40	107,03	3,30	3,28	3,42
SÃO FRANCISCO DO SUL	20589	17268	3321	470	29558	5,99	100,00	27308	92,39	2250	7,61	62,89	3,34	4,25	-3,49
A M U N E S C	338596	303829	34788	4265	493531	100,00	100,00	459736	93,15	33795	6,85	115,72	3,48	3,84	-0,26
SANTA CATARINA	3627933	2154238	1473695	95483	4538248	-	-	3205600	70,64	1332648	29,36	47,53	2,06	3,68	-0,91
AMUNESC/SC (*)	9,33	14,10	2,36	4,5	-	10,87	-	14,34	-	2,54	-	-	-	-	-

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS 1980 - 91 - IBGE

NOTA: Os dados de Araquari na tabela, incluem o Balneário Barra do Sul, município instalado em janeiro de 1993. A área do novo município é de 152km², reduzindo-se a de Araquari a 30 km². A população total de Barra do Sul, com base nas informações do IBGE, pode ser estimada em 3.568 habitantes, ficando Araquari com 12.500 habitantes.

UNIVILLE.

Por razões que podem, inclusive, se relacionar com a caracterização étnica da formação da população da Região de Joinville, temos um perfil de escolarização menos dramático do que o detectado em outras regiões brasileiras, no que concerne ao ensino de 1º grau.

O índice de analfabetismo no Estado de Santa Catarina, em 1990, era de 10,4% (IBGE). Em estudo contemporâneo, realizado pela Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC, para subsidiar o Plano Básico de Desenvolvimento Regional, os números auferem vantagens para alguns municípios que integram a Região de Joinville em confronto com a capital do Estado e com importantes municípios como Blumenau e Jaraguá do Sul (Quadros IV e V).

Quadro IV

Número de Alfabetizados e Analfabetos de Joinville e Municípios da Área de Influência

MUNICÍPIO	14 A 19 ANOS POR UCRE				
	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ALFABETI- ZADA	%	POPULAÇÃO ANALFABETA	%
Joinville	98.055	93.934	96	4.121	4
São Bento do Sul	22.136	21.326	96	810	4
Jaraguá do Sul	28.005	27.096	97	909	3

Fonte: IBGE (1980)

QUADRO V

Índice de Analfabetismo nos Municípios que Integram a Região de Joinville, dos Municípios de Florianópolis, Blumenau e Jaraguá do Sul.

Municípios	Percentual de Analfabetismo
Florianópolis	8,95
Blumenau	5,25
Jaraguá do Sul	6,05
Joinville	7,81
São Bento do Sul	6,87
Rio Negrinho	8,53
São Francisco do Sul	13,80
Campo Alegre	7,90
Garuva	20,30
Araquari	22,41

Fonte: AMUNESC - Plano Básico de Desenvolvimento Regional

A taxa de escolarização da faixa etária subordinada à obrigatoriedade escolar (07 a 14 anos) atingia, em 1988, na Região de Joinville, 82,48%, sendo superior ao índice do Distrito Geo-Educacional - DGE-34, onde essa Região se insere (Quadro VI).

QUADRO VI

Índice de Escolarização da População de 07 a 14 Anos - 1988

ENSINO DE 1º GRAU - 1988			
Região	População de 07 a 14 anos escolarizável	População de 07 a 14 anos escolarizada	Taxa de Escolarização
DGE-34	835.818	627.334	75,05%
Região de Joinville	106.946	88.208	82,48%

Fonte: Secção de Veiculação da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto de Santa Catarina - SEVEI

Dentro da Região de Joinville, a escolarização da população de 07 a 14 anos apresenta uma evolução constante, além de apontar um processo de polarização que promove a

extrapolação de algumas taxas. A justaposição dos dados, proporcionada pelos Quadros VII, VIII e IX, dá margem à constatação dessa evolução.

QUADRO VII

Evolução do Índice de Escolarização da População de 07 a 14 anos, ao Nível de Ensino de 1º Grau

Municípios	% de Escolarização-1988*	% de Escolarização-1990	% da Escolarização-1991
Joinville	82,94%	88,69%	110,80%
São Francisco do Sul	80,22%	111,79%	115,64%
Jaraguá do Sul	89,95%	99,12%	108,54%
Araquari	77,70%	75,68%	112,68%
São Bento do Sul	81,70%	—	—
Campo Alegre	80,35%	—	—
Rio Negrinho	78,98%	—	—
Massaranduba	68,28%	74,06%	109,20%
Guaramirim	86,38%	101,84%	109,72%
Garuva	89,16%	92,66%	116,74%
Barra Velha	64,46%	63,90%	111,88%
Corupá	87,77%	95,48%	111,90%
Schroeder	85,87%	101,22%	109,43%

Fonte: Secção de Veiculação da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto de Santa Catarina - SEVEI

QUADRO VIII

Evolução da Matrícula no Ensino Fundamental

MUNICÍPIO	AREA km ²	POPULAÇÃO	MATRÍCULA		ED. ADULTOS
			LA 1989	1991	
			ED. FUNDAMENTAL	ED. FUNDAMENTAL	
Araquari	456	9.672	2.574	2.882	100
Campo Alegre	506	8.319	1.708	2.432	120
Garuva	651	7.990	2.153	—	—
Joinville	1.183	235.812	33.385	37.391	1.200
Rio Negrinho	177	36.240	6.051	6.777	400
São Bento do Sul	470	35.206	8.124	8.989	220
São Francisco do Sul	470	20.589	4.885	7.240	100

Fonte: Plano Básico de Desenvolvimento Regional - AMUNESC

Ao nível de 2º grau, mantém-se a superioridade da taxa de escolarização da Região de Joinville sobre o Distrito Geo-Educacional 34, em 1988.

QUADRO IX

Índice de escolarização da população de 15 a 19 anos - 1988

ENSINO DE 2º GRAU - 1988			
Região	População de 15 a 19 anos escolarizável	População de 15 a 19 anos escolarizada	Taxa de Escolarização
DGE-34	532.124	88.061	16,54%
Região de Joinville	68.707	12.112	17,63%

Fonte: Secção de Veiculação da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto de Santa Catarina - SEVEI

Do mesmo modo que a taxa geral de alfabetização da Região de Joinville se apresenta superior à do Estado de Santa Catarina, o índice de escolarização da população escolarizável ao nível de 1º grau (07-14 anos) revela vantagem quantitativa na mesma direção. E, a considerar que a taxa estadual se refere a uma média, onde se alocam situações mais ou menos discrepantes, reforça-se a projeção positiva do desenvolvimento do sistema escolar na Região joinvilense.

Entretanto, a expansão das matrículas não deve estender o entendimento de satisfatoriedade da oferta escolar. Os dados existentes sobre o perfil da permanência na escola (média de anos de estudo), sugerem um estágio, se bem que compatível com o quadro geral brasileiro, de descumprimento dos dispositivos constitucionais e de

distanciamento de situações consideradas desenvolvidas pelos parâmetros internacionais, conforme podemos constatar no quadro a seguir (QUADRO X).

QUADRO X

Média de Anos de Estudo - Municípios da Região de Joinville, dos Municípios de Florianópolis, Blumenau e Jaraguá do Sul.

Municípios	% Média dos Anos de Estudo
Florianópolis	6,85
Blumenau	5,30
Jaraguá do Sul	4,80
Joinville	5,01
São Bento do Sul	4,48
Rio Negrinho	4,32
São Francisco do Sul	4,59
Campo Alegre	3,73
Garuva (*)	3,11
Araquari (**)	3,11

Fonte: AMUNESC - Plano Básico de Desenvolvimento Regional

(*) inclui Itapoá

(**) inclui Balneário de Barra do Sul

Em abril de 1992, o MEC divulgava um Relatório preliminar do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau, onde expunha dados sobre a repetência e a evasão em todo território nacional.

A época, Santa Catarina apresentou os índices mais baixos de perda no sistema entre os Estados da Região Sul e se situou em terceiro lugar no cômputo geral dos Estados, depois de Brasília e Roraima (ver Quadro XI).

QUADRO XI

Percentuais de Aproveitamento do Ensino Público Fundamental

	MATRÍCULAS EXCEDENTES		ALUNOS
	EVASÃO	REPETÊNCIA	FORMANDOS
Região Norte	46,7	21,6	17,2
Rondônia	55,2	18,7	18,0
Acre	47,2	25,6	14,9
Amazonas	42,9	18,6	21,0
Roraima	37,6	25,6	35,6
Pará	54,6	20,7	11,4
Região Nordeste	53,0	19,9	12,2
Maranhão	57,0	11,0	12,0
Piauí	50,5	28,4	9,7
Ceará	54,2	16,1	12,2
Rio Grande do Norte	40,9	31,4	21,5
Paraíba	48,6	19,1	14,1
Pernambuco	48,8	19,2	18,2
Sergipe	40,7	30,7	19,0
Bahia	48,8	19,8	13,3
Região Sudeste	42,6	21,2	31,4
Minas Gerais	41,0	25,9	26,4
Espírito Santo	44,5	20,8	26,8
Rio de Janeiro	43,9	20,9	25,9
São Paulo	36,7	20,0	40,9
Região Sul	46,9	17,7	27,7
Paraná	46,4	17,7	25,8
Santa Catarina	46,0	9,9	33,3
Rio Grande do Sul	42,5	22,3	31,1
Região Centro-Oeste	48,5	19,5	19,2
Mato Grosso do Sul	42,8	21,1	28,2
Mato Grosso	44,6	18,8	26,3
Goiás	51,3	18,4	16,8
Distrito Federal	26,1	18,5	55,0
Brasília	47,5	20,1	20,27

Fonte: MEC. Relatório Preliminar do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau. Brasília, 1992.

Outro aspecto de notável incidência justificativa para a transformação e fortalecimento da oferta universitária refere-se ao contingente docente das redes escolares de 1º e 2º graus e do sistema de ensino supletivo, e a perspectiva de sua qualificação contínua.

Considerando a proporção aluno X professor, tanto no

ensino pré-escolar e de 1º grau, quanto no de 2º grau, de municípios da Região de Joinville, observa-se a condição relacional pedagógica ótima que as redes apresentam (ver Quadro XII).

QUADRO XII

Relação Aluno-Professor na Pré-Escola, 1º e 2º Graus em Municípios da Região de Joinville - 1991

MUNICÍPIOS	ZONA	NÍVEIS DE ENSINO			RELAÇÃO ALUNO/PROF.		
		PRÉ-ESCOLAR	1º GRAU	2º GRAU	PRÉ-ESCOLAR	1º GRAU	2º GRAU
Araquari	U	10	93	39	31,1	25,3	7,3
	R	--	24	--	-	17,5	-
	T	10	117	39	31,1	23,7	7,3
Campo Alegre	U	18	59	12	12,4	21,4	10,0
	R	6	35	--	10,0	18,5	-
	T	24	94	12	11,8	20,3	10,0
Garuva	U	6	64	23	27,1	21,0	6,0
	R	2	19	--	15,0	21,8	-
	T	8	83	23	24,1	21,2	6,0
Joinville	U	625	2200	687	15,7	29,1	15,7
	R	4	77	--	36,5	23,5	-
	T	629	2277	687	15,8	28,9	15,7
Rio Negrinho	U	45	231	63	19,1	21,9	11,2
	R	8	30	--	9,9	22,4	-
	T	53	261	63	17,7	22,1	11,2
São Bento do Sul	U	212	436	122	10,8	21,9	12,3
	R	13	22	--	9,2	16,0	-
	T	225	458	122	10,7	21,6	12,3
São Francisco do Sul	U	25	212	56	27,0	20,8	13,9
	R	3	65	--	31,7	25,2	-
	T	28	277	56	27,4	21,8	13,9
T O T A L	U	941	3295	1002	15,2	26,7	14,4
	R	36	272	--	14,7	21,9	-
	T	977	3567	1002	15,2	26,3	14,4

FONTE: Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Santa Catarina - Não estão incluídos os dados de Itapoá por estarem incompletos; Barra do Sul não havia sido instalado.

No entanto, outras condições, de ordem estritamente qualitativa e que se referem às necessidades específicas do professor para o exercício efetivo de seu trabalho e a exigência de mudança, demandam a cooperação universitária. A promoção de cursos de atualização e aperfeiçoamento, a revisão sistemática da prática pedagógica, a introdução de inovações metodológicas e tecnológicas e o fomento da pesquisa, integram o rol de ações que a FURJ vinha modestamente empreendendo e que a Universidade pode, com maior ambição, atender.

A dimensão do corpo docente de exercício na pré-escola e no ensino de 1º e 2º graus fornece impacto indiscutível para mais esta tarefa da Universidade.

Este panorama inicial, que põe em relevo o atendimento escolar a nível de 1º e 2º graus na Região de Joinville, fez-se sugestivo para a projeção da criação da UNIVILLE por três razões básicas: primeiro, o ritmo expansionista, com sua regularidade, e associado ao fenômeno global da tendência de crescimento demográfico, suscita a expansão da oferta de ensino ulterior sob pressão de uma demanda constituída pelo segmento de egressos dos níveis escolares precedentes; segundo, o mesmo ritmo de expansão fornece elementos para que se deduza a polarização crescente dos municípios que integram a Região de Joinville, o que também sugere que se estruture uma oferta educacional de maior impacto; por último (e não queremos dizer que as razões estejam esgotadas), um aspecto de valência negativa, que é o índice de baixa retenção do sistema escolar, vem servir de motivo forte para que se instaurem tarefas específicas de integração e ajuda do ensino superior com as redes escolares de 1º e 2º graus, estabelecidas.

Quanto ao ensino superior, como não poderia deixar de

ser, a sua demarcação em Joinville se inscreve na história do processo de interiorização da formação deste nível nos limites do Estado.

De um modo similar ao Paraná e muito diferente do Rio Grande do Sul, seus Estados pares na Região Sul, Santa Catarina repetiu o processo histórico detectado por Maia (1992):

havendo sofrido, de modo reflexo, as incertezas da definição política acontecida ao nível nacional, o Paraná, sem a mesma "proteção" federal dispensada a outros Estados, e sem estar animado por uma política nacional constante, deu, à expansão do ensino superior em seu território, um significado de resistência e uso máximo da mínima autonomia em um contexto de hierarquização político-administrativa altamente restritivo. (35)

A interiorização do ensino de 3º grau, no Estado de Santa Catarina, teve início em meados da década de 60, respondendo às aspirações das comunidades locais e sub-regionais onde se inscreveram. Estas Instituições, hoje em número de 17, formam, ao lado da Universidade Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC (estadual), da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e da Associação Catarinense de Ensino (particular), a estrutura de ensino superior do Estado.

As 17 Fundações Educacionais de Santa Catarina foram criadas por Lei Municipal de seus respectivos municípios e, juntamente com a UDESC, constituem a Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE:

A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS - ACAFE, foi criada o dia 02 de maio de 1974 como sociedade civil sem fins lucrativos, tendo por

finalidade congregar as Entidades Mantenedoras do Ensino Superior Fundacional de Santa Catarina, representá-las nos seus interesses junto aos órgãos públicos das áreas municipal, estadual e federal, promover o intercâmbio entre as filiadas e prestar assessoramento nos aspectos administrativos de ensino, pesquisa e extensão. (36)

Das 17 Fundações Municipais de Santa Catarina, quatro já são Universidades reconhecidas: a Fundação Universitária da Região de Blumenau - FURB; a Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL; a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e a Universidade Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Com exceção da UDESC, criada e mantida pelo Estado, todas as 17 Fundações fazem parte do "sistema", como instituições comunitárias e apresentam-se, hoje, como indiscutíveis benefícios nas comunidades onde se inserem.

Em Relatório da ACAFE, apresentado em 1985, a potencialidade dos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior estava assim explicitada:

- a) engendrado pelo "modelo" pluralístico catarinense, procura responder às necessidades, oportunidades e valores locais/regionais, constituindo-se, talvez, no mecanismo mais fértil de construção de uma sociedade democrática efetivamente centrada no Homem e na Comunidade, respeitado o pluralismo cultural;
- b) vem possibilitando, também, a integração do jovem e da mulher na produção social e econômica, e sua participação cultural em geral;
- c) é co-agente do desenvolvimento sócio-econômico e cultural das comunidades locais/sub-regionais e, no caso de algumas associadas do sistema, exerce forte ação catalisadora e liderança efetiva;
- d) enseja uma significativa democratização de oportunidades, em termos de acesso ao ensino superior e de destinação do seu resultado, bem mais importante do que o

ensino federal. Embora o aluno das fundações pague o ensino e, muitas vezes, tenha despesas pesadas de deslocamento e/ou hospedagem, a procedência, em termos sócio-econômicos e geográficos, é, em média, muito mais heterogênea, menos elitista, e a ação é mais fixadora do egresso na região de origem; enfim, é muito mais comprometida com a comunidade".(37)

O ensino superior em Joinville teve seu início com a criação da Faculdade de Ciências Sócio-Econômicas, em 1965, tendo como local de funcionamento de suas atividades o Colégio Bom Jesus, sendo que sua mantenedora era a Comunidade Evangélica Luterana.

A partir da vigência da Reforma Universitária, Lei 5692/71, o MEC começa a investir num projeto de educação nacional de cunho liberal, fortemente planejado, embasado na ideologia do "saber-fazer", com racionalidade e eficiência, pois o modelo econômico assim o exigia.

Neste período acentua-se a característica política desenvolvimentista, onde a educação passa a ser concebida como investimento prioritário para a formação de recursos humanos para o capital.

Em termos metodológicos, segundo Saviani (1985) (38), a educação, neste período, rompe com a ordem social para responder às exigências de ordem política e econômica. Assim, como se podia prever, o cunho que reveste o ensino do 1º grau é sócio, político e cultural, enquanto no 2º e no 3º grau, o enfoque é técnico e profissionalizante. Nesta fase, o MEC, para implementar suas políticas de expansão quantitativa, vê-se impossibilitado de responder a esta demanda somente via universidades federais, pois o assédio, por parte dos jovens excedentes, adquiria formas de pressão social. Portanto, as

iniciativas de oferta de ensino de 3º grau, através de Instituições particulares ou confessionais, recebeu incentivos por parte dos órgãos governamentais. Assim, a quantidade de excedentes das Universidades Federais e a possibilidade de interiorizar o ensino superior, adquire respaldo e proeminência por parte da ação dos governos, nos âmbitos federal, estadual e municipal, ao mesmo tempo que parece responder aos anseios e expectativas da sociedade.

Após dois anos de funcionamento da primeira Faculdade, a de Ciências Sócio-Econômicas, o Prefeito Municipal de Joinville criou a Fundação Joinvilense de Ensino - FUNDAJE, através da Lei 871/67, com o objetivo de incentivar à criação e manutenção de outras unidades de ensino.

Em 1968, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com quatro cursos de graduação: História, Geografia, Letras e Matemática. Em 1969, a FUNDAJE incorporou a Faculdade de Ciências Sócio-Econômicas, que até então tinha como entidade mantenedora a Comunidade Evangélica Luterana.

Em 1971, a denominação FUNDAJE foi alterada para Fundação Universitária do Norte de Santa Catarina, FUNC. Ainda neste ano, foram criadas as Faculdades de Administração de Empresas e a de Ciências Contábeis, que passaram a funcionar nas dependências do Colégio dos Santos Anjos. Nesse mesmo ano, foi criada, também, a Escola Superior de Educação Física e Desportos.

Salientamos que os cursos criados pela FUNC, visavam atender às necessidades de formação de recursos humanos para a indústria local e microrregional, bem como formaram grande número de professores para as redes de ensino estadual,

municipal e particular.

A expansão dos cursos e atividades da FUNC justificou a implantação de um campus universitário. Assim, na gestão do Prefeito Pedro Ivo Figueiredo de Campos, e com base em estudo específico de localização e empréstimo financeiro do Banco do Brasil, foi construído o atual campus universitário em terras indenizadas no Distrito Industrial, situadas no bairro Bom Retiro. Em 1975, todas as unidades da FUNC foram transferidas para as novas instalações.

Podemos, então, constatar que já se esboçava, o desejo de se instalar, na Região, uma Universidade. Dois anos mais tarde, a FUNC passou a denominar-se Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, época em que foi criado o Colégio de Aplicação.

No final de 1987, num trabalho conjunto da comunidade acadêmica, realizaram-se as primeiras eleições diretas para o cargo de Diretor Geral.

Nesta retrospectiva histórica, consideramos que a expansão e interiorização do ensino superior em Santa Catarina e em Joinville, seguiu o modelo nacional, no que concerne à criação de cursos superiores para atender às demandas decorrentes da fase do chamado "milagre brasileiro".

Outrossim, é oportuno lembrar que, à época (idos de 70), dentro da ordem política instituída no país, desde 1964, o sistema econômico e o sistema escolar recebiam atenção especial e correlativa. Neste sentido, a construção aligeirada do campus universitário, distante do centro urbano, vem ao encontro da ideologia dominante na época, quando a "segurança nacional" passa a ser entendida como um problema em "função" da nova ordem econômica e política instaurada.

Desejava-se que os possíveis focos de tensão da sociedade fossem distendidos. A construção do campus universitário, isolado do centro urbano, passaria a exigir uma planificação forte, que, além do mais, garantisse a plena utilização dos recursos físicos e materiais.

Essa estratégia, fez com que os governos investissem muito mais recursos em instalações físicas do que em equipamentos ou recursos didáticos. Nessa perspectiva, a educação aparece como formadora da força de trabalho especializada e da internalização de valores sociais necessários para estabilização da ordem vigente.

Em Joinville, de 1967 até 1990, sob a denominação de FURJ (e sob as demais denominações que a antecederam), formaram-se 5807 profissionais de 3º grau, distribuídos em 10 cursos superiores, nas áreas educacional e gerencial.⁽³⁹⁾

Os números permitem inferir que os benefícios proporcionados pela FURJ foram incontestáveis pois garantiram o acesso de centenas de jovens trabalhadores à formação superior, considerando a modalidade do ensino universitário noturno.

Desta forma, Joinville expande sua função polarizadora, favorecendo, mediante a formação de profissionais de nível superior, o avanço de outras cidades vizinhas da microrregião de Joinville, tanto no provimento de quadros para as indústrias locais quanto para outras áreas do setor terciário. Soma-se, ainda, a habilitação de professores para as várias áreas de ensino. (Ver Quadro XIII).

QUADRO XIII

Formação de Recursos Humanos de Nível Superior Para a Região
1967 - 1992

CURSOS	Nº DE EGRESSOS		
	JOINVILLE	JARAGUÁ DO SUL	SÃO BENTO DO SUL
Administração	1389	-x-	164
Ciências Contábeis	756	84	-x-
Ciências Econômicas	1108	114	-x-
Adm. Hab. Comércio Exterior	67	-x-	-x-
Educação Física	977	-x-	-x-
Educação Artística	36	-x-	-x-
História	348	-x-	-x-
Geografia	292	-x-	-x-
Letras	741	-x-	-x-
Matemática	306	-x-	-x-

Fonte: Secretaria Geral da UNIVILLE

Para atender às necessidades regionais, em 1982, a área de ensino superior da FURJ estendeu sua atuação até Jaraguá do Sul com o curso de Ciências Econômicas, ministrado na Fundação Educacional da Região Jaraguense - FERJ e, a partir de 1984, com o curso de Ciências Contábeis. Neste mesmo ano a FURJ passou a atuar, também, em São Bento do Sul, com o Curso de Administração.

2.3 A Liberdade Constitucional da Oferta Educacional

A terceira condição que animou a possibilidade da criação da UNIVILLE tem um sentido mais amplo: inscreve-se no quadro normativo superior que rege as iniciativas sociais em matéria educacional.

Isto é, chegar à criação de uma universidade é possível face às características da organização do ensino superior brasileiro.

A organização e gestão da educação brasileira se concretiza em três níveis de exercício do poder governamental - União, Estados e Municípios - ao nível da iniciativa privada ou, mais raramente, em situação cooperativa (mista) entre esses níveis.

Em qualquer das esferas (níveis e iniciativa), há um pressuposto de obediência: a Constituição Federal introduz princípios que devem ser rigorosamente observados.

A última Carta Constitucional, promulgada em 1988, regula a matéria educacional, que afeta a formação superior, nos seguintes termos:

Educação direito de todos: a educação direito de todos, é dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 205)

Igualdade de condições, pluralismo e qualidade: o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condição para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de

ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais do ensino; regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União, gestão democrática do ensino público e garantia do padrão de qualidade. (Art. 206)

Autonomia e indissociabilidade -ensino/pesquisa/extensão: as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecem, ainda, ao princípio de indissociabilidade entre as funções de ensino-pesquisa e extensão. (Art. 207)

Liberdade de Iniciativa: o ensino é livre à iniciativa privada, obedecendo as normas gerais da educação nacional e de autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. (Art. 209)

Apoio financeiro público: os recursos financeiros públicos podem apoiar atividades universitárias de pesquisa e extensão.

Incentivos oficiais: o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, dando tratamento prioritário à pesquisa científica básica e à pesquisa tecnológica voltada preponderantemente à solução dos problemas brasileiros e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional; apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, concedendo-lhes meios e condições especiais de trabalho, e apoiará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao país, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos. (art. 218).⁽⁴⁰⁾

Inspirados por uma ideologia liberal e de modernização, os dispositivos constitucionais sinalizam em verde para o desenvolvimento das estruturas universitárias. Estruturas que devem levar em consideração os objetivos gerais da formação superior.

Em termos conceituais organizacionais, o ensino superior destina-se ao jovem e/ou ao adulto egresso, do ensino de segundo grau, que se submeta e se classifique em exame seletivo (concurso vestibular); objetiva, por seu lado, a

formação de profissionais (em nível universitário, em áreas e habilitações reguladas em legislação específica e outras modalidades necessárias ao desenvolvimento nacional e respondentes às exigências do mercado de trabalho regional, à pesquisa e ao desenvolvimento das ciências, das letras e das artes.

A despeito do melhor entendimento que se possa ter do conceito de autonomia universitária, o ensino superior privado está submetido à administração pública (antes Federal, agora, por força do Decreto nº 359/91 do C.F.E, em âmbito estadual). Suas decisões estruturais (organização e funcionamento) devem ser submetidas aos Conselhos Estaduais de Educação.

Por outro lado, é radical a sua autonomia financeira, pois as instituições de ensino superior, em especial as instituições privadas e mistas, podem mobilizar recursos de todos os tipos e de todas as fontes.

Não há fatores legais superiores que impeçam a instauração da formação superior nas comunidades que alimentem tal desejo. Além das normas disciplinadoras muito amplas, como se pode ver, há um processo de legitimação e legalização que redundam na presença controladora (e incentivadora, se for o caso) do Conselho Federal de Educação: são os mecanismos de autorização e reconhecimento. Podemos citar, como exemplo, a Resolução 03/83 do C.E.F., que orientou a feitura da Carta Consulta da UNIVILLE.

A "autorização" tem o significado de aval prévio, de confiança na seriedade da proposta educacional, e acontece no contexto do primeiro encaminhamento formal, sobre o projeto e sua instalação.

Avançada a experiência, contornados os vestígios de consolidação curricular, a instituição de formação superior, com ofertas ao nível de graduação, já pode se habilitar à eficácia legal do seu exercício pedagógico: diplomas, certificados e graus conferidos recebem créditos, isto é, passam a ter garantia. Em conseqüência, os formandos podem usufruir do privilégio do exercício reservado de suas profissões.

Atos sucessivos, a autorização e o reconhecimento (para os cursos de graduação) e a autorização e o credenciamento (para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*) são competência do Poder Executivo, informados, processualmente, pela exarcação de pareceres favoráveis, emitidos pelos Conselhos de Educação (Portaria 3/63 - CFE - Parecer 350/72 e Resolução 24/72 - CFE). É de se ressaltar, no entanto, que, a rigor, autorização e reconhecimento não têm sentido de restrição de iniciativa. Pelo contrário, em documento do MEC (1988), frisa-se o sentido cautelar objetivo:

a autorização e o reconhecimento, não sendo atos arbitrários, se fundam no exame do mérito da organização escolar, na medida em que suas condições possibilitem atender à demanda social a que o Estado deve prover, aí incluída a qualidade do ensino vista na habilitação dos docentes, na estruturação e organização curriculares, nas instalações materiais e nos demais elementos, em função do que se possa resumir uma proveitosa relação de aprendizagem. (40)

Os enunciados destacados dão margem ao reconhecimento do princípio de descentralização, cuja maturação, entretanto, a história da administração educacional brasileira tem revelado ser lenta.

Até o sancionamento da Lei 4024/61, que fixou as

diretrizes e bases da educação nacional, todos os poderes públicos e as pessoas naturais e jurídicas tinham liberdade para ministrarem ensino, desde que autorizadas pelo Governo Federal (Decretos 421/38, 2076/40 e 3617/41).

Decretada a alforria da educação nacional pela descentralização introduzida pela LDB/61, a atribuição decisória sobre a criação de cursos foi deslocada (em regra, mas ainda não na prática) para as instâncias menores - Conselho Federal de Educação, Conselhos Estaduais de Educação e Universidades, prevalecendo, no que se aplica ao ensino superior, a submissão ao Conselho Federal.

A reforma universitária, deflagrada em meados da década de 60 e concretizada pela Lei 5540/68, introduziu acréscimos conceituais que reforçaram as exigências para a formulação de propostas de instalação de cursos superiores. Ficou definida a natureza indissociável da função "pesquisa" no contexto universitário, entendimento que um novo Decreto (nº 464/69) reforçou, insistindo, além do mais, na correspondência dos empreendimentos com as necessidades do desenvolvimento nacional e regional.

Com relação às instituições criadas pela iniciativa privada, mantém-se a atribuição do Conselho Federal de Educação e a verificação, "in loco", por docentes sub-estabelecidos por esse Colegiado, da positividade das condições físicas e materiais, da capacidade financeira, da existência de condições materiais e culturais do meio e, por fim e principalmente, da real necessidade regional. Tal avaliação atinge, também, a apreciação do respectivo regimento institucional.

A despeito de uma liberdade preconizada pelas normas em

vigência, a expansão do ensino superior sofreu, no final da década de 70 e na década de 80, interferências contendoras por parte do Ministério da Educação e do Conselho Federal de Educação.

Advertidos pela crise da educação brasileira, aqueles órgãos emanaram orientações voltadas ao controle da expansão quantitativa e proliferação de cursos, em prol de uma maior garantia da qualidade do ensino oferecido e do desenvolvimento da pesquisa e da extensão (Avisos Ministeriais 69/77 e 137/77 e Indicação 2/77 - CFE).

A criação da UNIVILLE, porém, nasceu no remanso das coibições, embora ainda sob berço autoritário. Por força do Decreto nº 359, de 09/12/91, que regulamenta o Art. 47 da Lei 5540/68 (que se refere à autorização para funcionamento e reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado), a burocracia assim disciplinou o tema, no que se aplicou à criação da UNIVILLE:

___ a criação de universidades será autorizada pelo Presidente da República, à vista de Parecer favorável do Conselho de Educação competente;

___ os pareceres oriundos do Conselho Federal de Educação serão homologados pelo Ministério da Educação;

___ os Estados têm competência para reconhecerem universidades, cursos e estabelecimentos isolados de ensino superior por delegação do Conselho Federal de Educação, que tem a prerrogativa original.

___ nos casos de sua competência, o Conselho Federal de Educação consultará a Secretaria Nacional de Educação Superior, para conferir a adequação política da expansão do ensino superior nas áreas solicitadas e as condições técnicas, pedagógicas e econômico-financeiras da instituição pleiteante, antes de dar seu parecer conclusivo;

___ a expansão do ensino superior na área da saúde segue critérios e normativas em separando, conforme o Decreto 98.377/89;

___ o Conselho Federal de Educação promoverá estudos periódicos com o objetivo de subsidiar o Ministério da Educação no estabelecimento de critérios e prioridades para o desenvolvimento dos sistemas de ensino superior. (42)

Joinville submeteu-se à ordem do dia sem temor, respondendo, integralmente, aos requisitos da sistemática vigente, respaldada pelo vigor sócio-econômico e cultural de sua comunidade e pela escolarização vivenciada. Teve autoridade para identificar-se institucionalmente, para defender suas pretensões acadêmicas na fronteira do distrito geo-educacional incluso, para demonstrar a necessidade social que a animava, além de provar sua capacidade financeira inicial para o empreendimento.

3. A VIABILIZAÇÃO DA UNIVILLE

...é preciso ter uma distinção clara dos meios e dos fins, para se ter uma ação condizente com uma concepção, e para que a mudança aconteça e para que valha a pena que ela aconteça (Gandin, 1988)⁽⁴³⁾

A transformação da FURJ na UNIVILLE deve ser entendida como uma mudança importante, planejada, e deliberada em escala social mais ampla.

Neste sentido, a socialização da idéia da criação da UNIVILLE e das definições conceituais e de prioridades que deram consistência ao seu Projeto, deu-se mediante uma estratégia de mobilização da comunidade e de uma consulta para apreensão objetiva das reivindicações regionais.

Ambas as atividades foram lideradas por integrantes da FURJ e objetivaram dar uma visão de conjunto dos problemas que a alteração estrutural da Instituição deveria atender em relação à conjuntura e expectativas da sociedade, bem como partilhar os avatares (com esta sociedade) da instalação e do desenvolvimento de um novo Projeto, somando as forças e estabelecendo uma coalizão necessária ao sucesso do empreendimento.

Sob um clima, já esboçado, de inclinação para a mudança, encontrou-se um terreno profícuo para a organização de uma liderança do processo.

Na década de 80, tanto a comunidade acadêmica interna, como a própria comunidade externa, já percebiam, de forma difusa para alguns e, mais clara para outros, que o modelo

institucional da FURJ carecia de um repensar, de um redimensionamento. Somando-se a isto, o conhecimento de que cidades como Blumenau, Tubarão e Itajaí, de menor porte econômico, já haviam dado um grande salto em seus projetos institucionais, construindo suas propostas pedagógicas de forma a viabilizarem suas universidades, fez com que a FURJ e a comunidade joinvilense refletissem sobre a sua situação.

A implementação de ações de acordo com a realidade onde essas Instituições estavam inseridas foi parte de um processo que havia possibilitado a elevação das mesmas à condição de Universidades Regionais. Confirmava-se o entendimento de que a contínua busca da compreensão da realidade próxima, assim como da realidade mais ampla, era essencial no processo de uma ação transformadora.

Este Capítulo detalha o momento em que se vão neutralizar as poucas resistências e hostilidades à idéia da criação da Universidade e em que se chega a uma posição sobre a qual se pode afirmar, sem dolo, que se rompe com a indiferença recíproca entre a Instituição (FURJ) e a comunidade joinvilense e se ressuscita o crédito institucional, viabilizando a concretização do Projeto.

3.1 "Rumo à Universidade"

Em 1989 foi criado, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, da então FURJ, o Grupo que iria incumbir-se de coordenar os trabalhos para a criação da Universidade da Região de Joinville, a UNIVILLE.

Instituído o Grupo, iniciou-se o trabalho de leituras, estudos e pesquisas de arquivos sobre toda a documentação existente na Instituição, cursos criados, estatutos, regimentos, decretos etc. Tornara-se necessário realizar um levantamento que espelhasse a identidade da Instituição, seus problemas e suas dificuldades. Enfim, avaliar juridicamente de onde se poderia começar.

Concomitantemente a este trabalho, o Grupo passou a visitar as Instituições Universitárias pertencentes ao Sistema ACAFE, para conhecer seus Projetos e suas respectivas caminhadas em busca da consolidação de suas Universidades. Assim, foram visitadas a Univali, em Itajai; a FURB, em Blumenau, a Unisul, em Tubarão, a UDESC, em Florianópolis e alguns Departamentos da UFSC, em Florianópolis.

Feita uma primeira aproximação da conjuntura da formação superior no Estado e analisada a estrutura da FURJ, o Grupo pôde constatar que tinha as condições de construir seu Projeto Pedagógico. No entanto, seria necessário proceder a uma pesquisa que revelasse, com dados reais, os anseios e objetivos da comunidade acadêmica.

Com essa finalidade, foi realizada uma pesquisa fundamentada em metodologia participativa, a qual proporcionou um significativo envolvimento da comunidade interna, através de debates, reuniões e de uma pesquisa dirigida aos diversos departamentos, cursos e setores administrativos da FURJ.

Era imprescindível saber como a comunidade interna via a Instituição e, ao mesmo tempo, mobilizá-la para a busca de caminhos novos. Para tanto, foi utilizada a "Técnica Delfi" de pesquisa que possui características de pesquisa

participante e que, segundo reflexões do Grupo "Rumo à Universidade", atendia aos objetivos de envolvimento e participação de um maior número de pessoas na etapa inicial do trabalho.

A metodologia de pesquisa foi decidida pelo "Grupo", por permitir o desencadeamento de ações, gerando uma *intencionalidade política* por parte do grupo, pois esta alternativa metodológica permitia uma correspondência com os objetivos mais amplos que se estava vislumbrando, procurando desencadear um processo de redirecionamento da FURJ, tendo em vista a revisão do seu modelo pedagógico, entendido em três níveis de enunciados: Projeto Institucional, Projeto Pedagógico e Projeto de Ensino.

Por conseguinte, a necessidade de envolver a comunidade interna e externa, viabilizar-se-ia na medida em que sujeito e objeto iam encontrando significado nos propósitos relativos à concepção da Universidade para Joinville e Região, naquelas três expressões.

Nota: (A técnica Delfi de pesquisa, criada na década de 50, é especificamente utilizada para obtenção de opiniões de grupos e de pessoas envolvidas em processos decisórios. É muito divulgada nos Estados Unidos, Europa e, mais recentemente, no Japão).

3.1.1 A Pesquisa Interna

A Técnica Delfi foi executada em duas instâncias: pesquisa interna e pesquisa externa.

Foram sujeitos da pesquisa interna na FURJ, quatro Diretores, quinze Chefes de Departamento, onze Coordenadores

de Curso e dez estudantes, integrantes dos Centros acadêmicos e do Diretório Central - DCE, perfazendo um total de quarenta pessoas consultadas, das quais treze não completaram o trabalho. Dois questionários serviram de roteiro a essa participação.

Na primeira etapa, foi formulada uma pergunta aberta sobre a situação da Instituição: *"Como você vê a FURJ hoje? Ela é o tipo de ensino superior que a região de Joinville precisa? Por que"*. A partir daí, efetuou-se uma triagem das respostas que foram arroladas em uma síntese contendo vinte e cinco afirmações.

Na segunda etapa, estas afirmações - síntese do pensamento dos entrevistados - foram devolvidas às mesmas pessoas para serem analisadas segundo o grau de discordância, aplicada à qualificação de 0 a 3.

A afirmação que obteve maior grau de concordância (vinte e três, num total de vinte e sete respondentes), foi a seguinte: *"A FURJ precisa definir seu projeto institucional, que deverá guiá-la nos próximos anos"*.

A afirmação indicava a necessidade, sentida pelos consultados, de um projeto, um plano, que orientasse sua evolução futura. Essa necessidade era apontada em muitas outras respostas, sob outras designações, como por exemplo, plano de ação, programas anuais e quinzenais e projeto pedagógico.

A segunda afirmação com maior grau de concordância foi: *"A FURJ hoje precisa ser viabilizada, para tanto a comunidade como um todo precisa se conscientizar para um projeto de constituição de nossa Universidade. Todos juntos."* Esta afirmação obteve 76,9% de concordância e revela

um aspecto crucial da situação na época; seu distanciamento da comunidade de sua região de abrangência.

A terceira afirmação mais apontada foi (72,4% de concordância forte): *"A FURJ é a instituição de ensino superior mais importante para a região em que está situada, porém não tem o devido reconhecimento da comunidade."*

Ficou evidenciada a necessidade de reforçar a integração da FURJ com a comunidade, como forma de superação de seu isolamento e de repensar o seu projeto institucional.

A pesquisa interna apontou uma série de problemas de ordem administrativa-organizacional, dos quais se destacou a denúncia sobre sua estrutura vista como indefinida, no que concerne à sua natureza jurídica.

3.1.2 A Pesquisa Externa

Como os resultados da pesquisa de avaliação interna apontavam na direção da falta de integração entre a FURJ e comunidade, era inevitável mobilizar e consultar a comunidade externa.

A pesquisa de avaliação externa foi realizada em três etapas: na primeira, foi enviado, às lideranças representativas de todos os setores da sociedade, um questionário com perguntas abertas e fechadas, acompanhando uma carta onde era solicitada uma entrevista para os próximos dez dias. Nestas visitas, as lideranças foram convidadas para um encontro na FURJ, realizado em 14/09/89. Após este, outro encontro foi realizado em 14/10/89.

As questões enviadas no questionário, para saber como a

comunidade via a FURJ, foram as seguintes:

Questão 1 - É uma instituição integrada na região onde se insere?

Questão 2 - Oferece às empresas e aos órgãos públicos os profissionais necessários para o desenvolvimento econômico e social da Região?

Questão 3 - Entre os cursos que a FURJ oferece, quais os que considera mais importantes para o progresso da Região? Numere, por favor, em ordem de importância, os cursos abaixo relacionados:

Questão 4 - Aponte os principais obstáculos que prejudicam o pleno desenvolvimento da FURJ e sua transformação em Universidade.

Questão 5 - Que tipo de universidade considera adequada à microrregião:

a) pequena, original e de acordo com as necessidades da região;

b) universidade tradicional que envolve todas as áreas do conhecimento;

c) outras (exemplifique).

Dos 55 entrevistados, obteve-se o retorno de 46. A análise dos questionários evidenciou que 61% dos entrevistados reconheceram que a FURJ estava integrada à sua região, pois preparava profissionais para as empresas, órgãos públicos e escolas da região. Os demais entrevistados não consideraram a Instituição integrada à sua região e afirmaram que ela deixava a desejar quanto aos cursos de nível superior oferecidos, e também quanto à qualidade de ensino. A FURJ carecia de estudos sobre a realidade regional.

Cabe aqui ressaltar que até o ano de 1989, eram oferecidos os seguintes cursos:

- . Administração;
- . Ciências Contábeis;
- . Ciências Econômicas ;
- . Administração com Habilitação em Comércio Exterior;
- . Educação Física;
- . Educação Artística;
- . História;
- . Geografia;
- . Letras e,
- . Matemática.

Os dados obtidos revelam que, quanto aos cursos existentes até 1989 e mencionados, a preferência dos entrevistados concentra-se na área Sócio-Econômica.

Em primeiro lugar, aparecia o curso de Administração; em segundo o de Ciências Econômicas e , em terceiro, o de Ciências Contábeis. Os cursos de Licenciatura ficaram com os últimos lugares.

As respostas à questão 5, sobre que tipo de universidade era considerada adequada à microrregião, apontam para uma universidade original, pequena e de acordo com as necessidades da região onde se insere.

Finalmente, os entrevistados sugeriram a criação dos seguintes cursos: Química Industrial, Medicina, Odontologia, Secretariado, Direito, Sociologia, Processamento de Dados e Eletrônica Avançada.

Os principais obstáculos ao pleno desenvolvimento da

Instituição, apontados na pesquisa externa, foram a falta de integração com a comunidade e a ausência da definição de uma política institucional.

A luz dos dados apresentados, estabelece-se o estudo e o debate para a elaboração de um Projeto Pedagógico que delineasse a missão da Instituição, de acordo com a exigência interposta pelo contexto onde a mesma se insere.

3.2 A Configuração das Reivindicações Regionais em Relação à Universidade

Com base nas incursões realizadas (histórica, contextual e interferente) para detectar as reivindicações regionais frente à criação da Universidade, pode-se estabelecer a seguinte configuração em termos de (a) sua relação ao Estado de Santa Catarina, (b) em relação à Região de Joinville, (c) em relação às demandas formativas, (d) científicas, (e) às demandas culturais.

a) A criação da UNIVILLE em relação ao Estado de Santa Catarina.

A criação da UNIVILLE representa um passo à frente do processo de interiorização do ensino superior brasileiro, inaugurado na década de 60. Ainda, propicia equilíbrio na estrutura da polarização que rege a expansão da rede no Estado.

b) A criação da UNIVILLE em relação à Região de Joinville.

Já servida de oferta de ensino superior, a Região impunha densificação das atividades universitárias (ensino-pesquisa e extensão).

A concentração urbana e industrial, a polarização econômica e de prestação de serviço educacional, e a necessidade decorrente de melhor coordenar os esforços para alcançar aquela densidade acadêmica-científica-social no âmbito da Região, tem, na criação da Universidade, uma expectativa de solução e estabilidade com base na melhor integração possível.

c) A criação da UNIVILLE em relação às demandas formativas.

A organização das carreiras acadêmicas deve ser redelimitada em função da problemática que o crescimento econômico, a dinâmica social e a evolução política da Região vêm impondo.

As áreas formativas acrescentadas pela consulta-estudo vivenciada pela comunidade externa devem ser vistas como exigência a ser atendida a curto-prazo, não se fechando, a Instituição, para o alinhamento de metas no sentido de uma diversificação programática mais ambiciosa no futuro.

d) A criação da UNIVILLE em relação à demanda científica.

A universidade moderna e integrada constitui um mecanismo essencial ao processo de desenvolvimento, tanto regional como nacional, e, a este respeito, uma das funções essenciais é a investigação científica, cuja utilidade, a curto, médio e longo prazo, para a formação de profissionais altamente qualificados e para o desenvolvimento tecnológico é bem reconhecida. Não é em vão que, a justo título, a pesquisa é vista e tratada como uma prioridade em todas as universidades do mundo⁽⁴⁴⁾.

A qualidade da vida universitária, suscitada na consulta-estudo, deve se utilizar da pesquisa como recurso de ensino, como recurso de inovação de conhecimento e como recurso de desenvolvimento de uma de suas missões mais criadoras, que é a própria crítica.

Particularmente no que se refere à pesquisa para avaliações da realidade e inovação do conhecimento, a Universidade deverá servir, preferivelmente, a uma demanda explícita e localizada, apresentada pelos subsistemas locais (indústrias, governo, serviços, educação etc...).

e) A criação da UNIVILLE com relação às demandas culturais.

A democratização da educação universitária e a sua vinculação com a sociedade incluída se ratificam com o desenvolvimento da função extensionista. Por isso, a extensão universitária deve tomar a dianteira enquanto mecanismo de socialização e atualização (ação massiva) dos conhecimentos gerados na Universidade e fora dela.

Há, no mínimo, duas formas imediatas de prover o entrosamento amplo da comunidade com a Instituição e vice-versa.

A primeira se realiza pela oportunização das trocas culturais, profissionais e artísticas com outras organizações, segmentos sociais, grupos sociais e indivíduos, estabelecendo um espaço de conexão entre a Instituição e o ambiente, de sensibilização e de mobilização da comunidade.

A segunda, realiza-se pela oportunidade política que se dê, aos representantes dos vários segmentos sociais, de participarem nas tomadas de destino e de programas específicos da Universidade.

Em princípio, sob duas formas aparentemente independentes, a prática extensionista deverá favorecer não só a superação do isolamento a que esteve relegada a FURJ, mas também da marginalização da própria sociedade que, teoricamente, seria a sua beneficiária, de outro.

As linhas temáticas a serem estabelecidas deverão destacar a problemática ambiental como uma expressão principal do esforço extensionista da nova Universidade.

Por fim, e para que não se feche a Universidade sobre as mazelas de seu entorno, em um restrito atendimento às expectativas regionais, a Instituição deve reivindicar, a partir de si mesma, o maior relacionamento possível com outras Regiões, Estados e Nações, através de um intercâmbio metódico com outras organizações culturais e extratos científicos e profissionais de projeção.

4. A CONCRETIZAÇÃO DA UNIVILLE

4.1 O Projeto Institucional e Pedagógico

O Projeto de transformação da Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, partiu dos marcos referenciais já evidenciados e dos pressupostos teóricos que embasam a concepção de universidade. Foi elaborado a partir de uma proposta de vinculação à realidade na qual a universidade está inserida. Uma universidade concebida no final deste século, que procura dar respostas à problemática do seu tempo. E, para viver esse tempo, a UNIVILLE, enquanto uma "Nova Universidade", deve buscar caminhos para enfrentar os desafios de sua época.

Nesta perspectiva, a Univille tem a pretensão de se constituir em uma Instituição voltada também para o futuro, comprometida com a realidade social. A UNIVILLE, então, possuindo uma dinâmica própria, gerará ações dentro e fora dela, respaldada nas exigências de seu entorno.

Os princípios que norteiam a concepção da UNIVILLE, apontam para uma Instituição estratégica, capaz de fornecer as respostas ao seu meio, intervindo, assim, no desenvolvimento cultural, social, político, econômico e educacional de Joinville e Região, sempre voltada para as questões ambientais.

Portanto, o conhecimento é a base de sua concepção. Alicerçada filosoficamente, será a promotora do ensino, da pesquisa e da extensão, que viabilizem o intercâmbio de conhecimentos de diferentes áreas e a troca de experiências com e nas comunidades.

A UNIVILLE se auto-define como um modelo de ensino superior que possibilita a criação de uma "massa crítica" capaz de interpretar a realidade e contribuir não só para o desenvolvimento científico e tecnológico, como também à identificação das necessidades regionais e alternativas plausíveis para respondê-las, especialmente aquelas inerentes ao processo de desenvolvimento. (45)

Cabe explicitar que se entende por desenvolvimento aquele processo integral decorrente da interação entre os níveis biológico, econômico, político e cultural.

Nesta concepção, não se pode alcançar um nível de desenvolvimento em um único aspecto, porque cada um deles depende dos demais. Toda sociedade é composta por esses quatro subsistemas, cada um deles interagindo fortemente sobre os outros. O desprezo por qualquer um deles leva à formação de sociedades desequilibradas, sacudidas por crises e, fadada ao subdesenvolvimento. (46)

Assim, a UNIVILLE se coloca como agente dinamizador e fortificador do desenvolvimento da Região. A idéia do desenvolvimento traz em seu bojo a emancipação dos atores sociais, na busca de uma melhor qualidade de vida.

Ciente de que o atual modelo de desenvolvimento da sociedade, centrado no mercado, não tem dado conta de interpretar e responder à complexidade social porque apresenta uma visão restrita do mundo, unidimensional,

centrada no aspecto econômico, a UNIVILLE, em seu Projeto, considera as demais dimensões da atuação profissional, para assegurar uma visão holística e multidimensional da realidade que a circunda.(47)

O termo "holismo", do grego "holos", que significa totalidade, refere-se à sua compreensão da realidade em função de totalidades integradoras, cujas propriedades não podem ser reduzidas a unidades menores.

A visão holística representa uma revolução científica e epistemológica, que busca dissolver toda espécie de reducionismo: o científico, o religioso, o somático, o niilista, o materialista, o racionalista, o político, o antropocêntrico, entre outros. Em um contexto mais amplo,

o movimento holístico surge de uma premência típica do nosso crítico tempo caracterizado pela violência, desequilíbrio do ecossistema e eminente ameaça nuclear, consistindo, em última instância, na atitude de se jogar imprescindíveis pontes sobre todas as fronteiras que fragmentam o conhecimento e o coração humano. (48)

Nesta perspectiva, a UNIVILLE se projeta como um agente de superação do tipo de sociedade diante da qual se posiciona criticamente. Para tanto, fomentará a mudança naquilo que é do seu âmbito: o conhecimento da realidade e o modo de atuar, na prática, sobre esta realidade.

Voltada para as questões ambientais, dará ênfase na relação homem, natureza e trabalho, considerando o alto custo da vocação industrial da Região, de onde gera-se o risco da racionalidade instrumental.

Existem diferentes concepções de Ecologia que, ao longo do tempo, foram se construindo. Sua abrangência nos dias de

hoje inclui a ecologia natural, a ecologia humana e a ecologia social ou política.

A ecologia natural, como disciplina científica, surge em meados do século XX, no seio da Biologia. O alemão Ernest Haeckel conceitua a ecologia, pela primeira vez, como disciplina que objetiva estudar as relações dos organismos vivos e o meio ambiente.

Ultrapassando fronteiras biológicas e considerando variáveis que vêm de outras disciplinas (como Geografia e Ciência Social), temos a ecologia humana.

A ecologia política surge em uma perspectiva de movimento, desenvolvendo a consciência sobre a necessidade de cuidar da natureza para assim, também, garantir a continuidade de toda a forma de vida existente no planeta. Este princípio, diferente dos concebidos até o momento, sempre com visões simplificadoras, com conceitos fechados e auto-suficientes e também com causalidades universais.

Instala-se, então, um paradigma que concebe o homem como parte constituinte das diferentes formas de vida existentes no planeta. A tomada de consciência não só enfatiza a degradação da natureza, mas principalmente, a necessidade de mudar a relação humana com o meio ambiente natural. Desta forma, passa-se a perceber que a degradação da natureza suscita e reflete o modo como os homens estão organizados em sociedade. Essa percepção faz sugerir a consciência política da necessidade de adoção de uma práxis que se contraponha à técnica manipuladora e depredadora.

A ecologia política ultrapassa os marcos puramente naturalistas ou preservacionistas. Sua percepção crucial são os excessos e lesões provocadas pela propagação tecnológica

da sociedade urbano-industrial na natureza, na sociedade e na vida cotidiana dos indivíduos. A crença no desenvolvimento econômico ilimitado provocou sérias conseqüências para o planeta e para o homem. A consciência deste fato desencadeou um posicionamento ativo de pessoas preocupadas com o futuro da humanidade.

A este respeito, refere-se Morin:

A tomada de consciência da relação ecológica conduz a uma tomada de consciência antropossociológica e sugere duas questões ligadas. A primeira concerne à situação da esfera antropossocial na biosfera, isto é, do homem na natureza. O homem pode, deve, ocupar outro lugar na natureza? Qual? Como? ... A segunda questão concerne àquilo que liga a subjugação/exploração da natureza pelo homem e a subjugação do homem pelo homem. (49)

Os conceitos de desenvolvimento e de educação ambiental, que ensejam qualidade de vida, foram pensados não somente à luz do entorno cultural econômico e político, mas a partir da definição dos novos paradigmas e dos princípios da efetividade, da intercomplementariedade, da interdisciplinariedade, da atualização, da emancipação, além da cientificidade.

Resumindo, a UNIVILLE, enquanto Universidade, pretende ser:

- . o espaço da cultura universal;
- . o espaço das ciências;
- . o espaço para a produção do conhecimento e o "locus" da formação de profissionais de nível superior, nas diversas áreas do saber.

Face ao posicionamento explícito da Universidade diante da comunidade interna e externa, mediante a elaboração do projeto institucional (traço que a diferencia das demais universidades regionais), expressando a sua filosofia de trabalho estrutura e organização, norteia-se a construção do projeto pedagógico, lugar onde se pretende delimitar, com clareza, onde a Instituição quer chegar; como e quando pretende atingir seus objetivos e qual a forma de operacionalizá-los.

Acreditando que a concretização da Universidade pensada se dá via projeto pedagógico, procurou-se estabelecer metas, objetivos e ações que traduzissem a UNIVILLE de modo concreto, evitando-se cair no erro de uma universidade abstrata existente em si e por si. Deve ficar claro que não se propôs a concretização de uma universidade original, mas sim uma universidade com características próprias.

4.2 Definição de Metas e Objetivos

O caminho utilizado para a tomada de decisão quanto à definição de metas e objetivos que embasariam o Projeto Pedagógico, foi o da articulação e adesão de interesses da comunidade interna e externa.

Segundo ALMOND e POWELL, articulação de interesses é o processo pelo qual os indivíduos e grupos apresentam demandas aos tomadores de decisões políticas. (50)

Os canais de acesso abertos, através dos quais os vários segmentos constitutivos das comunidades, pudessem expressar interesses, necessidades e preocupações relativas

ao ensino superior da Região, possibilitaram a formalização do projeto, ficando evidentes as prioridades básicas, a proposição de novas formas de trabalho, a condução e implementação do processo de concretização, a determinação, o alcance e a efetividade das demandas.

Partindo desse pano de fundo, foram estabelecidas como metas prioritárias da UNIVILLE:

- . Intervenção rigorosa e sistemática na realidade local e regional, pela ação indissociável do trinômio pesquisa, ensino e extensão.
- . Produção do conhecimento como via de acesso à melhoria da qualidade de ensino e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida.
- . Adoção da pesquisa como princípio científico e educativo.
- . Criação de novos cursos e reestruturação curricular dos já existentes, para viabilizar o Projeto Institucional e Pedagógico.
- . Institucionalização da avaliação como meio para garantir o processo de concretização da UNIVILLE.
- . Ampliação e implementação da Biblioteca.
- . Obtenção da concessão de um canal de televisão e emissora de rádio para veiculação de programas voltados à Educação Permanente.
- . Viabilização do Plano de Expansão Física do Campus.
- . Criação e utilização de novas metodologias de ensino-aprendizagem, com ênfase na abordagem interdisciplinar.
- . Promoção de ações conjuntas com os vários segmentos da sociedade, bem como Instituições de Ensino Superior regionais, estaduais, nacionais e internacionais. (51)

A partir da definição das metas prioritárias acima descritas foram estabelecidos os objetivos gerais da UNIVILLE:

- . Promover, de forma interativa, o desenvolvimento integral da Região, respeitando-se a questão ambiental e a vida com qualidade.
- . Apoiar, científica e tecnologicamente, projetos e planos de ação nas áreas educacional, política, social, econômica

cultural.

. Promover a socialização do conhecimento sistematizado e produzido na universidade via atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo a articulação da teoria-prática-teoria.

. Garantir a infraestrutura adequada para o desenvolvimento e implementação do Projeto Pedagógico.

. Elaborar e implantar o Plano de Carreira Docente e o Plano de Cargos e Salários para o pessoal técnico-administrativo.(52)

As metas e objetivos da UNIVILLE, considerados como diretrizes da operacionalização do Projeto, precisavam ser internalizados pela comunidade acadêmica e submetidos ao conhecimento da comunidade externa, pois passaram a representar a idéia-força para a adesão de interesses.

A mobilização para que a idéia tomasse corpo e se materializasse, ocorreu via encontros e reuniões nas diversas instâncias, e setores da UNIVILLE, apoiados, tais eventos, pelos órgãos de comunicação local.

Aqui cabe ressaltar o papel decisivo de um programa de rádio diário, criado pelo Grupo Rumo à Universidade, em 01/11/89, sob o título de "Caderno Informativo", cujo objetivo é envolver a comunidade no processo de transformação da FURJ em UNIVILLE.

Também o Jornal "Espaço Cultural Aberto", periódico bimensal que, a partir de 1990, passou a ser veiculado mensalmente e com a tiragem aumentada de 1000 para 3000 exemplares.

Outrossim, cabe o registro de que foi estabelecido como tarefa dos Diretores de Unidade, Chefes de Departamento, Coordenações de Curso e dos Setores de Apoio da UNIVILLE, a elaboração de planos de ação que operacionalizassem as metas

e os objetivos propostos, tendo em vista a concretização pretendida.

4.3 A Cronologia da Criação à Instalação da UNIVILLE

A construção do Projeto UNIVILLE, a definição de suas linhas conceituais básicas, a mobilização e a socialização da idéia para a formalização da mudança, constituíram-se de etapas cronologicamente ordenadas.

Apresentamos, de forma sucinta, a cronologia da criação à instalação da UNIVILLE para que se possa vislumbrar o caminho já percorrido.

Cronologia da Criação da UNIVILLE

- 12/88 1ª reunião da Direção da FURJ em reunião com a Associação Comercial e Industrial de Joinville, para conseguir apoio para o Projeto de Universidade.
- 03/89 Reuniões na FURJ com lideranças nas áreas econômica e política do Município e com lideranças internas com objetivo de viabilizar condições para elaboração de uma proposta pedagógica para a transformação da FURJ em Universidade.
- 02/05/89 Criação do Grupo de Trabalho, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE.
- 05/89 Realização da pesquisa interna e externa da Instituição, com base na técnica DELFI.
- 30/06/89 Reunião na FURJ com o Prefeito Municipal e o Grupo

- de Trabalho para buscar apoio para a elaboração de projeto da Carta Consulta.
- 30/06/89 Entrega simbólica do ante-projeto da Carta Consulta ao Prefeito Municipal.
- 14/09/89 Encontro com lideranças para apresentação dos resultados da pesquisa.
- 02/90 Revisão e organização da Carta Consulta de acordo com novas orientações do Conselho Federal de Educação - C.F.E.
- 03/03/90 Carta Consulta é protocolada no C.F.E., sob nº 23.001.000.405/90-95.
- 07/03/90 1ª visita da Profª Dra. Zilma Parente de Barros à FURJ, para conhecer a Instituição e o potencial da Região.
- 20/02/91 Entrega, ao C.F.E., de nova versão da Carta Consulta, já reformulada diante das alterações exigidas por aquele Conselho.
- 03/04/91 Aprovação da Carta Consulta, pelo C.F.E., através do Parecer nº 199/91 - Processo nº 23.001.000.465/90-95 (anexo 1).
- 04/12/91 Autorização para implementação do Projeto da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, pelo C.F.E., através do Parecer 670/91.
- 20/06/91 Instalação da Comissão de Acompanhamento do Projeto UNIVILLE, formada pelos professores:
Dra. Zilma Parente de Barros - Relatora
Dr. Luiz Otávio do Carmo Souza - UnB
Dr. Simões de Almeida - UFSC
Dr. Fernando Fernandes de Aquino - UDESC
- 20/06/91 Prefeitura Municipal de Joinville oferece um jantar

em homenagem à Profª Dra. Zilma Parente de Barros e demais Membros da Comissão de Acompanhamento. O evento contou com a presença de expressivas lideranças de toda a Região. Na oportunidade foi lançada a Campanha para arrecadação de livros para a Biblioteca da UNIVILLE, pelo Rotary Clube de Joinville.

- 07/91 Segunda visita oficial da Comissão de Acompanhamento do Projeto UNIVILLE.
- 08/91 Terceira visita oficial da Comissão de Acompanhamento do Projeto UNIVILLE.
- 08/91 Transferência do acompanhamento do Projeto UNIVILLE, do C.F.E. ao Conselho Estadual de Educação - C.E.E., em função de nova legislação.
- 06/11/91 Aprovação, pelo C.F.E., do Projeto UNIVILLE (anexo 2).
- 06/05/93 Instalação da Comissão de Acompanhamento, presidida pelo Prof. Dr. Walter Piazza, Conselheiro do C.E.E., e, ainda, dos Professores:
Dr. Eduardo Búrigo de Carvalho - UNISUL
Dra. Elisabeth Robaldo Bottan - UNIVALI
Dr. Hélio da Silva - FURB
- 07/93 Reunião com o Prof. Dr. Walter Piazza, Relator da Comissão de Acompanhamento do Projeto UNIVILLE, com a Direção Geral e Assessorias da Instituição.

4.4 O Funcionamento e o Rendimento no Primeiro Lustró da UNIVILLE

A intencionalidade expressa no Projeto Institucional e Pedagógico, socializada com a comunidade externa e interna, vem se consubstanciando na prática, articulando-se as dimensões de idealização com as da efetividade; as condições da ação com a eficácia operativa; a da estrutura com a do funcionamento.

De acordo com Marques⁽⁵³⁾, neste momento ocorre o enfrentamento entre o instituído e o instituinte, de maneira mais clara e conseqüente com relação à utilização dos recursos institucionais, controles administrativos, burocráticos e pedagógicos e aos aspectos da Instituição como base das condições concretas, como suporte das práticas educacionais e seus conteúdos, e em suas formas de intenção e de inserção de seus agentes.

Isto posto, busca-se a superação da estrutura que dava suporte ao funcionamento da FURJ: uma Instituição de Ensino Superior Isolada com organização baseada em unidades de ensino isoladas, com regimentos próprios e departamentos circunscritos às respectivas unidades.

A administração era feita por dirigentes indicados pelo Governo Municipal, em razão de sua natureza jurídica.

Esta forma de estrutura e organização centrava-se no rendimento e eficiência de um modelo burocrático que compartimentalizava e fragmentava o funcionamento da Instituição, refletindo-se, especialmente, na formulação dos cursos e na elaboração dos currículos e, profundamente, na dissociação entre ensino, pesquisa e extensão.

A UNIVILLE, entretanto, estrutura-se e organiza-se como "Universidade Nova", com características próprias conforme ficou evidenciado nos capítulos anteriores, tendo na base da sua concepção o conhecimento sistematizado e produzido através da indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão. Seu caráter criador e inovador deve possibilitar ao acadêmico egresso a inserção no contexto em que vive para nele atuar e transformar.

O funcionamento da UNIVILLE se dará por uma nova forma organizacional. As Unidades de Ensino Integradas por um Regimento Unificado, os Departamentos constituídos pelas disciplinas afins.

Art. 1º - A Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, neste Regimento denominada Fundação, entidade dotada de personalidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Lei Municipal nº 1423, de 22 de dezembro de 1975, que deu nova organização à Fundação Universitária Norte Catarinense - FUNC, e alterada pela Lei Municipal nº 1490, de 10 de dezembro de 1976, com sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. (Fonte: Regimento Unificado - FURJ, p. 05)

A UNIVILLE propõe um modelo organizacional expresso em dois níveis de decisão: administração básica e administração superior. A administração básica é desenvolvida através do Colegiado de Departamento, Chefia de Departamento, Colegiado de Curso e Coordenação de Curso.

A administração superior faz-se por órgãos superiores de deliberação, fiscalização representação e administração denominados de: Conselho Universitário, Conselho Curador, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho

Administrativo e a Reitoria Constituída pelo Reitor, pelo Pró-Reitor de Administração, pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação e Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (Anexo 3).

Cabe o registro de que o texto do Regimento Unificado expressa a postura democrática vivenciada no novo modelo organizacional, quando prevê eleições diretas, nos níveis de administração básica e superior.

O funcionamento da estrutura organizacional da UNIVILLE não ocorreu de maneira abrupta, pois foram adotados mecanismos de transição que permitiram a compreensão do papel e da função dos agentes e da postura coerente com o novo modelo.

Apesar disso a comunidade acadêmica, condicionada a uma Instituição pequena, depara-se com o desafio de uma Universidade com um grande potencial, gerando o confronto, o desassossego, o enfrentamento com o entorno exigente, e a possibilidade de trânsito em outras fronteiras. Desafio que expressa uma situação particular de contradição.

Enquanto o contexto local e regional caracterizou-se pelo arrojo no mundo empresarial e tecnológico, a FURJ não avançou, academicamente, em termos de ciência e tecnologia. Nem se postou a reboque do desenvolvimento da Região. Ficou isolada.

A idéia de Universidade possibilita a abertura para o futuro, para novas perspectivas, para o encontro com outras realidades. Paradoxalmente, esta possibilidade assusta, desestabiliza seus co-agentes. É à luz deste entendimento que a transição gradativa foi, estrategicamente, pensada.

Para tanto, os planos de ação contidos no Projeto, foram executados, a princípio, em caráter emergencial, face às exigências da realidade em consonância com as exigências legais e institucionais.

O primeiro Relatório Parcial na Instituição da fase de Acompanhamento da Comissão do Conselho Estadual de Educação, retrata o salto dado na direção dos propósitos:

1. Cursos oferecidos

A UNIVILLE oferece doze cursos de Graduação nas seguintes áreas: Letras, História, Geografia, Matemática, Educação Artística, Química Industrial, Ciências Biológicas, Administração, Ciências Econômicas, Administração - Hab. Comércio Exterior, Ciências Contábeis e Educação Física.

O curso de graduação em Química Industrial prevê duas ênfases: em Biotecnologia e Tecnologia de Materiais, esta, desdobrando-se em Materiais Cerâmicos, Polímeros e Fibras, e Materiais Metálicos. Estas ênfases complementam o ensino, a nível de 2º grau, oferecido pela Escola Técnica Tupy.

Os cursos de graduação em Ciências Biológicas e Química Industrial e o curso de pós-graduação "lato-sensu" em Biotecnologia vinculam o desenvolvimento tecnológico-industrial (vocaçãõ da Região) com a preservação ambiental e a qualidade de vida, princípio básico do Projeto UNIVILLE. A demanda pelos cursos da UNIVILLE têm evoluído positivamente, conforme se pôde observar no Quadro XIII.

2. Situação jurídica dos cursos de graduação da UNIVILLE

Desde a sua criação foram obtidas duas Autorizações de Funcionamento e dois Reconhecimentos, conforme se pode ver no Quadro XIV.

QUADRO XIV

Situação Jurídica dos Cursos Existentes e dos Cursos Propostos da UNIVILLE - 1993

CURSOS	AUTORIZAÇÃO	RECONHECIMENTO
Ciências Econômicas	Decreto CFE 64.211/69	CFE 70.970/72
Ciências Contábeis	Decreto CFE 68.892/71	CFE 76.148/75
Administração	Decreto CFE 68.892,71	CFE 76.148/75
Administração (Hab. Em Comércio Exterior)	Decreto CFE 94.944/87	CFE 23/93
Educação Física	Decreto CFE 66.313/70	CFE 75.600/75
História	Decreto CFE 27/68	CFE 71.351/7
Geografia	Decreto CFE 27/68	CFE 71.351/72
Letras	Decreto CFE 27/68	CFE 71.351/72
Educação Artística	Decreto CFE 94.943/87	CFE 154/93
Matemática	Decreto CFE 27/68	CFE 71.351/72
Ciências Biológicas *	Decreto CFE 672/91	-
Química Industrial *	Decreto CFE 671/91	-
Formação de Educadores (pré e 1ª a 4ª série) **	-	-
Direito *	-	-

Fonte: Secretaria Geral, junho 1993.

* Em processo de reconhecimento

** Cursos novos propostos

3. Evolução da demanda

Os dados que expressam a relação candidato/vaga/curso da UNIVILLE denotam um crescimento da procura em quase todos os cursos (Quadro XV).

QUADRO XV

Relação Candidato/Vaga Por Curso da UNIVILLE 1989-1993

CURSO	1989			1990			1991			1992			1993		
	CAN	VAG	REL.												
Joinville															
Administração	470	80	5,87	646	80	8,07	535	80	6,68	486	80	6,07	519	80	6,48
Ciências Contábeis	248	80	3,10	340	80	4,25	365	80	4,56	319	80	3,98	312	80	3,90
Ciências Econômicas	421	100	4,21	399	100	3,99	318	100	3,18	309	100	3,09	167	50	3,54
Administração - Habilitação em Comércio Exterior	322	50	6,44	361	50	7,22	322	50	6,44	225	50	4,50	32	50	6,64
Letras (Not)	82	40	2,05	77	40	1,92	126	80	1,57	87	80	1,08	56	80	0,70
Letras (Mat)	30	40	0,75	33	40	0,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
História	48	40	1,20	38	40	0,95	66	40	1,65	50	40	1,25	42	40	1,05
Geografia	40	40	1,00	48	40	1,20	46	40	1,15	39	40	0,97	34	40	0,85
Matemática	70	40	1,75	115	50	2,30	96	50	1,90	71	50	1,40	57	50	1,14
Educação Artística	22	50	0,44	50	40	1,25	44	40	1,10	45	40	1,12	21	40	0,52
Educação Física	74	80	0,92	122	80	1,52	147	80	1,83	114	80	1,43	101	80	1,26
Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	40	1,35
Química Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95	40	2,37
São Bento do Sul															
Administração	134	40	3,35	125	40	3,12	163	40	4,07	82	40	2,05	101	40	2,52
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	84	40	2,10	58	40	1,45	65	40	1,62

Fonte: Secretaria Geral, junho de 1993.

4. Produtividade do ensino

A produtividade dos cursos tem se mantido estável, considerada a média de integralização curricular (Quadro XVI).

QUADRO XVI

Produtividade do Ensino

CURSOS	HABILITAÇÃO	VAGAS	INTEGRALIZAÇÃO (HORA/AULA)	INTEGRALIZAÇÃO (ANOS)	MATRICULAS (1993)	FORMANDOS				
						1988	1989	1990	1991	1992
ADMINISTRAÇÃO JO	ADMINISTRADOR	80	3.500	5 ANOS	357	73	83	80	67	07
ADMINISTRAÇÃO SBS	ADMINISTRADOR	40	3.500	5 ANOS	149	37	38	28	29	-
ADMINISTRAÇÃO JO	COMERCIO EXTERIOR	50	2.752	4 ANOS	197					
CIÊNCIAS CONTÁBEIS JO	CONTADOR	80	3.030	5 ANOS	367	26	52	39	15	15
CIÊNCIAS CONTÁBEIS SBS	CONTADOR	40	3.030	5 ANOS	107	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS ECONÔMI- CAS JO	ECONOMISTA	50	3.000	5 ANOS	329	10	30	45	44	69
CIÊNCIAS ECONÔMI- CAS SBS (1)	ECONOMISTA	50	3.000	5 ANOS	42	-	-	-	-	-
HISTÓRIA	LICENCIATURA	40	2.688	4 ANOS	75	22	26	20	15	25
LETRAS MATUTINO (2)	LICENCIATURA	40	3.170	5 ANOS		12	15	13	10	07
LETRAS NOTURNO	LICENCIATURA	40	3.170	5 ANOS	182	31	23	23	20	25
MATEMÁTICA (3)	LICENCIATURA	50	2.900	5 ANOS	115	09	07	09	08	06
GEOGRAFIA	LICENCIATURA	40	2.688	4 ANOS	80	-	20	18	17	20
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA (3)	LICENCIATURA	40	3.136	4 ANOS	71	-	-	-	21	15
EDUCAÇÃO FÍSICA	LICENCIATURA	80	2.980	4 ANOS	232	46	59	52	04	35
CIÊNCIAS BIOLÓGICA	BIOLOGOS E LICENCIATURA	40	3.780	4 ANOS	16	-	-	-	-	-
QUÍMICA INDUSTRIAL	QUÍMICA INDUSTRIAL	40	4.040	4 ANOS	35	-	-	-	-	-
FORMAÇÃO SUPERIOR DE EDUCADORES (4)	LICENCIATURA (PRÉ-1ª a 4ª)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DIREITO (5)	ADVOGADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-

- (1) Em 1993, 50 vagas do Curso de Ciências Econômicas foram transferidas para o Campus de São Francisco do Sul.
 (2) Em 1991 as 40 vagas do Curso de Letras Matutino foram transferidas para o Campus de São Francisco do Sul.
 (3) Em 1990, foram remanejadas 10 vagas do Curso de Educação Artística para o Curso de Matemática/Processo nº 02.
 (4) Em Processo.
 (5) Elaboração da Carta Consulta.

Fonte: Secretaria Geral da FURJ.

5. Cursos de Pós-Graduação

A evolução do ensino, em nível de pós-graduação, foi uma consequência natural do crescimento da Instituição.

Os cursos de pós-graduação estão sendo organizados de acordo com a filosofia e objetivos do Projeto UNIVILLE, merecendo destaque a interrelação pós-graduação e pesquisa, no processo de aliamento entre teoria e prática. Isto quer dizer, que o ensino na pós-graduação, mesmo estando consciente dos limites da pesquisa na especialização "lato sensu", está alicerçando-se na produção de conhecimentos sobre a realidade norte catarinense, formando, assim, massa crítica necessária à Região (Quadro XVII - Cursos de Pós-Graduação 1977-1993).

QUADRO XVIII

Cursos de Pós-Graduação 1977-1993

NO	ANO DE REALIZAÇÃO	NOME DO CURSO	MATRICULADOS	CONCLUÍNTES	DESISTENTES	REPROVADOS	PROFESSORES	OBSERVAÇÃO
							FURJ	
01	1977/78	GEOGRAFIA URBANA	25	08	13	04	05	Convênio UFSC
02	1977/78	HISTÓRIA	17	01	08	08	00	Convênio UFSC
03	1977/79	PORTUGUÊS	13	05	07	01	02	Convênio UFSC
04	1977/80	MATEMÁTICA	13	01	05	07	00	Convênio UFSC
05	1979/80	CONTABILIDADE	30	22	05	03	12	Convênio UFSC
06	1979	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	27	19	05	03	06	Convênio UFSC
07	1979/80	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	26	23	02	01	07	Convênio UFSC
08	1981/82	ODONTOLOGIA PREVENTIVA E SOCIAL	20	20	00	00	01	Convênio UFPr
09	1982/83	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	31	31	00	00	05	Convênio UFSC
10	1982/83	ECONOMIA INDUSTRIAL	31	30	01	00	08	Convênio UFSC
11	1982/83	ADMINISTRAÇÃO DESPORTIVA	38	34	04	00	06	
12	1983/84	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	41	33	04	04	07	Convênio UFRGS
13	1984	CONTABILIDADE	30	28	02	00	03	Convênio UFSC
14	1984/85	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	35	32	03	00	01	Convênio UFSC
15	1984/85	ECONOMIA INDUSTRIAL	29	22	07	00	06	Convênio UFSC
16	1985/86	ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO 1º GRAU	32	24	08	00	02	Convênio UFPr
17	1985/86	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	40	36	04	00	02	Convênio UDESC/ESAG

QUADRO XVIII (cont...)

Cursos de pós-Graduação 1977-1993

Nº	ANO DE REALIZAÇÃO	NOME DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO	MATRICULADOS	CONCLUÍNTES	DESISTENTES	PROFESSORES FURJ	REPROVADOS	MONOGRAFIAS	OBSERVAÇÃO
01	1989/90	GERÊNCIA CONTÁBIL E AUDITORIA	31	28	03	01	01	09	Convênio INPG
02	1989/90	PROCESSAMENTO DE DADOS	28	23	05	00	00	23	Convênio FAE/CDE
03	1989/91	PLANEJAMENTO EMPRESARIAL	37	30	07	05	00	s/monog	Convênio INPG
04	1990	CIÊNCIA DO TREINO DE ALTO RENDIMENTO	27	27	00	03	00	27	Convênio UGF
05	1990/91	METODOLOGIA DO SERVIÇO SOCIAL	30	26	04	00	00	19	Convênio FEARPE
06	1990/91	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO	35	30	01	02	04	13	Convênio ISPG
07	1990/91	MARKETING I	35	30	01	02	04	14	Convênio ISPG
08	1990/91	MARKETING II	34	25	08	00	01	16	Convênio ISPG
09	1991/92	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	32		01	01			Convênio ESAG/UDESC
10	1991/92	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	29		02	01			Convênio ISPG
11	1991/93	PLANEJAMENTO E GERÊNCIA DA INFORMAÇÃO	35		02	01			Convênio ISPG
12	1992	A PRÁTICA SOCIAL DA ARTE : EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	27	25	02	05	00	25	Convênio USP/ECA
13	1992/93	ECONOMIA EMPRESARIAL	35		03	05			Convênio FAE/CDE
14	1992/93	COMÉRCIO EXTERIOR	31		04	02			Convênio FAE/CDE
15	1993/94	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	25		01	01	01		Convênio UFPr
16	1993	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.MOVIMENTO HUMANO PERSPECTIVAS PSICOM.	34			01			
17	1993/94	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	35						Convênio ISPG
18	1993/94	RECURSOS HUMANOS	30						Convênio ISPG
19	1993/94	RECURSOS HUMANOS	30						Convênio ISPG
20	1993/94	MATEMÁTICA APLICADA	15						

QUADRO XVIII(cont...)

Cursos de Pós-Graduação 1977-1993

NO	ANO DE REALIZAÇÃO	NOME DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO	MATRICULADOS	CONCLUÍNTES	DESISTENTES	PROFESSORES FURJ	REPROVADOS	MONOGRAFIAS	OBSERVAÇÃO
01	1986/87	LÍNGUA PORTUGUESA	40	38	00	00	02	38	Convênio UFPr
02	1986/87	MATEMÁTICA	30	29	00	01	00	00	Convênio UFSC
03	1986/87	GERÊNCIA CONTÁBIL E AUDITORIA	50	43	05	02	02	35	Convênio INPG
04	1986/88	ECONOMIA DE EMPRESAS	29	17	08	04	04	00	Convênio UFSC
05	1987	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	36	28	04	04	04	28	Convênio ESAG/UDESC
06	1987/89	DIREITO EMPRESARIAL	35	20	03	00	12	12	Convênio INPG
07	1987/89	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	40	35	04	01	01	08	Convênio INPG
08	1987/88	RECURSOS HUMANOS	40	34	00	01	16	19	Convênio FAE/CDE
09	1987/88	MARKETING	36	34	00	02	02	21	Convênio FAE/CDE
10	1988	GINÁSTICA ESCOLAR	36	35	00	00	01	35	Convênio UFSM
11	1988/89	HISTÓRIA DA AMÉRICA	35	19	08	09	08	18	Convênio UFPr
12	1988/89	LÍNGUA PORTUGUESA	40	32	03	00	05	32	Convênio UFPr
13	1988/89	INGLÊS	16	10	03	03	03	08	Convênio UFPr
14	1988/89	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS	30	27	00	00	03	12	Convênio FAE/CDE
15	1988/89	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	34	30	04	00	00	13	Convênio FAE/CDE
16	1989/90	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	41	33	03	05	05	07	Convênio FAE/CDE
17	1989/90	RECURSOS HUMANOS	35	34	00	01	01	15	Convênio FAE/CDE
18	1989/90	GERÊNCIA CONTÁBIL E AUDITORIA	31	28	03	01	00	09	Convênio INPG
19	1989/90	PROCESSAMENTO DE DADOS	28	23	05	00	00	23	Convênio FAE/CDE
20	1989/91	PLANEJAMENTO EMPRESARIAL	37	30	07	05	00	s/monog	Convênio INPG

Está sendo planejada, juntamente com o Centro de Biotecnologia e a Universidade Federal de Santa Catarina, a especialização "lato sensu" em Biotecnologia, visando dar prosseguimento à linha da UNIVILLE, no que diz respeito aos desafios sociais e ambientais da Região. Também está sendo planejado para até 1996, juntamente com os Departamentos da UNIVILLE e lideranças industriais e educacionais, a oferta dos Mestrados em Administração e Educação.

É importante destacar que a pesquisa está sendo procurada por empresas locais, tendo sido realizadas algumas de caráter exploratório. Esta relação universidade-indústria não significa a convergência estrita de objetivos, os quais deverão permanecer diferentes, mas significa uma possível interação para melhorar o papel da universidade e da indústria na sociedade. Estas forças podem contribuir para o avanço de conhecimentos em benefício da comunidade local.

6. A Pesquisa

A pesquisa na UNIVILLE vem cumprindo duas funções:

1) produzir conhecimento sobre o meio em que a Universidade está inserida, visando diagnosticar os limites e potencialidades da situação sob investigação, com ênfase na questão ambiental;

2) educar com qualidade - instrumentar pessoal para a produção e uso de tecnologias alternativas e qualidade política propiciando formação crítica e reflexiva.

A partir de 1989, com a estruturação administrativa do

Setor de Apoio à Pesquisa, sob a coordenação da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, inicia-se a produção científica de caráter intrainstitucional com a "Pesquisa sócio-econômica da Região de Joinville: Censo Rural", em convênio com a Fundação 25 de Julho. Depois, em 02/05/91, também em caráter intrainstitucional, foi feita a pesquisa "Coleta Seletiva do Lixo", em convênio com a Universidade Para o Desenvolvimento de Santa Catarina - UDESC e com a Prefeitura Municipal de Joinville.

Essa experiência de pesquisa com caráter intrainstitucional foi significativa do ponto de vista da promoção de interdisciplinariedade e da produção de conhecimento para as instituições envolvidas.

A pesquisa, também, está sendo englobada nos projetos de reestruturação curricular dos cursos de graduação. A reestruturação do Curso de História se tornou experiência piloto a partir de uma pesquisa exploratória junto à comunidade, avaliação que está sendo estendida para os cursos de Letras, Administração, Economia, Ciências Contábeis, Educação Física e Educação Artística.

A pesquisa para reestruturação curricular está sendo entendida como um estudo de viabilidade do Curso e adaptação curricular às necessidades do mercado de trabalho, sem perder de vista a necessária formação de massa crítica tão relevante para a Região.

7. A Extensão Universitária

A Univille entende como extensão, "o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade" (Projeto UNIVILLE, 1992:21).

Neste sentido, a extensão está, prioritariamente, voltando suas ações para as necessidades regionais, nos aspectos gerenciais, sociais e ambientais que impliquem a busca da vida com qualidade (Princípio Básico do Projeto UNIVILLE).

A extensão caracteriza-se como aquele elemento que realiza a interface universidade e comunidade pela socialização do conhecimento. Assim, propicia a avaliação da pesquisa e do ensino, tanto no que diz respeito à relevância para a sociedade como a qualidade do saber produzido, constituindo-se em um canal permanente de comunicação com a comunidade.

A administração da extensão está a cargo da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão através do Setor de Extensão.

Destacam-se as seguintes atividades de Extensão na UNIVILLE: capacitação docente da Rede Pública Municipal, Estadual do ensino do 1º e 2º Graus; para o ensino de língua estrangeira (Alemão, Inglês, Francês, Italiano e Espanhol); para o mercado de trabalho do sistema industrial da região; para as Semanas de atualização promovidas pelos Departamentos da UNIVILLE.

Outras atividades que devem, aqui, ser enquadradas, são as "Semanas de Estudo", que vêm abrangendo um público

crescente (Quadro XVIII) e as Exposições, cujo impacto junto à comunidade tem sido enfático (Quadro XIX).

QUADRO XVIII

Número de Semanas de Estudo X Público Atingido
Pela UNIVILLE - 1989/1991

ANO	:	QUANTIDADE	:	PÚBLICO
1989	:	08	:	907
1990	:	04	:	740
1991	:	10	:	1160

1992 ATIVIDADE ASSUMIDA PELO SETOR DE EXTENSÃO

QUADRO XIX (Cont...)

Exposições Realizadas Pela UNIVILLE 1989-1993

ANO	PERÍODO	TÍTULO	TIPO	PROMOÇÃO	PÚBLICO
	14 a 18/05	Gefuhl and Harte	Posters	SAC/Insti-Cult. Brasil Alemanha/DCE	
	25 a 31/10	Schopenhauer	Posters e Quadros	Centro Cult. Brasil/Alemanha/SAC	
1991	16 a 27/02	Retrospectiva 1990	Fotos e Texto	SAC	
	16 a 27/02	UNIVILLE Exposição de Artigos	Fotos e Texto	SAC	
	08/04 a 08/05	Drummond- Alguma Poesia	Posters c/ Fotos e Texto	SAC/Centro Cultural Banco do Brasil	
	31/05 a 11/06	FURJ com ARTE	4 Exposições simultâneas c/ varias técnicas	SAC/Depto. de Ed. Artística/Museu de Arte e Museu da Imagem e do Som do R. J.	
	02 a 18/08	Retrospectiva 1º Semestre	Fotos e Textos		
	19 a 31/08	LETRAS E ARTE	Coletiva c/os trabalhos de Linda Foll Célia Ceschin, Regina de Bem e Iago Sartini		
		Memória da Vida Carioca	Fotos	SAC/Museu da Imagem e do Som do R. J.	

QUADRO XIX

Exposições Realizadas Pela UNIVILLE 1989-1993

ANO	PERÍODO	TÍTULO	TIPO	PROMOÇÃO	PÚBLICO
1989	29/05 a 12/06	Individual de Célia Ceschin	Serigrafia	SAC	Comunidade Interna e Externa
	16 a 30/06	Retratos de Joinville HOJE	Fotografia	SAC/Arquivo Histórico de Joinville	
	14 a 18/08	Flagrantes do Cotidiano	Pintura	SAC	
	19 a 29/09	Individual de Lúcia Consalato	Tapeçaria	SAC/Depto. de Ed. Artística	
	28/08 a 12/09	Bicentenário da Revolução Francesa	Posters e Fotos	SAC/Aliança Francesa	
	20 a 25/11	Emoções	Coletiva dos Trabalhos de Berenice Mokross, Célia Ceschin e Linda Poll - Técnicas Variadas	SAC/Depto. de Ed. Artística	
	02 a 06/10	Homenagem ao Centenário da República	Exposição Itinerante	SAC/Fundação Cultural de Joinville	Comunidade Interna e Externa
	20/11 a 20/12	Individual de Hugo Santamaría	Fotografia	SAC	
	07 a 28/07	A FURJ vai ao Museu	Vários	SAC/Museu de Arte e Fundação Cultural de Jlle.	
1990	16 a 24/04	Reciclagem	Posters	SAC/Instituto Cultural Brasil/Alemanha/FEJ	

QUADRO XIX (Cont...)

Exposições Realizadas Pela UNIVILLE 1989-1993

ANO	PERÍODO	TÍTULO	TIPO	PROMOÇÃO	PÚBLICO
1992	12/07 a 07/03	Portraits de Mozart	Posters c/ fotos e texto	SAC/Lojas Moelmann Blumenau	
	02 a 14/03	Retrospectiva	Fotos e Textos	SAC	
	03 a 15/08	Aconteceu... Retrospectiva	Fotos e Texto	SAC	
	21/08 a 04/09	Folclore	Trabalhos de Alunos	SAC/Depto. de Artes Plásticas	
	08 a 19/09	Viagem ao Chile	Fotos	SAC/Curso de Comércio Exterior	
	14 a 18/09	Trabalhos de Alunos	Técnicas Variadas	SAC/Depto de Artes Plásticas	
	21/09 a 02/10	Deficiência/Esporte	Fotos e Textos	SAC/Depto de Ed. Física	
	05 a 09/10	Folclore	Técnicas Variadas	SAC/Depto de Artes Plásticas	
	20/10	Dia da Poesia	Textos	SAC	
	13 a 23/10	Tupac Amaru	Posters c/ Fotos e Quadros	SAC	
	16 a 28/11	Retrospectiva 89 a 92	Fotos e Textos	SAC	
1993	30/03 a 03/04	25 anos da Fac. de Filosofia	Fotos, jornais, trabalhos de alunos	SAC/Fac. de Filosofia/ Setor de Artes Gráficas	
	05 a 14/05	Retrospectiva UNIVILLE 89 a 93	Recortes de Jornais	SAC/Setor de Artes Gráficas	

8. Atividades de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão

A partir de 1993 foram criadas estruturas de apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão. Entre suas principais atividades ressaltam-se:

. criação de um banco de dados sobre documentação relativa aos Cursos da UNIVILLE; . pesquisa sócio-econômica na Região Rural de Joinville - Censo Rural; . campanha de doação de livros para a Biblioteca; . organização do Concurso Público de provas e títulos para os Novos Cursos previstos no Projeto UNIVILLE: Curso de Química Industrial e Ciências Biológicas; . visitas às empresas para divulgação das atividades do Setor; . instalação do laboratório de Química -PADCT; . avaliação Institucional; . implantação da Rede BITNET; . visita a empresas e universidades regionais para intercâmbio, informação e solicitação de auxílio para implantação dos Cursos Novos; . roteamento para Transporte Comercial em Joinville (prestação de serviços); . orientação e encaminhamento de projetos de pesquisa (Avaliação Pedagógica e Institucional do CERI - Educação Ambiental em Joinville); Educação Física Integrada aos Componentes Curriculares na Fase de Alfabetização; . As conseqüências da Discalculia na Aprendizagem Matemática; . o Desenvolvimento Muscular de Escolares de Joinville; . assentamento Urbano em Area de Manguezal: Dicotomia Homem/Natureza Sob o Prisma da Preservação; . sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos <Complexo Babitonga Afluentes>; . identificação do Grau de Utilização de Inovações Administrativas e Tecnológicas nas Pequenas, Médio e Grandes Empresas do Setor

Metal-Mecânico da Região de Joinville; . . . a Percepção do Usuário do Transporte Coletivo Urbano em Joinville". Convênio UNIVILLE/Prefeitura Municipal, Empresas Gidion e Transtusa;

9. Apoio Gráfico

Em 1989, foi projetado o Setor de Artes Gráficas e instalado em 1991, para prover uma comunicação interna e externa mais elaborada.

10. Laboratórios

O Laboratório de Anatomia da UNIVILLE foi totalmente reformulado e conta hoje com um espaço físico suficiente para atender os cursos oferecidos pela Instituição, principalmente os de Educação Física e Biologia. Neste Laboratório há disponibilidade de cadáveres para as aulas práticas e de equipamentos modernos diversos para projeção de slides, retroprojeção e inclusive aulas com vídeo cassete. A importância desta estrutura é justamente sua aplicação teórico/prática para os cursos envolvidos e todos os outros oferecidos pela UNIVILLE, já que o estudo do corpo humano e suas partes se aplica a todos indistintamente, inclusive à Educação Artística/Artes Plásticas.

11. Biblioteca

A Biblioteca Universitária "Cel. Alire Borges Carneiro", centraliza o atendimento às necessidades de Graduação e Pós-Graduação, Colégio de Aplicação e Cursos de Extensão, mantidos pela Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ/UNIVILLE, a quem está vinculada, como órgão suplementar.

Em consonância com um dos propósitos da Universidade, atende, também, toda a comunidade de Joinville e Região, visando sanar uma deficiência histórica existente nas bibliotecas escolares e públicas, promovendo a atualização permanente do conhecimento.

Baseada na verdade de que a "universidade e a Biblioteca refletem-se" (Milanesi), e vivenciando este clima de esforço e trabalho, com o objetivo de alcançar as metas previstas dentro do Projeto UNIVILLE, a Biblioteca Universitária tem passado por mudanças consideráveis nos últimos três anos, o que se espera, culmine com a constituição de um Centro de Informação, capaz de atender verdadeiramente às necessidades da Universidade.

Atualmente a Biblioteca conta com um acervo de 42.000 volumes de livros, representando 29.000 títulos das diferentes áreas e 1726 títulos de periódicos, sendo que, destes, 303 se referem a assinaturas ou doações correntes.

Com o impulso ocorrido após o processo desencadeado pelo Projeto UNIVILLE, o que significou um aumento considerável de acervo, equipamentos e, principalmente, usuários, a Biblioteca Universitária da UNIVILLE hoje, clama por um novo espaço, o que deverá tornar-se realidade a médio

prazo, por tratar-se de uma das metas mais importantes do Projeto UNIVILLE.

QUADRO XX

Estatística do Atendimento ao Usuário da Biblioteca Cel. Alire B. Carneiro - 1990 - 1993

Discriminação :	1990*	:	1991**	:	1992	:	1993
Frequência	:	:	:	:	70.797	:	40.093
Consultas	:	:	:	:	34.966	:	14.574
Empréstimos	:	:	:	:	19.823	:	6.846

* Informação não fornecida, por inexistência de Relatório

** Somente média mensal

QUADRO XXI

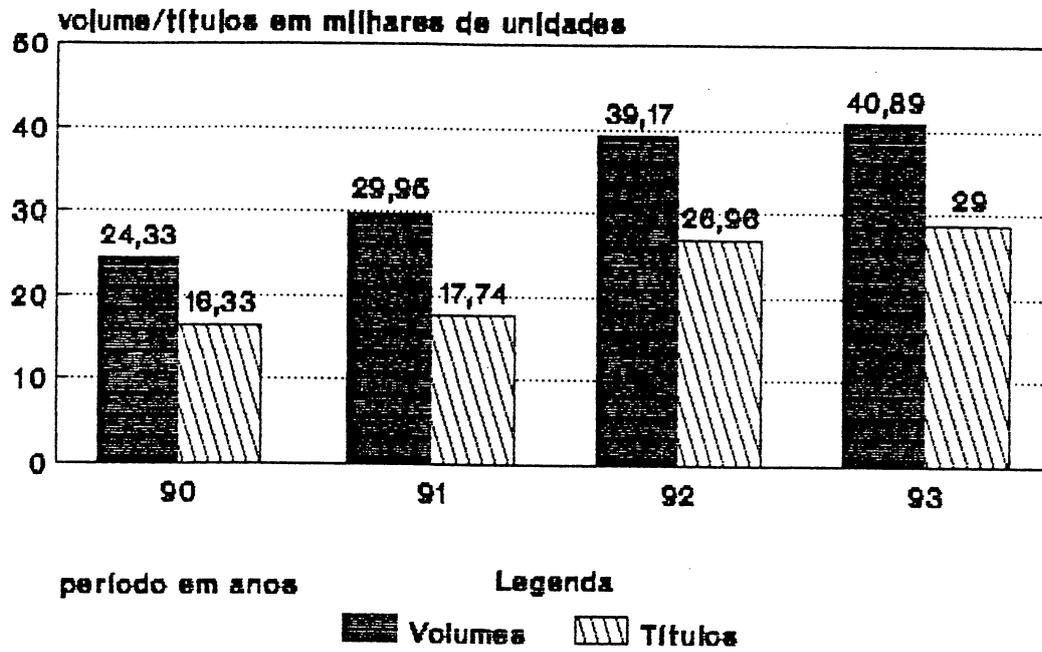
Média Mensal da Frequência, Consultas e Empréstimos da Biblioteca Cel. Alire B. Carneiro - 1991 - 1993

:	1991	:	1992	:	1993*
Frequência	4.628	:	5.899	:	8.007
Consultas	2.913	:	2.776	:	2.914
Empréstimos	2.611	:	1.811	:	1.369

Dados levantados até 31/06/93

Biblioteca

Evolução dos Volumes e Títulos



12. Qualificação Docente

A política de Recursos Humanos da UNIVILLE, expressa-se no Plano de Carreira e de Salário dos Servidores e no Plano Institucional de Capacitação Docente - PICD.

O principal objetivo do Plano de Carreira é definir a composição do corpo docente e pessoal técnico-administrativo, a evolução funcional e regime de trabalho com vistas a oferecer perspectivas de crescimento na carreira funcional.

Pretende-se alterar o regime de trabalho do Corpo Docente do 3º grau da FURJ/UNIVILLE, para melhorar a qualidade de ensino e extensão, e alterar o quadro de produção científica. Atualmente, o Plano Institucional de Capacitação de Docentes está subvencionado pela Prefeitura Municipal de Joinville, nos termos da Lei Orgânica do Município. Desta dotação orçamentária, 15% é aplicada no PICD, destinada a Cursos de Pós-Graduação "Lato Sensu", na Instituição e fora dela, e de "stricto sensu", em nível de mestrado e doutorado; cursos de aperfeiçoamento e de extensão, congressos, seminários e eventos similares.

QUADRO XXII

Titulação do Corpo Docente do 3º Grau da UNIVILLE em 1993 e Projeção Para 1996

TITULAÇÃO	1993	1996
Doutorado Completo	02	20
Doutorandos	05	—
Mestrado Completo	24	40
Mestrandos	20	—
Especialistas	107	138
Especialização (cursando)	23	—
Graduados	17*	—
TOTAL	198	198

13. Plano Diretor Físico da UNIVILLE

O Plano Diretor Físico da UNIVILLE foi elaborado em junho/91 e, desde então, a sua implantação vem obedecendo a um cronograma estabelecido de acordo com as necessidades e prioridades da Instituição.

A conclusão do Plano Diretor prevê as seguintes obras:

. Conclusão do Centro de Esportes	2.005,00 m ²
. Duplicação do Bloco "A"	1.890,00 m ²
. Ampliação do Prédio Administrativo	1.200,00 m ²
. Construção da Biblioteca Central	2.500,00 m ²

14. Informatização na UNIVILLE

A introdução da informática na UNIVILLE processou-se gradativamente, tendo recebido novo impulso nos últimos anos face às novas necessidades surgidas a partir da implantação do Projeto UNIVILLE.

Neste sentido, cabe registrar algumas iniciativas, tais como:

. credenciamento da UNIVILLE junto ao CNPq para importação de equipamentos para ensino e pesquisa pela Lei nº 8010/90;

. ligação da UNIVILLE à Rede BITNET;

. contatos com a MICROSOFT para identificar os meios e possibilidades de a UNIVILLE participar do programa que esta empresa está desenvolvendo com universidades brasileiras e que prevê a doação de softwares.

15. Avaliação Institucional

Em 1992, foi aprovado o Projeto de Avaliação Institucional da UNIVILLE.

A necessidade da Avaliação Institucional se impôs frente às exigências legais, à medida que constitui uma das ações básicas para o reconhecimento da UNIVILLE. Esta condição legal está relacionada, no plano mais amplo, à emergência de pressões sociais para a realização de avaliações nas instituições do Sistema de Ensino Superior Brasileiro e, em especial, das universidades.

No caso específico desta Instituição, em processo de reconhecimento, a pesquisa institucional oportuniza um espaço participativo de reflexão, sobre duas questões básicas:

a) como fazer com que a mudança de escola isolada para Universidade (FURJ para UNIVILLE) não se limite ao plano jurídico?

b) Como fazer para que a UNIVILLE seja uma Instituição de ensino superior de qualidade formal e política?

16. Intercâmbio Nacional e Internacional

O Projeto UNIVILLE tem, entre os seus objetivos específicos, o de "firmar convênios com instituições universitárias, a fim de promover o intercâmbio e aperfeiçoamento do corpo docente da UNIVILLE".

Entre as atividades desenvolvidas neste sentido, pode-se citar algumas, como por exemplo:

a) formalização de protocolo de intenções com a Universidad de Las Americas - UDLA;

b) aproximação com o Grupo de Coimbra, formado por 30 universidades européias tradicionais e sediadas em cidades-não capitais;

c) aproximação com a Universidade da América Latina - UDAL, visando futura associação;

d) participação na IV FAUBAI;

e) participação na elaboração da Carta Consulta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, solicitando financiamento para o Plano de Modernização e Expansão do Ensino Superior Catarinense;

f) participação no Grupo de Trabalho para Cooperação Internacional do Fórum Permanente de Educação Superior de Santa Catarina;

g) formação de um Grupo de Trabalho para discussão e estudo das implicações do MERCOSUL na Região de Joinville.

5. A ARTICULAÇÃO E COMBINAÇÃO DE INTERESSES COMO RECURSO DE VIABILIZAÇÃO DA UNIVILLE

Interrompe-se os impulsos de rotina para oportunizar uma reflexão. Absolutamente jovem, a UNIVILLE não poupa esforços para merecer sua consolidação. É como se o processo de viabilização se convertesse em uma luta diária. O cotidiano é extremamente negociável em suas táticas e ações imediatas. As tensões e conflitos nunca zeram, e os recursos nunca são suficientes, de modo que se põem em paralelo mais de uma alternativa frente às situações problemáticas. E a UNIVILLE, como as demais instituições universitárias brasileiras, tem o seu quinhão de autonomia, tem direito e deve determinar suas opções intelectuais e de investigação, assim como de definir seus programas formativos, seus campos de investigação e de empenho cultural e crítico, e, por fim, de decidir sobre as mudanças que o seu Projeto maior sugerir e comportar.

Ora, a experiência vivida até agora, vêm demonstrando que a base do êxito das mudanças está na articulação e combinação de interesses que se traduzem na sua decisão política e na mobilização respectiva que se processa a partir daí.

Por isso, acrescentamos, aqui, uma recapitulação da criação da UNIVILLE ao nível de uma análise teórica que põe em relevo o sentido da mudança realizada e o significado da

articulação e combinação de interesses para a viabilização da sua concretização.

E por que não fizemos a análise simultaneamente ao relato? Na verdade, a despeito de toda a intencionalidade investida no processo de criação, o potencial de articulação não foi esgotado.

Serve, esta análise, para instruir, preventivamente, a continuidade da transformação, a consolidação tão buscada.

5.1 O Sentido de Mudança

Em "Comment s'opèrent les changements en éducation: contribution à l'étude de l'innovation", HUBERMAN (1973)⁽⁵⁴⁾ distingue modelos de mudança, em suas origens, suas motivações, seus influxos e tipos de resistência.

Segundo o autor,

1º) É possível introduzir mudanças lentas, de caráter secundário, isoladas, para se alcançar uma melhoria contínua do funcionamento de um sistema educativo.

2º) É possível absorver permanentemente influências de novas idéias (popularização), adaptando-as às características permanentes de cada sistema.

3º) A mudança é resultante de um impulso centralizado, oficial.

No caso da UNIVILLE, a transformação adotada foi altamente impulsionada pela força social local e amparada por uma consciência sobre as exigências de

qualidade possível engendrada nos discursos sobre a universidade de um modo geral.

Neste caso, e para utilizar uma extensão classificatória de mudança, introduzida por HUBERMAN, ocorreu uma dupla motivação para a criação da UNIVILLE. Primeiramente, ela se fez induzida por motivações redutoras de tensão (como o desejo de superar o distanciamento de seus programas em relação às exigências da sociedade regional, em particular, às do município joinvilense). Mas seu discurso faz apelo à potencialidade da estrutura universitária para uma condição mais virtuosa, mais densa e de melhor qualidade, que atenda ao crescimento econômico, social e educacional do seu contexto.

Dois princípios, apresentados pelo mesmo autor, igualmente servem à consideração da criação da UNIVILLE: o fator de "massa crítica" e o "limiar crítico".

O "limiar crítico" impõe um movimento constante com vistas ao aperfeiçoamento do sistema educacional, mediante o reforço de investimentos voltados à pesquisa, equipamentos etc, para alcançar resultados melhores do que os correntes.

O princípio da "massa crítica" retrata o grau de pressão exercido em favor da mudança relativa à capacitação total do sistema. Esta pressão leva o sistema educativo a uma transformação mais rápida do que a que poderia acontecer a partir de condições normais de funcionamento.

A somatória dos dois fatores serve à interpretação da imediatez das decisões e intervenções que definiram o surgimento da UNIVILLE.

Quanto ao tipo de mudanças, pode-se dizer que a criação da UNIVILLE teve significado preponderante de mudança

conceitual e de mudança material (segundo HUBERMAN⁽⁵⁵⁾, mudanças "conceituais" são aquelas que incrementam os programas de ensino, os métodos pedagógicos e, poderíamos acrescentar, as funções universitárias; mudanças "materiais" são aquelas intervenções de impacto que incrementam as condições físicas do sistema educativo - equipamentos, instalações, bibliotecas etc. Há, ainda, as mudanças "relacionais", que incidem sobre o conceito das relações pedagógicas e administrativas).

A criação da UNIVILLE implicou uma mudança quantitativa importante, pois se pretendeu dar novo alcance às suas operações e competências. Sua natureza (da mudança), para seguir a teoria de HAVELLOCK (1970)⁽⁵⁶⁾, se identificou com o tipo "reestruturação", onde se concretiza uma reorganização de todos os componentes que co-operam no sistema. Não se tratou de substituir, remanejar ou adjuntar elementos à vida da FURJ, ou de reforçar ou de neutralizar seu perfil e atividades, mas de rever a sua estrutura, recompondo a sua potencialidade para tarefas de maior impacto social e envergadura acadêmica.

Não se pode afirmar que a criação da UNIVILLE se deu lentamente ou que ela já tenha cumprido todas as metas de sua implantação. Pode-se, entretanto, ensaiar a afirmação de que as resistências esboçadas no início da adoção da idéia, acabaram por se esvaziar.

Mesmo assim, cabe tecer alguns comentários a respeito das resistências emergidas no processo.

Antes de especificar os fatores que produzem a resistência à mudança, é bom lembrar o dizer de MILES (1964):

A maior parte da energia disponível é consumida na execução de operações de rotina e na manutenção das relações interiores ao sistema. Desse modo, a fração de energia que sobra para as questões de diagnóstico, de planificação, de inovação, de mudança deliberada e de crescimento é geralmente muito reduzida.⁽⁵⁷⁾

Além disso, os estudiosos afirmam, de antemão, que as escolas, como instituição, são, por natureza, estáveis e homeostáticas, pelo que as mudanças ocorrem com dificuldade. Romper o equilíbrio ou mudar têm o mesmo sentido, daí o reflexo de rejeição mecânica.

Dentre os fatores que promovem resistência à mudança, HAVELOCK⁽⁵⁸⁾ chama a atenção para a resistência do ambiente, a incompetência dos agentes exteriores, a desconfiança dos professores, a união incompleta entre teoria e prática, a insuficiência da base científica, o conservadorismo e a invisibilidade dos problemas, estes, freqüentemente classificados como exógenos. Outros fatores de resistência que se originam dentro do próprio sistema, incluem a confusão de objetivos, a falta de recompensa, a conformidade de método, o monopólio escolar, a fragilidade do conhecimento, os baixos investimentos tecnológico, financeiro e em formação de pessoal, as dificuldades em diagnosticar deficiências e medir resultados, o desvio de prioridade -afastamento insuficiente da rotina, ausência de modelos e passividade.

Embora não tenhamos realizado uma pesquisa específica, entendemos que o reflexo de resistência ocorrido durante o processo de criação da UNIVILLE, pode ser hipoteticamente interpretado mais pela timidez e passividade dos segmentos

(pessoal) e/ou por outros fatores endógenos; do que por incidência de fatores exógenos. Aqui, ao contrário, o respaldo externo foi eloqüente. A criação da UNIVILLE foi alentada por passeata, apoio da mídia (que ainda se mantém) e outras manifestações de ressonância.

Finalmente, cabe observar que a adoção da idéia de criação da UNIVILLE se deu sobre uma plataforma de interação social que supôs tomada de consciência, manifestação de interesse pela mudança e avaliação da necessidade e possibilidade daquela adoção, e cujo resultado principal foi o de ressuscitar o próprio crédito institucional.

5.2 O Significado da Articulação e Combinação de Interesses

Outro conceito tomado como vetor da presente análise é o que se aplica à articulação e combinação de interesses. Neste caso, a criação da UNIVILLE é apreendida em sua dimensão de sub-processo político.

O conceito de articulação e combinação de interesses integra a chave teórica da ciência política e está respaldado nos enunciados introduzidos por EASTON (1965), ALMOND e POWELL (1966) e COT e MOUNIER (1978).

Neste estudo, foi feita a adaptação conceitual de aspectos reconhecidos como presentes nos processos de viabilização e concretização da UNIVILLE no que se refere às estratégias de interação com a comunidade.

Em princípio, é importante aceitar que existe um fluxo (regulador, extrativo, distributivo e responsivo) entre o sistema e o seu ambiente favorecido por um nível de

funcionamento interno (no sistema político), à semelhança do comportamento fisiológico da digestão alimentar.

No caso da instância política, substitua-se o termo "digestão" por "conversão".

A conversão é um processo (método) pelo qual os sistemas transformam "inputs" em "outputs", ou seja, transformam matéria e energia ambientais em produto.

A matéria e a energia ambientais são denominadas, no processo político, de demandas e suportes que são transformadas em decisões.

Demandas e suportes são conceitos introduzidos precursoramente por EASTON (1968), quem desdobrou os dois termos em várias classes que se combinam em diferentes formas e graus de intensidade:

- (a) demandas por distribuição de benefícios e serviços, como por exemplo, oportunidades educacionais;
- (b) demandas por regulamentação de comportamento, tais como regras de segurança pública, de controle de mercado, de condições sanitárias e/ou com relação a casamento etc;
- (c) demandas por participação no sistema político como o direito de voto e o de elegibilidade;
- (d) demandas por comunicação e informação como afirmação de regras e comunicação de intenções políticas;
- (e) suportes materiais: pagamentos de impostos, serviço militar ...;
- (f) obediência à lei e aos regulamentos (suporte);
- (g) suportes participatórios como o voto, discussão política e outras formas de militância;
- (h) atenção prestada às comunicações governamentais e evidências de respeito pela autoridade pública (suporte)⁽⁵⁹⁾

As demandas a, b, c e d, afetam as diretrizes e metas do sistema, enquanto os suportes e, f, g e h, proporcionam as

condições que capacitam um sistema político a atingir suas metas.

A criação da UNIVILLE atendeu à demanda por distribuição de serviço (educacional) e recorreu a suportes materiais e participatórios por parte da comunidade joinvilense (a campanha da Biblioteca; as reuniões, os encontros e as discussões com a comunidade).

As demandas e suportes podem extrapolar a comunidade imediata e emergir de ambientes mais distanciadas. Assim, justifica-se a desconcentração dos serviços (a UNIVILLE mantém o campus II, em São Bento do Sul e uma extensão em São Francisco do Sul onde oferece o curso de Ciências Econômicas) e a realização de convênios.

A questão da relação da instância política com o seu ambiente não se reduz à especificação e identificação de demandas e suportes, mas abrange toda a complexidade do processo de "conversão", já mencionado.

Segundo ALMOND E POWEL (1972), a conversão (tal como ocorre nas instâncias políticas) pode ser analisada conforme os "modos" como é processada:

- (a) via articulação de interesses: modo como as demandas são formuladas;
- (b) via agregação de interesses: modo como as demandas são combinadas na forma de cursos alternativos de ação;
- (c) via elaboração de regras: modo como as regras são aplicadas e impostas;
- (d) via adjudicação de regras: modo como aquelas aplicações de regras são determinadas por lei em casos individuais;
- (e) via comunicação: modo como são veiculadas as várias atividades dentro do sistema e entre ele e o seu ambiente. (60)

A criação da UNIVILLE se pautou pelo cuidado de

identificar e ratificar, junto à comunidade interna e externa, o viés das demandas. E o resultado positivo detectado deve ser creditado à articulação e combinação (ou agregação) de interesses. Em situação complementar, mas não menos importante na viabilização da transformação, cabe lembrar o processo de comunicação que foi instaurado.

É de se lembrar aqui as históricas tentativas da FURJ: criada em 1967, a Instituição passou por alterações cíclicas de siglas, fato que não afetou mais que supletivamente a consistência da sua oferta educacional. Suas mudanças nominais vinham sugerindo mais o descrédito institucional do que a própria reorientação das expectativas comunitárias. Tal fato se explica, porque as mudanças apenas se reformalizaram em termos de nomeação jurídica. Em nenhum momento apontavam saltos significativos em seu Projeto.

A transformação da FURJ em Universidade significou uma injeção de intencionalidade política, um jogo forte entre a demanda formativa da comunidade regional e a capacidade da Instituição de convertê-la em propósito, e, depois, em ação concreta de atendimento.

O Grupo "Rumo à Universidade" foi o instrumento do processo de conversão. Aparentemente simples, o processo foi complexo.

A abordagem junto aos grupos e lideranças comunitárias se deu com "grupos associativos de interesses". ALMOND & POWEL (1972), entendem por grupos não-associativos, aqueles grupos consangüíneos, étnicos, regionais, da mesma posição social ou de classe, que articulam periodicamente seus interesses. Já os grupos associativos de interesses incluem

as estruturas especializadas de articulação de interesses - sindicatos, organização de homens de negócios ou industriais, associações diversas etc. Caracterizam-se, os grupos associativos de interesses, pela representação aberta dos interesses de um grupo determinado, podendo respaldar a mobilização de demandas co-laterais, ao mesmo tempo que, pela força que ostentam, enquanto representantes de uma ampla gama de grupos e interesses, podem limitar ou alterar a influência de grupos reais ou potenciais de interesses institucionais e de auto-representação. (61)

Não seria exagero e nem injusto realçar o apoio dos grupos associativos de interesses da sociedade joinvilense na viabilização da criação da UNIVILLE. O papel da Associação Industrial e Comercial de Joinville - ACIJ, do Clube de Diretores Lojistas - CDL, da Associação de Pequenas e Médias Empresas - AJORPEMI, da Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Centro de Desenvolvimento Biotecnológico - CDB, Fundação 25 de Julho, Prefeituras Municipais da Microrregião Confederação Nacional das Indústrias - CNI, Instituto Euvaldo Lodi - IEL, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Associação das Fundações Educacionais de Santa Catarina - ACAFE, Universidade Para o Desenvolvimento de Santa Catarina - UDESC, Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Fundação Universidade da Região de Blumenau - FURB, Rotary Clubes, Lions Clubes, entre outros, constituiu apoio político decisivo.

A articulação de interesses exercitada para a viabilização da criação da UNIVILLE deu-se sob estilo

manifesto, isto é, aberto. (A diferença estabelecida por ALMOND & POWEL entre estilo manifesto e oculto é que, em relação ao primeiro, a articulação se realiza mediante uma formulação aberta de uma reivindicação ou demanda; enquanto que, no segundo caso, a articulação toma a forma de indicadores de comportamento ou de estado de espírito que podem ser observados e transmitidos ao sistema político)⁽⁶⁵⁾

Quanto à especificidade ou amplitude dos interesses articulados, pode-se observar que as demandas se explicitaram de modo amplo, não tendo ocorrido circunstância para detalhamentos de indicações no plano externo da interação social. Coube ao Grupo "Rumo à Universidade" decodificar, operacionalmente, as demandas que circularam nos encontros entre os grupos associativos. A referida equipe, encarregada de relatar e justificar, em forma de Carta Consulta, a proposta de criação da UNIVILLE, refletiu a cultura política da Instituição, conciliando e resgatando os termos programáticos a ela adstritos. O Grupo realizou, neste último sentido, a necessária organização de interesses, "ouvindo os murmúrios das tendas" e combinando-os em decisões sobre as alternativas de ação.

O âmbito dos interesses agregados, há que se observar, era relativamente estrito, pois que os valores e esperanças acerca da Universidade que se projetava eram aparentemente convergentes.

Nota: Embora os autores aqui citados tenham direcionado suas definições políticas ao fenômeno da construção do Estado, com destaque ao papel dos partidos políticos, pudemos

reconhecer a analogia de sua interpretação em um contexto organizacional complexo - a FURJ, onde a autonomia relativa dava lugar a tomadas de decisão aqui apreendidas como definições estratégicas de longo alcance em interação com a sociedade.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Das idéias que povoam o imaginário intelectual deste fim de século, a que parece estar mais solidariamente ancorada nos fatos é, certamente, a de que estão se desvanecendo as fronteiras materiais e espirituais entre os Estados. (FIORI, 1993)⁽⁶³⁾

Ao estudar a evolução da educação superior no mundo, TROW (1974)⁽⁶⁴⁾ identificou o processo de democratização pela prefiguração de uma transição marcada por três etapas, partindo de um ensino de elite para um ensino de massa e deste para um ensino superior universal.

Este ensino, quanto mais se volta ao significado da universalização mais se compromete com os entornos progressivamente abrangentes.

A universidade constitui, realmente e cada vez mais, um mecanismo determinante da sociedade a que pertence e cujas necessidades concretas, entre outras o desenvolvimento, deve conhecer, antecipar e servir (MORSY, 1992)⁽⁶⁵⁾. Por isso, o espaço próprio, autônomo mas não independente, e, tampouco exclusivo.

A criação de uma universidade, nos dias de hoje, deve se render a duas evidências: a primeira, é a constatação de que ela já não detém o monopólio da produção do saber, da formação e nem da investigação científica. Por tal razão ela precisa reconsiderar os seus interlocutores mais além da fronteira acadêmica.

A segunda evidência tem que ver com a matização da

concepção de autonomia pela abertura da universidade à sociedade, aceitando auscultar as suas demandas e suas necessidades, indo mais além da justaposição ou da oposição aos laboratórios das empresas, aos institutos de pesquisa aplicada ou a outros subsistemas que concorram a objetivos similares; isto é, usando de sua liberdade intelectual e de sua vocação crítica, a universidade deve se abrir, co-operar, associar-se a outros setores...⁽⁶⁶⁾

Esta abertura, esta cooperação na construção de novas formas de formação, na oferta de serviços em matéria de investigação e de formação contínua ...⁽⁶⁷⁾, eis que se amplia e se complexifica o compromisso acadêmico em razão dos interesses e expectativas dos seus potenciais beneficiários.

Mas é imprescindível que a concretização de utopias universitárias transcenda a sua condição de possibilidade para uma certeza de probabilidade. Esta passagem, por sua vez, é construída pelos esforços da viabilidade.

No caso da criação da UNIVILLE, as ordens de viabilidade que regeram aqueles esforços foram as mesmas indicadas por AGUERRONDO (1992)⁽⁶⁸⁾ para a viabilização das inovações educacionais em geral: viabilidade político-cultural, viabilidade organizacional-administrativa e viabilidade material.

Em sua dimensão cultural, a viabilização implicou na afinação da proposta no marco das representações dos diferentes grupos que seriam afetados pela sua implantação.

Em sua dimensão política, a viabilização implicou na cooptação dos preconizadores da criação da UNIVILLE com os grupos de poder (grupos associativos de interesses), a fim de

neutralizar resistências e obstáculos, e reforçar a motivação da comunidade pela mudança.

Em termos organizacionais e administrativos, a viabilização logrou a inserção burocrática necessária e o redimensionamento requerido da estrutura da nova universidade.

Os cinco anos de vida da UNIVILLE demonstraram que a manutenção e o desenvolvimento dos Projetos Institucional e Pedagógico impõem uma avaliação sistemática das estratégias e ajustes contínuos.

Por fim, os recursos humanos, o tempo e os recursos materiais, que compõem a estrutura da viabilidade material, vêm sendo providenciados. A qualificação do quadro docente se sobressai em dificuldade de realização, entre as demais condições, apresentando-se, também, com uma perspectiva mais lenta (observe-se, aqui, o nível de exigências do perfil de qualificação: mestrado, doutorado, pós-doutorado, produção científica).

Assim mesmo, a UNIVILLE está corroborando para uma etapa, ainda, do ensino de massa do nível superior brasileiro, apesar de que o incremento da matrícula universitária, não só na região como, de resto no Brasil, esteja muito atrás do índice de rendimento dos graus escolares inferiores. E, sabemos, malgrado a Constituição Brasileira imponha, a própria universalização do ensino fundamental não dá sinais de factibilidade no prazo acordado.

No entanto, queremos com todas as nossas forças, preservar e desenvolver o esforço que nos remeterá ao futuro melhor instrumentados, melhor situados e melhor

capacitados para a colaboração social e para a competição profissional: a universidade, a nossa e as outras, que um intercâmbio inteligente colocará ao nosso alcance.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1). DEMO, Pedro. Universidade e qualidade. Brasília: IPLAN/CEC, p. 02, ago./1989, mimeo.
- (2). MIGUEL, Jesus M. de. Anatomia de uma universidade. Barcelona:Doposa, 1978.
- (3). Idem, ibidem, p. 11.
- (4). GERBORD, P. L'enseñnement supérieur. In: MAIA, M.R.F. Reflexões sobre a expansão do ensino superior brasileiro: a consideração de uma singularidade. Dissertação de Mestrado, Curitiba:UFPR, 1992. p. 02.
- (5). CUNHA, L.A. Universidade crítica: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro:Francisco Alves, 1989. p. 254.
- (6). DREZE E DEBELLE. Apud: BOAVENTURA, E. Universidade brasileira: procura de uma concepção. Fórum Educacional, v. 2, n. 3, jun-set, 1978, p. 18.
- (7). Idem, ibidem.
- (8). Idem, ibidem, p. 08.
- (9). FAVERO, M.L.M. A universidade em busca de sua identidade. Petrópolis:Vozes, p. 22.
- (10). CERVI, R.M. Voltar ao passado, por que? In: MAIA, M.R.F., op. cit, p. 10.
- (11). FAVERO, M.L.M. op. cit.
- (12). FAVERO, M.L.M. In: MAIA, M.R.F., op. cit., p. 34.
- (13). Idem, ibidem, p. 13.
- (14). Idem, ibidem.
- (15). RIBEIRO, Darcy. A universidade brasileira. In: MAIA, M.R.F., op. cit. p. 15.
- (16). FITOURI, Ch. Introdução. Finalidades de la educación, Paris:Unesco, p. 07, 1981.
- (17). Idem, Ibidem, p. 14.
- (18). SUCHODOLSKY, B. Para un enfoque mundial del problema de las finalidades. Finalidades de la educación, Paris:UNESCO, p. 158, 1981.
- (19). ROSSI, Clóvis. Peritos não acham saída para o desemprego. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 jan. 1994.

- (20). SUCHODOLSKY, B. op. cit. p. 160.
- (21). Idem, ibidem. p. 160 e ss.
- (22). Idem, ibidem. p. 173.
- (23). Idem, ibidem. p. 178-185.
- (24). Idem, ibidem. p. 185-186.
- (25). ROLLER, S. Las finalidades de la educación: generación y regeneración. Finalidades de la educación, Paris:UNESCO, p. 218, 1981.
- (26). HALLACK, J. Investir en el futuro, Paris/Madrid:UNESCO/TECNOS, 1991. p. 72.
- (27). Idem, Ibidem.
- (28). TERNES, Apolinário. História econômica de Joinville. Joinville:Meyer, 1986. p. 78.
- (29). Idem, ibidem, p. 66.
- (30). Idem, ibidem, p. 20.
- (31). Idem, ibidem.
- (32). Brasil em Exame, mai. 1991.
- (33). HALLAK, J. op. cit. p. 67.
- (34). Idem, ibidem, p. 72.
- (35). MAIA, M.R.F. op. cit.
- (36). ACAFE. Relatório de Atividades. Florianópolis, 1993.
- (37). ACAFE. Relatório de Atividades. Florianópolis, 1985.
- (38). SAVIANI, Demerval. Análise Crítica da organização escolar brasileira através da lei 5540/68 e 5692/71. In: GARCIA, Walter. Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento, 3. ed. São Paulo:McGraw Hill do Brasil, 1978. p. 183-184.
- (39). UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. Projeto UNIVILLE. Joinville, 1991.
- (40). BRASIL. Constituição da República Federativa. 1988.
- (41). BRASIL, MEC. Aspectos da organização e funcionamento da educação brasileira, 1988. p. 57.
- (42). BRASIL. Decreto-Lei nº 359, de 09/12/91. Lei 5540/68.
- (43). GANDIN, Danilo. A escola e a transformação social. Petrópolis:Vozes, 1988. p. 17-18.

- (44) MORSY, Zaghlood. Jalones. *Perspectivas*, Paris/Chile:UNESCO/TECNOS. v. XXI, n. 3, p. 331, ago-jun, 1992.
- (45) UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. Projeto Univille. 1991.
- (46) Idem, ibidem.
- (47) CREMA, Roberto. *Introdução à visão holística*. São Paulo:Summer, 1989. p. 59-77.
- (48) Idem, ibidem.
- (49) MORIN, Edgar. *O método II*. Lisboa:Editora Europa América, 1984.
- (50) ALMOND, G.A. & POWELL, G.B.J. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 52.
- (51) UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. Projeto UNIVILLE. 1991, p. 10.
- (52) Idem, ibidem, p. 08.
- (53) MARQUES, Osório de M. *A ciência do educador*. Ijuí:Editora da Unijuí, 1990. p. 136-137.
- (54) HUBERMAN, A.M. *Comment s'opèrent les changements en éducation: contribution à l'étude de l'innovation*. Paris:UNESCO, 1973.
- (55) ----- *Como se realizaram as mudanças em educação: subsídios para o estudo do problema da inovação*. São Paulo:Cultrix, 1976.
- (56) HAVELOCK, J. *Guide for innovation through dissemination and utilization of Knowledge*. Michigan:University of Michigan, 1971. In: HUBERMAN, A.M. op. cit.
- (57) MILES, M. *On temporary systems*. In: HUBERMAN, A.M. op. cit., p. 39.
- (58) HAVELOCK, J. op. cit.
- (59) EASTON, D. *Uma teoria de análise política*. Tradução: Gilberto Velho. Rio de Janeiro:Zahar, 1968. p. 22.
- (60) ALMOND, G.A. & POWEL. op. cit., p. 25.
- (61) Idem, ibidem, p. 53 e ss.
- (62) Idem, ibidem, p. 62.
- (63) FIORI, José Lins. *Globalização, estados nacionais e políticas públicas*. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 16, n. 96, p. 26, dez. 1993.

- (64). TROW, M. Problems of the transition from elite to mass higher education. Paris:OCDE, 1974. In: MORSY, Z. op. cit., p. 320.
- (65). MORSY, Z. op. cit., p. 320.
- (66). Idem, ibidem.
- (67). Idem, ibidem.
- (68). AGUERRONDO, Inés. La innovación educativa en América latina: balance de cuatro décadas. *Perspectivas*, Paris:Chile, v. XXII, n. 3, p. 387, jun-ago. 1992.

BIBLIOGRAFIA

01. ACAFE. Relatório de Atividades. Florianópolis, 1993.
02. ACAFE. Relatório de Atividades. Florianópolis, 1985.
03. AGUERRONDO, Inés. La innovación educativa en América Latina: balance de cuatro décadas. Perspectivas, Paris/Chile, v. XXII, n. 3, p. 387, jun-ago. 1992.
04. ALMOND, G.A. & POWEL, G.B.J. Uma teoria de política comparada, Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
05. BRASIL. Constituição da República Federativa. 1988.
06. BRASIL. Decreto-Lei nº 359, de 09/12/91. Lei 5540/68.
07. Brasil em Exame, mai. 1991.
08. BRASIL, MEC. Aspectos da organização e funcionamento da educação brasileira, 1988.
09. BUARQUE, Cristóvão. Na fronteira do futuro (projeto da UnB), 1989.
10. CERVI, Rejane M. Voltar ao passado, por que?, In: MAIA, M.R.F. Reflexões sobre a expansão do ensino superior brasileiro: a consideração de uma singularidade, Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 1992.
11. CREMA, Roberto. Introdução à visão holística, São Paulo: Summer, 1989.
11. CUNHA, I.A. Universidade crítica: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
12. DEMO, Pedro. Universidade e qualidade. Brasília: IPLAN/CEC, p.02, ago./1989, mimeo.
13. DREZE E DEBELLE. apud: BOAVENTURA, E. Universidade brasileira, procura de uma concepção. Fórum Educacional, v. 2, n. 3, jun-set, 1978.
14. EASTON, D. Uma teoria de análise política, tradução: Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
15. FAVERO, M.L.M. A universidade em busca de sua identidade. Petrópolis: Vozes.
16. FIORI, José Lins. Globalização, estados nacionais e políticas públicas. Ciência Hoje, São Paulo, v. 16, n. 96, p. 26, dez. 1993.

17. FITOURI, Ch. Introdução. Finalidades de la educación, Paris:UNESCO, p. 07, 1981.
18. GANDIN, Danilo. A escola e a transformação social, Petrópolis:Vozes, 1988.
19. GARCIA, Walter. Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento, 3. ed. São Paulo:McGraw-Hill do Brasil, 1978.
20. GERBORD, P. L'enseignement supérieur. In: MAIA, M.R.F. Reflexões sobre a expansão do ensino superior brasileiro: a consideração de uma singularidade. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 1992.
21. HALLAK, J. Investir en el futuro, Paris/Madrid:UNESCO/TECNOS, 1991.
22. HAVELOCK, J. Guide for innovation through dissemination and utilization of knowlwdge. Michigan:University of Michigan, 1971. In: HUBERMAN, A.M. Comment s'óperent les changements en éducation: contribution à l'étude de l'innovation, Paris:UNESCO, 1973
23. HUBERMAN, A.M. Comment s'óperent les changements en éducation: contribution à l'étude de l'innovation, Paris:UNESCO, 1973.
24. -----. Como se realizaram as mudanças em educação: subsídios para o estudo do problema da inovação, São Paulo:Cultrix, 1976
25. LOPES, Marileia G.M. (coord). Projeto ação integrada comunidade-escola, Joinville:Mayer, 1983.
26. MAIA, M.R.F. Reflexões sobre a expansão do ensino superior brasileiro: a consideração de uma singularidade, Dissertação de Mestrado. Curitiba:UFPR, 1992.
27. MARQUES, Osório de M. A ciência do educador, Ijuí:Editora da Unijuí, 1990.
28. MIGUEL, Jesus M. de. Anatomia de uma universidade. Barcelona:Dopesa, 1978.
29. MILES, M. On temporary systems, In: HUBERMAN, A.M. op. cit.
30. MORIN, Edgar. O método II, Lisboa:Editora Europa América, 1984.
31. MORSY, Z. Jalones. Perspectivas, Paris/Chile:UNESCO/TECNOS. v.XXI, n. 3, p. 331, ago-jun, 1992.
32. ROSSI, Clóvis. Peritos não acham saída para o desemprego. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 jan. 1994.
33. RIBEIRO, Darcy. A universidade brasileira, In: MAIA, M.R.F., op. cit.

34. ROLLER, S. Las finalidades de la educación: generación y regeneración. Finalidades de la Educación, Paris: UNESCO, p. 218, 1981.
35. SAVIANI, Demerval. Análise crítica da organização escolar brasileira através da lei 5540/68 e 5692/71. In: GARCIA, Walter. Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento, 3. Ed. São Paulo:McGraw Hill do Brasil, 1978.
36. SUCHODOLSKI, B. Para un enfoque mundial del problema de las finalidades. Finalidades de la educación, Paris:UNESCO.
37. TERNES, Apolinário. História Econômica de Joinville. Joinville:Meyer, 1986.
38. TROW, M. Problems of the transition from elite to mass higher education, Paris:OCDE, 1974. In: MORSY, Z. Jalones. Perspectivas, Paris/Chile, v. XXII, n. 3, p. 320, jun-ago, 1992.
39. UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. Projeto UNIVILLE. Joinville, 1991.
40. ----- . Relatório de Atividades, 1993.

A N E X O S

ANEXO 1

DOCUMENTO OFICIAL

DA APROVAÇÃO

CARTA CONSULTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO/MANTENEDORA		UF
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE		
ASSUNTO:		
CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE PELA VIA DA AUTORIZAÇÃO		
RELATOR: SR. CONS. ZILMA GOMES PARENTE DE BARROS		
PARECER Nº 199/91	CÂMARA ou COMISSÃO CEU	APROVADO EM: 03.04.91
		PROCESSO Nº: 23001000465/90-6
1. RELATÓRIO		
1. <u>HISTÓRICO</u>		
<p>A Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ encaminhou Carta-Consulta ao Conselho Federal de Educação objetivando criar, pela via da autorização, a Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, de acordo com o que dispõem o Artigo 7º da Resolução nº 03/83/CFE, a Lei nº 5.540/68 e o Decreto nº 87.911/82. Analisada a Carta-Consulta, verificou-se a sua adequação às normas aprovadas pelo Parecer CFE nº 642/90.</p> <p>A Relatora teve oportunidade de visitar e analisar as condições de funcionamento da Instituição, o que favoreceu a elaboração do presente Parecer.</p>		
2. <u>DADOS REFERENTES À ENTIDADE MANTENEDORA</u>		
<p>A Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ é uma entidade dotada de personalidade jurídica, com autonomia di-</p>		

dático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, sem fins lucrativos, criada pela Lei municipal nº 871, de 17 de julho de 1967, com a denominação inicial de Fundação Joinvillense de Ensino - FUNDAJE, com sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com Estatuto registrado no Cartório do Registro Civil de Títulos e Documentos, Livro A/05, às fls. 80 a 82 EV, sob o número de ordem 1.014.

A FURJ possui Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, cujo processo se encontra em tramitação no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação sob o nº 233.701/74, cujo prazo de validade foi renovado em 09 de novembro de 1977, através do processo nº 248.605/76. A FURJ possui Utilidade Pública Federal (em tramitação), Estadual e Municipal, conforme informações à página 15.

São finalidades da FURJ: a) organizar e manter estabelecimentos de ensino em todos os níveis; b) promover a divulgação de assuntos de natureza técnica, científica e cultural; c) promover ações que visam o aprimoramento do homem na sociedade, valendo-se dos meios necessários à consecução dos seus objetivos.

A estrutura organizacional da FURJ, a escolha dos dirigentes de forma democrática e participada dos segmentos da comunidade acadêmica da Instituição, bem como as competências dos diversos órgãos deliberativos e executivos estão devidamente explicitadas no Estatuto. Os atuais dirigentes são profissionais da educação e atuam na administração universitária há mais de dez anos, sendo detentores de pós-graduação "stricto" ou "lato sensu". Seu curriculum vitae está sintetizado às páginas 09 a 13.

2.1. CONDIÇÕES FISCAIS

As condições fiscais e parafiscais da Entidade Mantenedora es-

tão comprovadas como regulares através de certidões negativas à disposição na Instituição para fins de verificação.

2.2. CAPACIDADE PATRIMONIAL E ECONÔMICO-FINANCEIRA

O patrimônio da FURJ, constituído por bens móveis e imóveis localizados na cidade de Joinville - SC, foi avaliado em 19/09/90, no valor de Cr\$ 491.055.107,03 (quatrocentos e noventa e um milhões, cinquenta e cinco mil, cento e sete cruzeiros e três centavos) correspondendo a 8.314.850 BTN's (oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e cinquenta Bônus do Tesouro Nacional), conforme discriminado no Quadro 01. Consta de terreno urbano, situado junto ao Distrito Industrial, medindo 233.603 m², sobre o qual estão construídos 20.950 m², abrigando as quatro Unidades de Ensino.

A capacidade econômico-financeira é demonstrada através dos balanços patrimoniais e das demonstrações de receitas e despesas do último triênio (1987 a 1989). Os índices econômicos revelam que a Instituição possui boa estabilidade econômico-financeira, pois:

- a liquidez geral dos últimos anos é expressiva;
- a liquidez patrimonial medida pelo grau de endividamento é boa;
- o grau de endividamento indica que a Instituição é sólida.

A análise econômico-financeira da Instituição às páginas 25 a 27 torna evidente a solidez da FURJ. Vale ressaltar que a principal fonte de receita nesse período são as anuidades escolares, perfazendo em média 70% da mesma. Por sua vez, as despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, no período em foco, representam menos de 30% em média. Os investimentos em Bens de Capital estão discriminados por natureza no Quadro 03. À página 27 informa-se sobre novas fontes de re-

ceita a partir do exercício de 1990. Na condição de fundação pública, criada pela municipalidade de Joinville, a FURJ está sendo beneficiada, com base na Constituição do Estado e na Lei Orgânica do Município de Joinville, com dotações orçamentárias anuais, transferidas em duodécimos, melhorando sensivelmente a capacidade econômico-financeira da Instituição.

2.3. DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS FIXADOS NO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO Nº 03/83/CFE

Conforme prevê o Estatuto da FURJ, os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 03/83/CFE são atendidos, demonstrando-se como segue:

a) Nos termos do art. 54 do Estatuto, a FURJ não distribui parcela alguma do seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação nos resultados;

b) conforme reza o art. 54, a FURJ aplica integralmente no país os seus recursos na manutenção dos objetivos institucionais;

c) Pelo art. 62 é estabelecido que o registro da execução orçamentária e dos fatos da gestão financeira, econômica e patrimonial será centralizada na Diretoria, cabendo-lhe efetuar os registros em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

d) Nos termos do art. 64 do Estatuto e com base nos balanços, pode ser demonstrado que a FURJ respeita os tetos que venham a ser estabelecidos no que se refere a superávits financeiros, variações patrimoniais positivas e gastos com pessoal de direção e administração em cada exercício social.

2.4. RELACIONAMENTO COM AS UNIDADES DE ENSINO, SUA AUTONOMIA E A FORMA DE ESCOLHA DOS DIRIGENTES

O Estatuto da Entidade Mantenedora, harmonizando-se com o Regi-

mento Unificado, estabelece claramente as competências e a forma de relacionamento da mesma com as Unidades de Ensino. Os ordenamentos institucionais prevêem, igualmente, o nível de autonomia das Unidades de Ensino, bem como os critérios adotados para a escolha dos seus dirigentes, a nível central, das Unidades de Ensino e dos Chefes de Departamento.
(páginas 32 a 34)

3. QUALIFICAÇÃO PARA A ÁREA ACADÊMICA

3.1. ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ tem sua origem na Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 1965 e mantida pela Comunidade Evangélica de Confissão Luterana. Pela Lei municipal nº 871/67 foi criada a FUNDAJE - Fundação Joinvillense de Ensino para assumir a Faculdade de Ciências Econômicas e manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Superior de Educação Física e Desportos, criadas respectivamente em 1968 e 1970. Os últimos cursos foram criados em 1988, a saber: Comércio Exterior e Educação Artística. Os demais cursos estão devidamente reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação, conforme dados do Quadro 24.

No período de 1974/75, com o apoio da Prefeitura Municipal de Joinville, foi construído o Campus Universitário, estando localizado na zona industrial da cidade, no Bairro Bom Retiro, em atendimento ao Plano Diretor Físico da cidade de Joinville. Visando complementar sua ação educacional foi criado em 1977 o Colégio de Aplicação.

Com autorização do Conselho Estadual de Educação, a FURJ estendeu sua atuação até os municípios vizinhos de Jaraguá do Sul e São Bento do Sul, oferecendo vagas dos seus cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis.

A FURJ oferece anualmente 720 vagas em seus dez cursos de graduação. Em 1989 estavam matriculados 2.311 alunos. O Concurso Vestibular é organizado, a nível estadual, pela ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais desde 1975, sendo que a demanda média em 1990 foi de 3,43 candidatos por vaga. As informações sobre vagas, aluno, concluintes e vestibular estão sintetizadas nos Quadros 25, 26 e 27.

Desde 1979 a FURJ oferece cursos de pós-graduação "lato sensu", atendendo à demanda regional. Foram um total de 26 cursos em 16 áreas diferentes, totalizando 702 concluintes, conforme pode ser verificado no Quadro 28. (página 138 a 140)

As páginas 145 a 163 estão elencadas dissertações, teses e publicações dos seus professores. A produção científica é fomentada através de inúmeros mecanismos, estimulando a pesquisa, seja criando condições favoráveis ao seu desenvolvimento, seja incluindo monografia nos seus cursos de especialização, trabalhos de final de curso nos cursos de graduação, seja investigando situações-problema regionais, institucionais ou organizacionais.

As páginas 36 a 39 estão relacionados os convênios e contratos celebrados pela FURJ, visando a assistência ao estudante, a promoção do estágio curricular, o aperfeiçoamento profissional e as atividades de extensão universitária.

3.2. RECURSOS HUMANOS ATUAIS

A FURJ dispõe das seguintes categorias de professores: integrantes da carreira do magistério superior, professores visitantes, professores associados e professores substitutos. O regime de trabalho é de tempo contínuo de 20 e 40 horas semanais e de tempo descontínuo até 20 horas semanais. As relações de trabalho do corpo docente são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e os critérios de remunera-

ção se pautam pela Carreira do Magistério Superior e suas bases são compatíveis com os salários da região.

O quadro docente atual da Instituição indica a existência de 314 professores, sendo que 9,5% detêm o título de Doutor, 36,9% o título de Mestre, 37,9% o título de Especialista e 8,92% possuem graduação, sendo profissionais da área técnico-profissional. (Quadro 31)

Encontram-se em fase de planejamento o novo plano de carreira docente e o plano de capacitação docente, em convênio com o PICD da ACAFE. Os dois planos pretendem ser a garantia de qualificação permanente e de manutenção dos professores pós-graduados na Instituição.

O corpo técnico-administrativo é constituído de 85 servidores, além de 37 professores que atuam apenas no Colégio de Aplicação, sendo que a maioria possui curso de graduação e especialização na área em que atua.

O quadro atual de recursos humanos é de 437, conforme discriminado às páginas 35 e 174 a 180 da Carta-Consulta e nos quadros respectivos.

3.3. RECURSOS MATERIAIS E INFRA-ESTRUTURA

Conforme já referido, o Campus Universitário obedece as normas do Plano Diretor da cidade de Joinville e visa, de um lado, a integração à zona industrial, criando o trinômio Universidade/Indústria/Ambiente. Por outro lado, atenta-se para a tendência da expansão da trama urbana combinada com um ágil plano viário.

A área do terreno é de 283.608 m², sendo que a área edificada é de 20.050 m². A taxa de ocupação é, portanto, de apenas 7,07%, permitindo a expansão, seja horizontal, seja vertical. A descrição das instalações encontra-se às páginas 164 a 173, dando-se destaque à Biblioteca, aos laboratórios e salas especiais, ao Núcleo de Processamento de Dados

e às instalações esportivas.

A Biblioteca possui uma área física de 787 m². O acervo bibliográfico é de 18.183 títulos e 26.810 volumes, estando prevista uma ampliação significativa através do programa em execução. Os periódicos são em número de 1.631 títulos, sendo 86 estrangeiros. O programa "Banco do Livro", criado em 1981, atende os alunos nas disciplinas básicas. A classificação segue a tabela CDD e a catalogação é simplificada e baseada no código da Catalogação Anglo-Americana. Um total de 10 funcionários, sendo uma bibliotecária, atendem os consulentes nos três turnos de funcionamento da Instituição.

3.4. COLÉGIO DE APLICAÇÃO

A FURJ mantém um Colégio de Aplicação, que oferece o ensino nos níveis de pré-escolar, 1º e 2º graus. Em 1990 estão matriculados 622 alunos, os quais são atendidos por 37 professores, sendo que 194 deles são detentores de pós-graduação "stricto" ou "lato sensu". A proposta pedagógica do Colégio de Aplicação é de propiciar uma plena integração entre os diversos níveis de ensino oferecidos pela FURJ. O funcionamento e as instalações são descritas às páginas 40 a 42.

3.5. QUANTO AOS CURSOS - UNIVERSALIDADE DE CAMPO

A FURJ oferece os seguintes cursos de graduação:

a) Nas áreas fundamentais do conhecimento humano

- . Educação Artística (A) - Habilitação em Artes
Plásticas 40 vagas
- . Geografia (R) 40 vagas
- . História (R) 40 vagas

- . Letras (R) 80 vagas
- . Matemática (R) 50 vagas

b) Nas áreas técnico-profissionais

- . Administração (R) 120 vagas
- . Ciências Contábeis (R) 120 vagas
- . Comércio Exterior (A) 50 vagas
- . Ciências Econômicas (R) 100 vagas
- . Educação Física (R) 80 vagas

O Quadro nº 24 informa sobre a situação jurídica dos cursos oferecidos.

Nos termos do Artigo 5º da Resolução nº 03/83/CFE, para se transformar ou se constituir em universidade, a Instituição deve oferecer, como limite mínimo, 4 (quatro) cursos nas Áreas Fundamentais do Conhecimento Humano e 4 (quatro) cursos nas Áreas Técnico-Profissionais. Assim sendo, a FURJ já cumpre os requisitos da universalidade de campo.

As páginas 134 a 137 a Carta-Consulta oferece informações pormenorizadas quanto ao perfil profissiográfico, formação básica, formação específica e campo de atuação dos cursos já implantados e reconhecidos e dos dois em fase de implantação.

De acordo com o Artigo 5º da Resolução nº 03/83/CFE, a FURJ demonstra o atendimento ao princípio da universalidade de campo estabelecido na Lei nº 5.540/68, Artigo 11, letra "e". A matriz curricular embasada nos currículos plenos dos cursos existentes comprova igualmente o princípio da universalidade de campo.

4. A UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

4.1. CONCEPÇÃO, FUNÇÕES, OBJETIVOS E LINHAS BÁSICAS DE AÇÃO

A Instituição relata preliminarmente como se processou a concepção da UNIVILLE a partir de pesquisa participada pelos segmentos da comunidade acadêmica e pelas lideranças da comunidade local e regional, afirmando que após 22 anos de existência percebeu a FURJ que "precisava ser capaz de adequar-se às transformações ocorridas na tessitura sócio-político-econômica e cultural da região e impor uma redefinição de seu modelo de ensino superior".

Para dar conta dessa tarefa foi criada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão o GT que seria encarregado de coordenar os trabalhos "Rumo à Universidade". A partir de sua constituição as atividades desenvolvidas pelo grupo se centraram na realização de pesquisa, usando-se a "Técnica Delphi", com o objetivo de avaliar como a comunidade acadêmica e local/regional percebia a Instituição e que potencialidades apontava. Da pesquisa resultou o perfil da UNIVILLE, cuja concepção, objetivos, funções e linhas básicas de ação, além das metas prioritárias para o período 1990/1994, estão detalhadas às páginas 99 a 123 e 198 a 203 da Carta-Consulta.

Como decorrência da pesquisa realizada, concebe-se a Universidade da Região de Joinville "como instituição social, educacional, núcleo de produção e irradiação de conhecimentos em profunda identificação com as características regionais. Tais características são vistas como subsistemas do sistema mundial em constante interdependência". Para tanto, "propõe-se a formação do homem multidimensional, capaz de aliar criatividade, senso crítico, competência e responsabilidade ecológica com as futuras gerações no exercício profissional".

Entende-se que "criticidade, criatividade e pluralismo são qua-

lidades essenciais para que sua ação educativa permaneça conectada com os sistemas econômico, político e ambiental, participando ativamente do desenvolvimento global da sociedade, especificamente a que tem como espaço geográfico a Região do Nordeste do Estado de Santa Catarina e a Região do Vale do Itapocu. (...) Entende-se por desenvolvimento global aquele que leva a um crescimento socialmente justo, economicamente sustentável e ecologicamente prudente, isto é, que propicie a auto-sustentação da região com base na maximização de seus recursos naturais e humanos, bem como no respeito a sua identidade cultural".

A UNIVILLE propõe como objetivos específicos:

- formar uma massa crítica;
- comprometer-se com o saber e a tecnologia;
- incentivar a pesquisa participativa;
- promover o encontro entre a teoria e prática da extensão;
- salvaguardar a identidade cultural da região.

Com base na concepção e nos objetivos acima expostos, acentua a proposta sócio-educacional da UNIVILLE "o compromisso desta universidade com o desenvolvimento global da região e enfatizar a participação na sua ação, tanto interna quanto externa".

A seguir são detalhadas as funções e principais linhas básicas de ação que orientarão a execução do projeto (páginas 121 a 123), quanto ao ensino, à pesquisa e à extensão. As metas prioritárias para o período 1990/1994 completam a exposição do projeto de universidade.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

A FURJ tem como área de influência o nordeste catarinense, mais especificamente a micro-região polarizada por Joinville, compreendendo 13 municípios (mapa 03, página 49). Os aspectos físicos, demográficos,

econômicos, sociais e culturais da região de Joinville e do DGE-34 (Estado de Santa Catarina) estão descritos às páginas 43 a 98 de forma exaustiva. A população de Joinville está estimada pelo FIBGE em 400.000 habitantes, constituindo-se no município mais populoso do Estado de Santa Catarina (4.311.000 habitantes).

A Carta-Consulta explicita os aspectos econômicos, sociais e culturais da área de influência da futura universidade - a UNIVILLE, dentro dos itens a seguir:

- O Município de Joinville se constitui no principal polo industrial de Santa Catarina, destacando-se quatro empresas: CONSUL S.A., EMBRACO - Empresa Brasileira de Compressores, Indústria de Fundição TUPY e Grupo HANSEN (Tubos e Conexões TIGRE). Mais de 600 empresas de pequeno e médio porte formam o parque industrial de Joinville, conforme está detalhado às páginas 57 à 65.

- O Estado de Santa Catarina é bastante diversificado em seu modelo econômico, ocupando um espectro que abrange: agro-indústrias (SADIA, PERDIGÃO, SEARA, CEVAL), produção de azulejos e pisos (PORTOBELLO, ELIANE, CECRISA), extração de carvão mineral (em Criciúma), indústria moveleira (em São Bento do Sul e Rio Negrinho), indústria têxtil (HERING, ARTEX, DÖHLER, RENAUX, SULFABRIL, KARSTEN, CREMER), fruticultura (maçãs em Fraiburgo e São Joaquim), além do extrativismo da madeira, apicultura, pecuária e piscicultura.

- O Estado de Santa Catarina se destaca nas exportações. Somente Joinville participou em 1989 com 264.734.527 dólares, segundo dados da CACEX, sendo estes os principais produtos: EMBRACO - motocompressores para refrigeração, TUPY - conexões e auto-peças de ferro fundido, CONSUL - refrigeradores, congeladores, condicionadores de ar. DÖHLER - guarnições de cama, mesa e banho e METALÚRGICA SCHULZ - fer-

ramentas, motores e compressores.

- Além de pólo industrial, Joinville constitui-se em centro cultural da região e um dos principais pólos do Estado de Santa Catarina. Dotada de instituições que lhe garantem esta posição (às páginas 73 a 85), a cidade tem se destacado principalmente como sede do maior festival de dança da América Latina e 4º do mundo. Sobressai ainda, em nível nacional, o fato de ser depositária de um dos poucos arquivos históricos especialmente construídos para esse fim. Está em fase de construção o Teatro Municipal, um novo espaço cultural de vanguarda. São elencados na Carta-Consulta ainda: Casa da Cultura, Arquivo Histórico de Joinville, Museu Arqueológico do Sambaqui, Museu de Arte de Joinville, Museu Fritz Alt, Casa da Memória do Imigrante, Biblioteca Municipal Rolf Colin, Museu Nacional de Imigração e Colonização e Museu da Fundação. Essas instituições compõem um complexo cultural administrado pela Fundação Cultural de Joinville, em interação com a FURJ.

- De colonização alemã, Joinville mantém ainda tradições germânicas, conferindo-lhe características que se refletem nos diversos eventos culturais que ocorrem durante o ano (páginas 82 a 85).

- Os principais planos e programas de desenvolvimento local e regional estão descritos às páginas 86 a 93. Merece referência especial o "CENTRO DE DESENVOLVIMENTO BIOTECNOLÓGICO DE JOINVILLE" (dois no Brasil), como iniciativa do Governo do Estado, indústrias de Joinville, CNPq, FINEP, as universidades catarinenses e com apoio científico e financeiro da Alemanha. O empreendimento está descrito às páginas 187 a 191.

- A arrecadação de ICM, consumo de energia, saneamento e abastecimento de água e o número de agências bancárias colocam Joinville em posição de destaque na região Sul do país (3º lugar, após Porto Alegre

e Curitiba, na arrecadação de impostos federais).

- Num raio de 50 Km, estão localizadas cidades, que assim se caracterizam, sendo polarizadas por Joinville:

. Jaraguá do Sul, entre os maiores parques industriais do Estado, destacando-se a MOTORES WEG;

. São Francisco do Sul, cidade portuária e centro regional de armazenamento e entreposto comercial;

. São Bento do Sul e Rio Negrinho, eixo moveleiro de Santa Catarina.

4.3. COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO SATISFATÓRIO LOCAL AO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

As páginas 94 a 98 é descrita de forma minuciosa a situação da educação no município e na região polarizada por Joinville. Encontravam-se matriculados no 1º grau em Joinville, no ano de 1988 (segundo dados da Secretaria Estadual de Educação) 98.284 crianças entre 7 e 14 anos, e 12.112 alunos nos estabelecimentos de 2º grau do município. A administração municipal participa expressivamente na manutenção do ensino de 1º grau e pré-escolar. Os dados referidos na Carta-Consulta comprovam o atendimento satisfatório ao ensino de 1º e 2º graus. (91,93 no ensino de 1º grau)

4.4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL DA UNIVILLE

As páginas 102 a 104 da Carta-Consulta a Instituição justifica a necessidade social da UNIVILLE. Em sua justificativa da necessidade social da futura universidade, são ratificados os aspectos demográficos, econômicos, sociais e culturais, acima sintetizados, comprovando que a UNIVILLE se faz necessária como uma instituição que incentivará a solução dos grandes problemas da comunidade local e re-

gional polarizada por Joinville, diretamente ligados ao desenvolvimento dos futuros projetos e programas especiais de pesquisa e extensão, a serem assumidos pela UNIVILLE, ampliando-se a participação de alunos, professores e grupos sociais da comunidade.

Conforme ainda refere a Carta-Consulta, a UNIVILLE "pretende ser uma universidade formadora de massa crítica competente para compreender a vocação industrial da cidade, gerar conhecimentos nas áreas técnicas, culturais, científicas e artísticas, e ser capaz de enfrentar os desafios de uma sociedade complexa como a nossa, marcada por graves desequilíbrios sociais e ambientais". Prosseguindo, "a UNIVILLE, portanto, gerará e irradiará conhecimentos, mantendo um profundo compromisso com a comunidade, salvaguardando sua identidade cultural e tornando-se uma fonte criativa de tecnologia e de cultura".

4.5. MODELO ORGANIZACIONAL DA UNIVILLE

As páginas 124 a 129 a Carta-Consulta delinea as características, os princípios de organização e o modelo organizacional da UNIVILLE, objeto do Estatuto e do Regimento Geral da futura universidade.

As características e princípios de organização se embasam na legislação do ensino superior, mais propriamente a Lei nº 5.540/68, Artigo 11. Prevê-se a estrutura com base em Departamentos integrados em unidades mais amplas denominadas Centros, os quais estarão vinculados à administração superior. São os seguintes os Centros:

- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
- Centro de Ciências Sócio-Econômicas
- Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
- Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas.

A UNIVILLE está concebida como instituição de ensino superior

de regime jurídico fundacional, instituída por lei municipal, sendo que a estrutura organizacional da universidade e os aspectos derivadas do Código Civil Brasileiro, e que regulam as fundações, serão expressos em Estatuto Único da Fundação UNIVILLE, a ser apresentado quando do encaminhamento do Projeto de Universidade, nos termos das normas (Res.03/83 e Parecer 642/90) e da jurisprudência do Conselho Federal de Educação.

Basicamente prevê-se uma estrutura em três níveis de decisão administrativa:

- CENTRAL: representada pelos colegiados superiores (Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e pela Reitoria;

- SETORIAL: representada pelos Conselhos de Centro e pelas Dieterias de Centro;

- BÁSICA: representada pelos Colegiados de Departamento e pelas Chefias de Departamento.

Nos termos da legislação vigente, a UNIVILLE terá inicialmente os seguintes Órgãos Suplementares, de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência ao estudante:

- . Biblioteca Central;
- . Núcleo de Assistência ao Estudante;
- . Núcleo de Especialização, Pesquisa e Extensão;
- . Núcleo de Processamento de Dados.

Conforme determina o § 2º do Artigo 13 da Lei nº 5.540/68, a coordenação didática de cada curso oferecido pela UNIVILLE ficará a cargo de um colegiado, constituído de representantes dos Departamentos que participam da integralização curricular do respectivo curso.

Os cursos superiores de graduação da UNIVILLE estão organiza-

dos em dois ciclos: o ciclo básico e o ciclo profissional.

A Carta-Consulta, além de descrever os diversos órgãos propostos para a estrutura organizacional da UNIVILLE, apresenta "organograma-ensaio", à página 129. O modelo organizacional está calcado na experiência de dois anos com Regimento Unificado da FURJ.

4.6. PLANO DE EXPANSÃO DA UNIVILLE

Evidenciando congruência entre PROJETO DE UNIVERSIDADE/ÁREA DE INFLUÊNCIA/REALIDADE INSTITUCIONAL/PLANO DE EXPANSÃO, a Carta-Consulta permite identificar o PERFIL DA UNIVILLE. Com base em sua proposta sócio-educacional, amparada na caracterização de sua área de influência, a UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE se propõe:

I - Atuar na formação de recursos humanos para o sistema educacional da região norte-catarinense;

II - Atuar na formação de recursos humanos para o gerenciamento do sistema produtivo de Joinville e da área por ela polarizada;

III - Atuar integradamente na Ciência e Tecnologia, tendo como eixo e ponto de convergência a Biotecnologia.

A estratégia básica pode ser sintetizada na integração cooperativa com as iniciativas empresariais e de desenvolvimento científico e tecnológico já existentes no município de Joinville e região norte-catarinense. Na formulação das políticas de desenvolvimento institucional, a UNIVILLE se propõe levar em conta a dimensão econômica, social, cultural e política de sua área de influência. As potencialidades da região de abrangência foram detectadas em extensos e fundamentados diagnósticos.

As linhas básicas de ação e metas prioritárias no ensino, na pesquisa e na extensão estão coerentemente detalhadas às páginas 181 a

206, juntamente com a expansão da infra-estrutura, dos recursos materiais, humanos e o planejamento econômico-financeiro para o quinquênio 1991/1995. O plano de expansão (plano acadêmico) prevê metas a curto, médio e longo prazos. Os cursos previstos e pretendidos para gradual implantação no período, estão fundamentados, contendo as seguintes informações básicas: perfil de cada um deles, justificativa da necessidade social, objetivos, estrutura acadêmica, organização curricular, regime de integralização, estágio curricular supervisionado, carga horária, número de vagas e turno de funcionamento (Quadro nº 33). São estes os cursos pretendidos em coerência com a proposta de atuação na área da Biotecnologia, em convênio com o CENTRO DE DESENVOLVIMENTO BIOTECNOLÓGICO DE JOINVILLE: - Química, Biologia e Engenharia Química (Graduação) e Biotecnologia (Pós-Graduação), com um total de 120 vagas anuais. O desenvolvimento e a transferência de tecnologia será complementada com a formação de recursos humanos pós-graduados, em regime de cooperação interinstitucional, na área da Biotecnologia.

Os aspectos relativos à ampliação do espaço físico, acervo bibliográfico, laboratórios, política de recursos humanos e convênios a serem celebrados estão detalhados especificamente às páginas 192 a 197.

O planejamento econômico-financeiro para o quinquênio 1991/1995 foi elaborado com base nos dados contábeis referentes ao ano de 1989, estimando-se um crescimento real anual tendo por base o Plano de Expansão e as dotações orçamentárias do Estado e do Município de Joinville, os quais contemplam a FURJ na Constituição do Estado e na Lei Orgânica, respectivamente.

A Previsão das Receitas para o Quinquênio é detalhada, visualizada e fundamentada às páginas 204 a 206 da Carta-Consulta, especi-

ficando-se as fontes de recursos necessários à manutenção e à implantação do projeto de universidade.

Finalmente, o processo de Carta-Consulta da UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE apresenta a realidade e o potencial da região norte-catarinense, polarizada por Joinville, suas intenções e a concepção da universidade, sinalizando seu projeto futuro. O detalhamento e aprofundamento técnico serão objeto da fase do PROJETO DA UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE, de conformidade com o Parecer CFE nº 642/90 e instruções anexas.

CONCLUSÕES DA RELATORA

1. A Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ demonstra cumprir todos os requisitos exigidos no Artigo 3º da Resolução nº 03/83/ CFE.
2. O patrimônio da Instituição é avaliado em 8.314.850 (oito milhões, trezentos e quatorze mil, oitocento e cinquenta Bônus do Tesouro Nacional). Através da análise dos índices econômico-financeiros dos últimos três exercícios, participação do Estado e do Município de Joinville na co-manutenção da FURJ, a Instituição comprova disponibilidade de meios e de gerência para sustentar a implantação e o funcionamento da UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 87.911/82.
3. Conforme se apresenta na Carta-Consulta, o Município de Joinville atende satisfatoriamente às necessidades do ensino de 1º e 2º graus (Decreto nº 87.911/82, Artigo 2º, Letra "a").
4. Nos termos do Artigo 5º da Resolução nº 03/83/CFE, a Instituição comprova a existência dos seguintes cursos nas Áreas Fundamentais do Conhecimento Humanos: Educação Artística, Geografia, Histó-

ria, Letras e Matemática. E comprova ainda a existência, na Área Técnico-Profissional, dos seguintes cursos: Administração, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Ciências Econômicas e Educação Física.

5. Com os cursos existentes a FURJ comprova o cumprimento do requisito da Universalidade de Campo, estabelecido no Artigo 11 da Lei nº 5.540/68 e na Resolução nº 03/83/CFE, Artigo 5º.

6. É apresentado um estudo pormenorizado da justificativa de criação da UNIVILLE, através de indicadores econômicos, sociais, demográficos, culturais e educacionais do DGE-34, principalmente da região Nordeste do Estado de Santa Catarina, considerada a área de influência da futura universidade. Foram apresentados os cursos a serem criados, descrevendo-se o seu perfil e sua justificativa social e técnica.

7. A UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE é apresentada com sua concepção, objetivos, linhas básicas de ação, estrutura organizacional básica e princípios de organização, de acordo com o previsto na Lei nº 5.540/68, nos Decretos-Lei 53/66 e 252/67 e ainda na Resolução nº 03/83/CFE e no Parecer CFE 642/90.

8. A FURJ comprova experiência e qualificação para a área acadêmica, atuando no ensino superior desde 1965. Demonstra potencialidades para a pesquisa e a extensão, desenvolvendo um ensino diversificado em resposta às demandas da região, a nível de graduação e pós-graduação "lato-sensu".

9. A Instituição possui Campus Universitário, localizado junto ao Distrito Industrial da cidade de Joinville, com área de 283.608 m² e 20.050 m² de área construída, abrigando as atuais instalações, sendo que a taxa de ocupação é de apenas 7,07%, permitindo a expansão planejada.

10. A Instituição dispõe de um quadro de docentes, possuindo 46,7% o título de Mestre ou Doutor. O regime de trabalho é adequado ao projeto de universidade, garantindo a implantação da UNIVILLE.

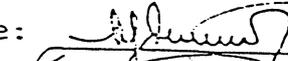
VOTO DA RELATORA

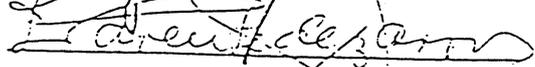
À vista do exposto, a Relatora entende que a Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, com sede em Joinville - SC, cumpre os requisitos exigidos pela Resolução nº 03/83/CFE e Parecer CFE 642/90 - fase de Carta-Consulta, com o objetivo de criar a UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE, podendo a mesma ser aceita. A Instituição, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, deverá apresentar o seu Projeto de Universidade que deverá ser analisado em todos os seus elementos fundamentais: - Plano de Organização e Funcionamento, Ordenamentos Institucionais, novos cursos e currículos plenos, corpo docente, infra-estrutura e recursos materiais; planos de expansão dos cursos e vagas para o quinquênio, do espaço físico e instalações, da Biblioteca e acervo bibliográfico, dos laboratórios e de outras instalações; planejamento para os próximos cinco anos das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; e o planejamento econômico-financeiro quinquenal, que possa comprovar a viabilidade de manutenção e implementação da universidade. É vedado a Instituição o uso da denominação UNIVERSIDADE, enquanto não se houver encerrado o processo de Autorização, de acordo com as normas legais.

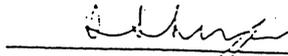
CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão Especial de Universidades acompanha o voto da Relatora.

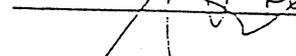
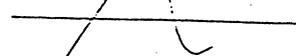
Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1991.

Presidente: 

Relatora: 

Membros: 




DECISÃO DO PLENÁRIO

ANEXO 2

Urgência Doc. Comp.

Entrada em 02/10/91

JUNTA AO

Processo nº 2001-000465/90-95

185

Nº DO PROCESSO

INTERESSADO

ASSUNTO

REGISTRO DE UNIDADE

ENTRADA PROTOCOLEADA

MEC

PROTOCOLADO

VISTO PROTOCOLEADA

quênico 1992/1996.

Com base nas observações feitas, nas constatações "in loco", na elaboração clara e coerente do Projeto de Universidade e, finalmente, tendo em vista o cumprimento da legislação e das normas específicas do CFE que regem a matéria, a Comissão de Acompanhamento recomenda a aprovação do Projeto de Universidade da UNIVILLE.

5 - CONCLUSÕES DA RELATORA

1. A Comissão de Acompanhamento observou a evolução da Instituição e do Projeto de Universidade, constatando uma notável mobilização da comunidade acadêmica e da comunidade regional, engajadas na criação da UNIVILLE, enquanto instituição indispensável ao desenvolvimento econômico, político, social e cultural da Região norte - catariense.

2. A Comissão de Acompanhamento comprovou a veracidade de dados e informações com relação aos elementos constantes no Projeto de Universidade, tanto os de natureza acadêmica, como os de natureza administrativa e econômico-financeira.

3. A Comissão de Acompanhamento atesta a idoneidade dos dirigentes, a seriedade e competência na condução e gerência da Instituição, bem como na elaboração do Projeto de Universidade da UNIVILLE.

4. O Projeto de Universidade apresentado é suficientemente claro e coerente, cobrindo todos os aspectos exigidos pela Portaria CFE nº 21/90 e demais diretrizes emanadas da Comissão Especial de Uni-

versidades.

5. A filosofia educacional, concepção, objetivos, linhas básicas de ação e metas prioritárias da Universidade estão bem definidas no contexto de uma instituição comunitária regional, expressando extensiva e intensivamente, e de forma coerente, seu vocacionamento, seu compromisso com a comunidade regional e seu perfil institucional.

6. O modelo organizacional proposto, os princípios de organização e a estrutura descrita, a constar do Estatuto e do Regimento Geral da UNIVILLE, atendem os dispositivos do Decreto-Lei nº 53/66, do Decreto-Lei nº 252/67, da Lei nº 5.540/68, do Decreto-Lei nº 464/69 e a jurisdição do Egrégio Conselho Federal de Educação.

7. Os ordenamentos institucionais provisórios refletem, de maneira adequada, a situação jurídica a ser vivida quando a aquisição definitiva do desejado "status" universitário. A UNIVILLE se rege, nos termos do Artigo 8º da Lei nº 5.540/68, pelo Regimento Unificado, aprovado pelo Parecer nº 026/90, do Conselho Estadual de Educação.

8. Os cursos existentes e os propostos para início das atividades de execução do Projeto de Universidade guardam congruência com a concepção da UNIVILLE e atendem ao que prescreve o Artigo 11, Letra "a", da Lei nº 5.540/68.

9. Os cursos da área fundamental e os técnico-profissionais atendem, conforme já referido no Parecer CFE nº 199/91, ao que dispõe o Artigo 5º da Resolução CFE nº 03/83.

10. Os cursos de essencialidade, previstos para implantação, juntamente com o Projeto de Universidade, completam o perfil institucional concebido pela UNIVILLE. Os projetos dos cursos novos, atendem as normas do CFE, notadamente a Resolução CFE nº 05/89, tanto em termos de justificativa social, coerência com a concepção da Universidade, como no que tange a sua estrutura e os recursos humanos e materiais necessários para seu funcionamento.

11. As atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o Projeto Pedagógico, são coerentes com a concepção da UNIVILLE e são expressos de forma clara e precisa. O seu planejamento está bem fundamentado, sendo plenamente exequíveis as atividades previstas para o quinquênio 1992/1996, permitindo-se o acompanhamento e a operacionalização das ações com vistas à sua implementação.

12. Visando garantir a integração e a eficácia administrativa da Instituição, tendo em vista sua estrutura organizacional, a UNIVILLE implantará o seu Plano de Informatização, utilizando a tecnologia disponível e considerada adequada pela Comissão de Acompanhamento.

13. O quadro docente apresentado atende, quanto à qualificação acadêmica, às diretrizes da Comissão Especial de Universidades, o mesmo acontecendo com relação ao regime de trabalho. Os ordenamentos internos que regulam a política de recursos humanos, são compatíveis com a natureza da Instituição, devendo ser acompanhados pela Comissão quando de sua implantação.

14. Os recursos materiais próprios, juntamente com os con-

vênidos e aqueles previstos para o quinquênio 1992/1996, oferecem infraestrutura exigida para a implantação dos novos cursos e do Projeto de Universidade da UNIVILLE.

15. A Biblioteca, em termos de instalações e acervo, atende satisfatoriamente esta etapa de implantação do Projeto de Universidade, visto estar planejada uma expansão expressiva do espaço físico, dependências e do acervo, durante a fase de implantação do Projeto de Universidade da UNIVILLE, objeto, pois, de atenção especial da Comissão de Acompanhamento.

16. As normas que regem o regime acadêmico, a organização e representação estudantil junto aos órgãos colegiados, bem como os procedimentos administrativos relativos ao registro e controle acadêmico, atendem a legislação vigente e se encontram implementadas.

X 17. O Plano de Avaliação Institucional traduz o compromisso da Instituição em promover, de forma sistemática, integrada e participativa a avaliação de todas as atividades da UNIVILLE.

18. O Planejamento Econômico-Financeiro é detalhado e contempla a diversificação de fontes de receitas e o detalhamento por elemento de despesas, destacando o programa de investimentos. Ressalte-se a participação do Estado e do Município de Joinville na co-manutenção da UNIVILLE.

II - VOTO DA RELATORA

À vista do exposto e tendo presente o Relatório da Comissão de Acompanhamento, a Relatora entende que o Projeto da Universidade da UNIVILLE atende os requisitos exigidos pela Resolução CFE nº 03/83, pela Portaria CFE nº 21/90, pela Lei nº 5.540/68 e demais dispositivos legais e normas e diretrizes emanadas da Comissão Especial de Universidades, estando em condições de ser aprovado. Vota, pois, pela autorização de implantação do Projeto da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, com sede em Joinville, Estado de Santa Catarina, com a criação dos cursos de Ciências Biológicas e de Química Industrial,

com 40 (quarenta) vagas totais anuais, cada um, o 1º nas ^{modalidades} ~~de licenciatura e Bacharelado~~.

Cumpra ainda observar que:

a) Fica estabelecido que o prazo mínimo de acompanhamento será de 3 (três) anos e se processará sob a supervisão da Comissão de Acompanhamento designada pela Portaria CFE nº 30/91;

b) Este Parecer, nos termos do Art. 9º da Lei nº 4.024/61, depende de homologação do Excmo. Sr. Ministro da Educação e decorrente Decreto, para que o Projeto da UNIVILLE possa ser implantado com a criação da habilitação e do curso indicado neste voto;

c) Compete, portanto, ao Ministério de Estado da Educação, nos termos da legislação vigente, proceder aos atos necessários à autorização do presente Projeto, para que o mesmo possa ser implantado;

d) Os demais cursos do Projeto previstos para compor o perfil da Universidade, constante no Plano Acadêmico da UNIVILLE, tramitarão no CFE, de conformidade à legislação pertinente;

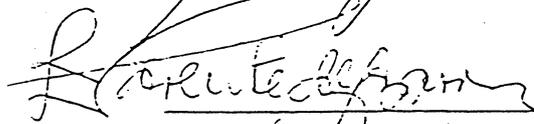
e) A Instituição não poderá usar o nome da Universidade até que ocorra o ato formal de seu reconhecimento como tal.

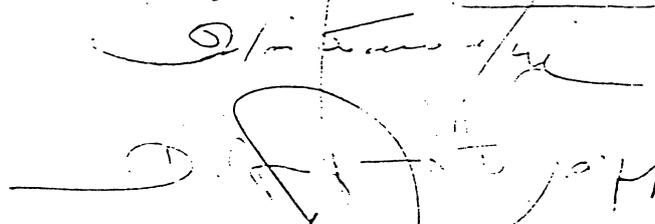
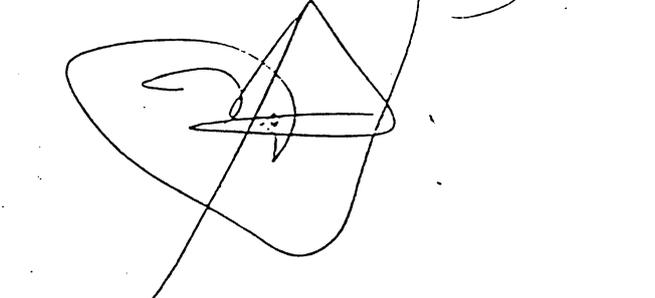
III - CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão Especial de Universidades acompanha o voto da Relatora.

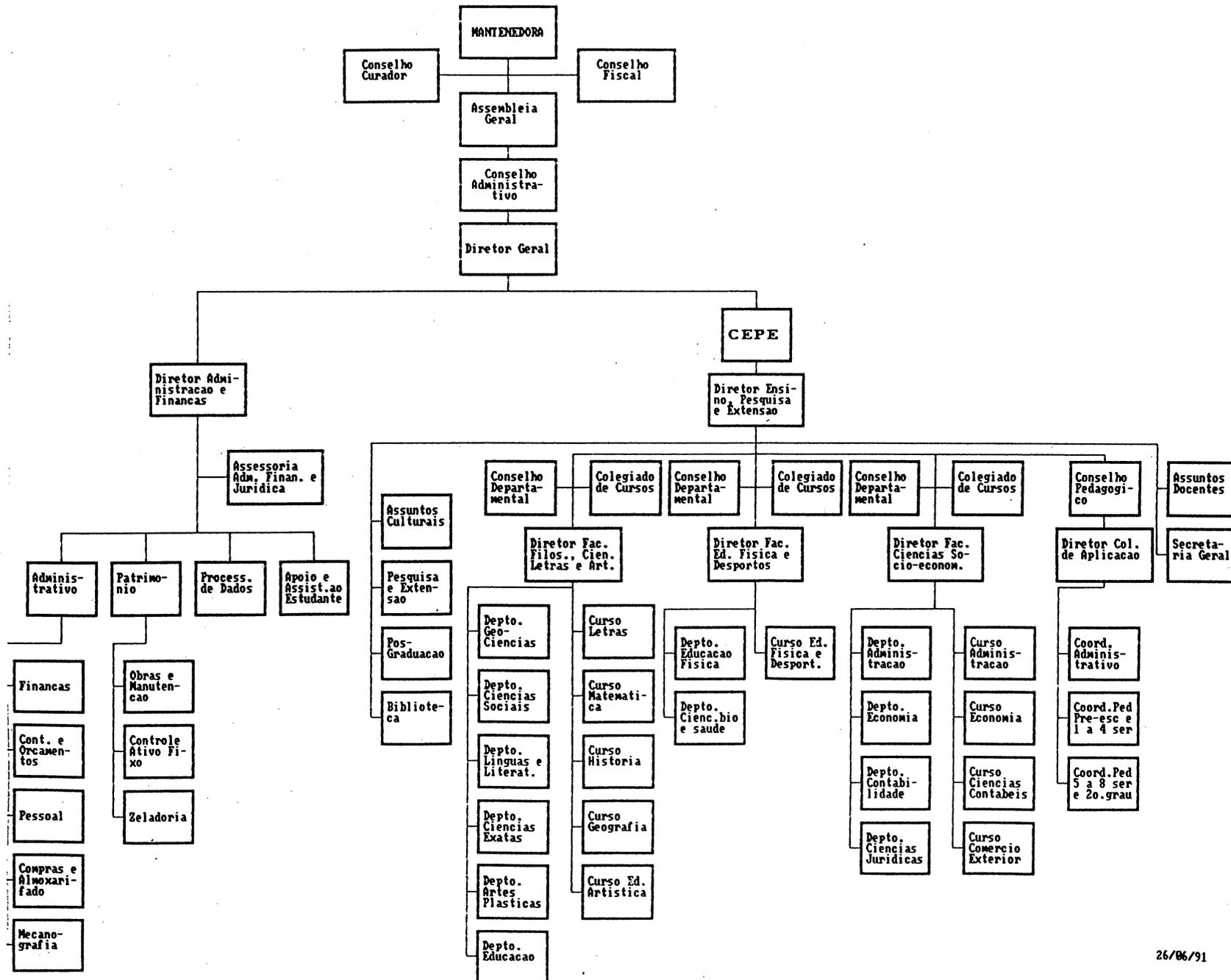
Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1991.


PRESIDENTE (ul-lw)


RELATORA

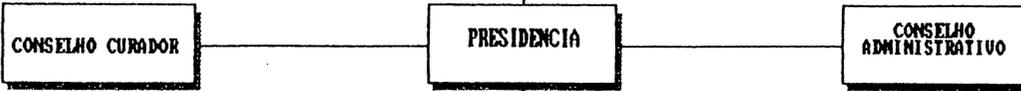




ANEXO 3



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE

ORG08062
DATA: 10/02/94



UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

